

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**CURSO DE ESTADO-MAIOR**

**2004/2006**

**TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO**

**O EXÉRCITO E A COOPERAÇÃO MILITAR BILATERAL E  
MULTILATERAL.  
CONTRIBUIÇÃO PARA A POLÍTICA EXTERNA DO ESTADO  
PORTUGUÊS.**

**RUI MANUEL SOARES PIRES  
MAJ INF**

**Presidente do Júri: Tenente-General José Luís Pinto Ramalho  
Arguente Principal: Coronel Tirolcinado António Noé Pereira Agostinho  
Arguente: Major José Alberto Dias Martins  
Arguente: Major Paulo Jorge Lopes da Silva**

ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS  
SUPERIORES MILITARES.

*ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM FINALIDADE  
ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM  
CURSO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES,  
CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL.  
AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE  
ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM  
ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA  
SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES  
MILITARES.*

Professor orientador:

TCOR ENG FAUSTO MANUEL VALE DO COUTO (até Jun05)

MAJ CAV JOSÉ MIGUEL MOREIRA FREIRE (desde Jul05)



## RESUMO

O fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim e o desmembrar da União Soviética, com a inevitável dissolução do Bloco de Leste e do Pacto de Varsóvia, provocaram, a seguir a 1989, a emergência de uma nova ordem internacional, unipolar, e de um novo quadro de segurança mundial. Neste quadro o papel desempenhado pelas Forças Armadas tem vindo a ser valorizado com o seu empenhamento crescente em missões de apoio à política externa dos Estados.

Com este trabalho procura materializar-se o contributo do Exército, nos últimos anos, no âmbito das missões de apoio à Política externa, num quadro de *cooperação bilateral e multilateral*.

Neste sentido, e partindo dum quadro legislativo que legitima estas missões, analisamos, primeiramente, as acções desenvolvidas num quadro bilateral, integrando as relações bilaterais, propriamente ditas, que têm apresentado maior desenvolvimento, nomeadamente com os países do Centro e Leste Europeu, e a denominada Cooperação *Técnico-Militar*. Apresentamos algumas propostas no sentido de operacionalizar este tipo de relação. Seguidamente, analisamos as acções num quadro multilateral, nomeadamente a participação do Exército em operações de apoio à paz e humanitárias assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faz parte.

No final, as conclusões apresentadas indiciam o Exército como o Ramo mais contribuinte para as missões de apoio à política externa de Portugal. De facto, tanto ao nível da Cooperação Técnico-Militar como das operações de apoio à paz, o Exército assume-se como o Ramo que mais contribui em pessoal e meios para o apoio prestado pelas Forças Armadas à política externa do Estado português. No caso da Cooperação Técnico-Militar, além de principal executor, é um dos maiores contribuidores financeiros. Apresentamos, ainda, um conjunto de acções que permitem potenciar essas missões, como por exemplo:

- A necessidade de uma definição de objectivos e prioridades nas relações bilaterais e na Cooperação Técnico-Militar;
- O concretizar do reequipamento como factor indispensável para continuar a desempenhar operações de paz.

Expomos ainda um resumo das propostas que ao longo do trabalho vamos apresentando, de forma a rentabilizar essas mesmas acções (ao nível do Exército) ou a permiti-las.

## ABSTRACT

The end of Cold War and the subsequent breakdown of Eastern block and Warsaw Pact created – after 1989 – the rising of a new unipolar international order and a new international security framework. Within this framework, it is been given added value to the role of the armed forces in support of foreign affairs missions.

The objective of the present work is to materialize the Portuguese army contribution to foreign affairs matters within the bilateral and multilateral cooperation framework.

The work starts from the Portuguese law which legitimizes these types of missions, then we analyse the efforts realised within a bilateral framework, including the increasing bilateral relations with Eastern and Central European countries and the designated “military and technique cooperation”. Some proposals are made in order to improve these types of cooperation. Afterwards, we analyse the efforts realised within a multilateral framework, mainly the Portuguese army participation in peace support and humanitarian operations led by international organizations to which Portugal belongs.

At the end, we conclude that the Portuguese army is the biggest service contributor to the support to the Portuguese foreign affairs. This contribution deals with personnel, hardware and financial support. It is also proposed a set of actions which may maximize these missions, for example:

- To define clear goals and priorities for bilateral relations and “military and technique cooperation”;
- To achieve the necessary equipment acquisition as a way to continue the accomplishment of peace support operations in which Portugal participates.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AFA .....	Academia da Força Aérea
AFICRA.....	Apoio Fisiátrico a Crianças Angolanas Amputadas Vítimas da Guerra
AM.....	Academia Militar
BTm 4 .....	Batalhão de Transmissões n.º 4
CEDN .....	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM.....	Conceito Estratégico Militar
CEME .....	Chefe do Estado-Maior do Exército
CLog .....	Companhia de Logística
CM.....	Colégio Militar
CMAO .....	<i>Central Mine Action Office</i>
CNIDAH .....	Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária
CNT .....	Contingente Nacional em Timor-Leste
COFT .....	Comando Operacional das Forças Terrestres
COMSFOR ...	Comandante da SFOR
CPLP.....	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRP.....	Constituição da República Portuguesa
CTM.....	Cooperação Técnico-Militar
CTm.....	Companhia de Transmissões
DCTM.....	Departamento de Cooperação Técnico-Militar
DGPDN.....	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DPKO .....	<i>Department of Peacekeeping Operations</i> /Departamento de Operações de Apoio à Paz
DRB .....	Departamento de Relações Bilaterais
DT.....	Directores Técnicos
ECMM .....	<i>European Community Monitoring Mission</i>
EMGFA .....	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN.....	Escola Naval
ETR.....	Entidade Técnica Responsável
EUA .....	Estados Unidos da América
EUFOR .....	<i>European Union Force in Bosnia and Herzegovina</i>
EUJOM .....	European Union Joint Observer Mission
EUMM.....	<i>European Union Monitoring Mission</i>
EUROFOR....	<i>European Rapid Operational Force</i>
FA .....	Forças Armadas
FND .....	Forças Nacionais Destacadas
GabCEME....	Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército
IAEM .....	Instituto de Altos Estudos Militares
ICFY .....	<i>International Conference on the Former Yugoslavia</i>
IFOR .....	<i>Implementation Force</i>
IMPE.....	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
INAROE .....	Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenheiros Explosivos
INTERFET....	<i>International Force in East Timor</i>
IO.....	Instituto de Odivelas
IPAD .....	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISAF.....	<i>International Security Assistance Force</i>

KFOR.....	<i>Kosovo Force</i>
LDNFA .....	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
LPM .....	Lei de Programação Militar
MIFA (04).....	Missões Específicas das Forças Armadas 2004
MDN .....	Ministério/Ministro da Defesa Nacional
MINURSO ....	<i>Mission des Nations Unies pour le Referendum dans le Sahara Occidental</i>
MNBG .....	Multinational Battle Group
MNE .....	Ministério/Ministro dos Negócios Extranjeros
MONUA .....	Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola
MSG.....	<i>Multi-Signal Group</i>
NATO .....	Sigla em inglês para Organização do Tratado do Atlântico Norte
NTIM-I .....	<i>NATO Training Implementation Mission-Iraq</i>
NVCC .....	<i>NATO Verification Coordination Cell</i>
ONU.....	Organização das Nações Unidas
ONUB .....	<i>Observateurs des Nations Unies au Burundi</i>
ONUMOZ.....	Operação das Nações Unidas em Moçambique
OSCE .....	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN .....	Organização do Tratado do Atlântico Norte (o mesmo que NATO)
PALOP.....	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PALOP (+).....	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste
PFfe.....	Planos de Formação e de Ensino
PfP .....	<i>Partnership for Peace</i> /Parceria para a Paz
PKF.....	PeaceKeeping Force
PQ.....	Programas-Quadro
QP.....	Quadro Permanente
ReCAMP.....	<i>Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix</i>
SFOR .....	<i>Stabilization Force</i>
TILD .....	Trabalho Individual de Longa Duração
TO.....	Teatro(s) de Operações
U/E/O.....	Unidades/Estabelecimentos/Órgãos
UE.....	União Europeia
UEB .....	Unidade de Escalão Batalhão
UEC .....	Unidade de Escalão Companhia
UNAMET .....	<i>United Nations Assistance Mission in East Timor</i>
UNDHA.....	<i>United Nations Department of Humanitarian Affairs</i>
UNMIL .....	<i>United Nations Mission in Liberia</i>
UNMISSET.....	<i>United Nations Mission in Support of East Timor</i>
UNMOG .....	<i>United Nations Military Observation Group</i> /Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas
UNOTIL.....	<i>United Nations Office in Timor-Leste</i>
UNPROFOR ..	<i>United Nations Protection Force</i>

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
1. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE DEFESA	
EM APOIO DA POLÍTICA EXTERNA .....	7
1.1. Constituição da República Portuguesa .....	7
1.2. Legislação estruturante da Defesa Nacional .....	8
2. COOPERAÇÃO MILITAR BILATERAL .....	11
2.1. As Relações Bilaterais .....	11
2.1.1. Áreas de Actuação .....	12
2.1.2. Contributo do Exército .....	13
2.1.3. Análise .....	16
2.1.4. Propostas .....	17
2.2. A Cooperação Técnico-Militar .....	18
2.2.1. Objectivos da CTM .....	19
2.2.2. Assessorias Técnicas .....	20
2.2.3. Formação de pessoal .....	21
2.2.4. Fornecimento de Material .....	26
2.2.5. Prestação de Serviços .....	27
2.2.6. Análise .....	27
2.2.7. Propostas .....	30
3. COOPERAÇÃO MILITAR MULTILATERAL .....	32
3.1. O Exército em missões no quadro da ONU .....	33
3.1.1. O Exército em Angola .....	33
3.1.2. O Exército em Moçambique .....	36
3.1.3. O Exército em Timor-Leste .....	36
3.1.4. Outras missões .....	38
3.2. O Exército em missões no quadro da OSCE .....	41
3.3. O Exército em missões no quadro da OTAN .....	41
3.3.1. O Exército na Bósnia-Herzegovina .....	42
3.3.2. O Exército no Kosovo .....	44
3.3.3. O Exército no Afeganistão .....	45
3.3.4. Outros TO .....	46
3.4. O Exército em missões no quadro da UE .....	47
3.5. Análise .....	50
3.6. Propostas .....	53
CONCLUSÕES E PROPOSTAS .....	56
BIBLIOGRAFIA .....	59
PORTAIS DA “INTERNET” CONSULTADOS .....	65

<b>BASES DE DADOS CONSULTADAS .....</b>	<b>66</b>
<b>RELATÓRIOS DAS FND CONSULTADOS .....</b>	<b>66</b>
<b>ENTREVISTAS REALIZADAS.....</b>	<b>66</b>
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO .....</b>	<b>68</b>

## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice A (POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL)	
Apêndice B (ACTIVIDADES PLANEADAS BILATERALMENTE DURANTE 2000-2004)	
Apêndice C (U/E/O DO EXÉRCITO ENVOLVIDAS DURANTE 2000-2004)	
Apêndice D (PLANEAMENTO DE ACTIVIDADES, POR PAÍSES, PARA 2005)	
Apêndice E (RESENHA HISTÓRICA DA CTM)	
Apêndice F (LISTA DE PQ EM VIGOR EM 2005)	
Apêndice G (SAÍDAS DE MILITARES DO EXÉRCITO PARA ACÇÕES DE CTM)	
Apêndice H (SAÍDAS POR PAÍS E POR ANO)	
Apêndice I (ENCARGOS ASSUMIDOS PELO EXÉRCITO COM A CTM)	
Apêndice J (PESSOAL EM MISSÃO DE CTM NOS PALOP (+))	
Apêndice K (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – VAGAS PARA O ANO 2005-2006)	
Apêndice L (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – EXÉRCITO)	
Apêndice M (FORMAÇÃO EM PORTUGAL POR UNIDADES)	
Apêndice N (ACÇÕES DE FORMAÇÃO MINISTRADAS PELO EXÉRCITO)	
Apêndice O (ABORDAGEM DINÂMICA SOBRE A SITUAÇÃO NA AM)	
Apêndice P (ENCARGOS COM A FORMAÇÃO EM PORTUGAL – ÚLTIMOS 5 ANOS)	
Apêndice Q (FORMAÇÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE)	
Apêndice R (INTERVENÇÕES REALIZADAS EM HOSPITAIS DO EXÉRCITO)	
Apêndice S (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA ONU)	
Apêndice T (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA OSCE)	
Apêndice U (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA OTAN)	
Apêndice V (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA UE)	

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A (ACORDOS BILATERAIS DE DEFESA)	
Anexo B (ENCARGOS COM A CTM)	
Anexo C (ENCARGOS GLOBAIS COM A CTM EM 2003)	
Anexo D (ENCARGOS DO EXÉRCITO COM A CTM EM 2003)	
Anexo E (AS FA EM MISSÕES DE APOIO À PAZ E HUMANITÁRIAS – RESUMO DE 2003)	

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Delimitação do Trabalho .....	3
Figura 2 – Ciclo de Planeamento e Realização das Actividade de âmbito Bilateral .....	13
Figura 3 – Taxa de realização das actividades bilaterais durante 2000-2004.....	15

## INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim e o desmembrar da União Soviética, com a inevitável dissolução do Bloco de Leste e do Pacto de Varsóvia, provocaram, depois de 1989, a emergência de uma nova ordem internacional, unipolar, e de um novo quadro de segurança mundial.

“O novo quadro de segurança mundial, por um lado, e o novo posicionamento internacional do país, por outro, determinam a partir de então, um novo quadro de inserção internacional de Portugal. Ao atlantismo tradicional junta-se a europeização, e à dimensão bilateral das relações diplomáticas com os Estados Unidos, e multilateral com a NATO, vem juntar-se uma nova dimensão enquanto membro da União Europeia.” (Teixeira, 2004, p. 97).

A Segurança e a Defesa deixaram de ser perspectivadas de uma forma rígida e estática, tendo-se evoluído para uma concepção que valoriza os mecanismos de solidariedade, instituídos em organizações de segurança colectiva e privilegiando-se o empenhamento activo em favor da gestão e resolução de crises. “Como factor do poder nacional, as Forças Armadas têm por missão primeira a defesa da integridade do território nacional, (...) e do livre funcionamento das instituições democráticas. O factor militar é também o principal factor (não o único) a servir a manobra externa do Estado nas acções que têm em vista a manutenção da paz e da segurança internacionais.” (Sacchetti, 2005, p. 9).

O factor militar tem vindo, assim, a ver revalorizado o seu papel como elemento de afirmação externa dos Estados, concretizando objectivos de política externa num quadro multilateral. Desta forma têm vindo a ser “(...) o elo mais visível da política externa portuguesa, projectando poder e prestígio num sentido que escapa às clássicas missões de soberania que estavam acometidas aos militares.” (Fernandes, 2004, p. 579).

Também num quadro bilateral, ao permitir uma conciliação de posições e eventual definição de objectivos comuns, as Forças Armadas podem e devem contribuir para uma abertura para outras formas de cooperação, quer estatais quer não estatais, quer num quadro de relacionamento de país a país, quer num âmbito multilateral.

Neste quadro bilateral de relacionamento, as relações que têm vindo a ser desenvolvidas entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa, incluindo Timor-Leste, assumem uma importância destacada ao permitir a formação de umas Forças Armadas apartidárias, que contribuem para a consolidação da Instituição Militar como elemento estruturante do Estado e suporte das instituições democráticas, e contribuem, também, para a valorização do factor humano daqueles países.



As Forças Armadas Portuguesas têm, desde o início da década de 90, participado com frequência em operações de apoio à paz, de ajuda humanitária e em acções de Cooperação Técnico-Militar, não só em África mas também na Europa e na Ásia.

Neste quadro de actuação, o Exército tem contribuído de forma substancial para a política externa do Estado português, tanto em meios humanos como materiais como inclusive em termos financeiros, ao suportar parte dos custos com a Cooperação Técnico-Militar e com as Relações Bilaterais, ambas num quadro de Cooperação Militar Bilateral.

### **Definição do objectivo de investigação**

Face ao tema proposto, “O Exército e a Cooperação Militar Bilateral e Multilateral. Contribuição para a política externa do Estado Português” pretende-se não só mostrar, nestes quadros de actuação, as acções que têm sido realizadas pelo Exército em prol da política externa do Estado português, mas também apontar algumas falhas dessa actuação sugerindo-se algumas alterações que permitam potenciá-la, por forma a minimizá-las.

### **Pertinência do estudo**

As Forças Armadas, a partir da década de 90, têm sido chamadas a cumprir um quadro muito diversificado de missões que vão desde as tradicionais, relacionadas com a defesa da soberania, às novas missões em prol da Paz. Num contexto de acrescidas exigências, o vector militar revalorizou-se como elemento de afirmação externa dos Estados. A contribuição das Forças Armadas em tão importantes missões, como sejam as operações de paz e humanitárias ou as de Cooperação Técnico-Militar com os países lusófonos, afigura-se como insubstituível na óptica da valorização do papel de Portugal no plano internacional e da defesa dos ideais da Paz, da Democracia e da Cooperação Internacional. Neste quadro de actuação, num contexto global de actuação de todas as Forças Armadas, o papel desempenhado pelo Exército assume um maior destaque.

### **Delimitação**

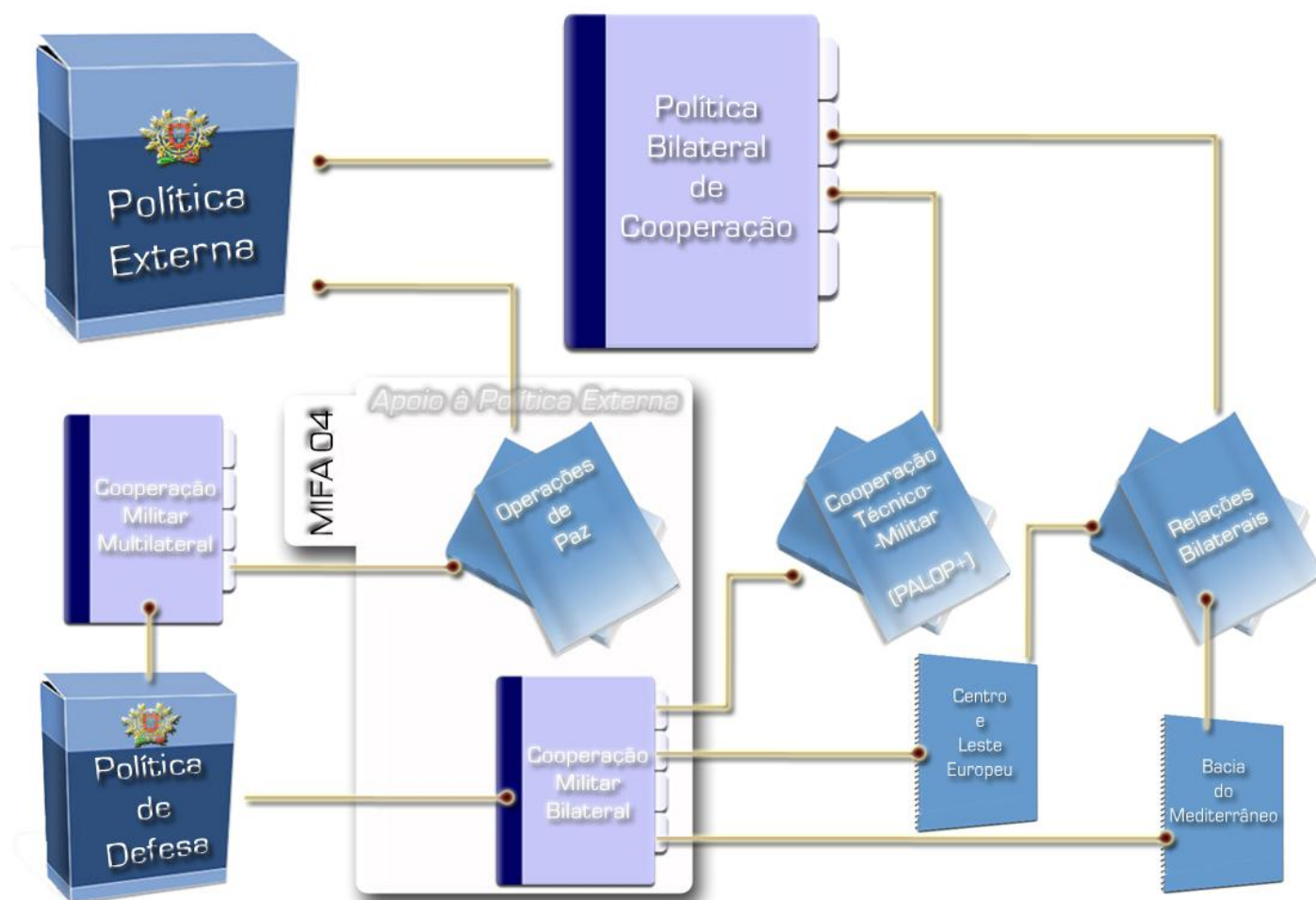
Tendo em atenção a existência de trabalhos recentes que abordaram assuntos próximos<sup>1</sup>, optámos por limitar o objectivo de estudo ao preceituado nas Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA 04), nomeadamente no que se refere às missões de apoio à política externa.

---

<sup>1</sup> ALVES, José António de Deus (1995). **As Forças Armadas e o Exército na Cooperação com os PALOP. Modelo de Articulação com o Sistema Nacional para a Cooperação – Desenvolvimentos Prospectivos**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual do Curso Superior de Comando e Direcção 1994/95; CORREIA, António Manuel Garcia (1994). **Cooperação Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Participação do Exército**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual do Curso Superior de Comando e Direcção 1993/94; GOUVEIA, João Carlos Ferreira (2003). **A Participação do Exército Português nos Compromissos Internacionais – Uma Afirmação do Estado**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Longa Duração 2001/2003; RIBEIRO, Rui Manuel Costa (2004). **Cooperação Técnico-Militar Portuguesa, Novo Modelo para uma**



Ao nível da cooperação militar bilateral optámos por estudar, não só a Cooperação Técnico-Militar com os países lusófonos (com excepção do Brasil), mas também as relações estabelecidas com os outros países, designadamente com aqueles que nos últimos anos têm tido um maior desenvolvimento (Centro e Leste Europeu e Bacia do Mediterrâneo), deixando de fora os nossos aliados tradicionais (Estados Unidos da América, Reino Unido, Itália, Espanha, Brasil e outros). Num contexto multilateral, aqui muito mais vasto, optámos por abordar apenas as operações de apoio à paz (deixando as humanitárias uma vez que a contribuição do Exército não é significativa<sup>2</sup>), conforme determinado naquele documento.



**Figura 1 – Delimitação do Trabalho**

Embora fazendo parte das missões de apoio à política externa, também optámos por não abordar a protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise, onde a

**Rentabilização de Recursos.** Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Longa Direcção do Curso de Estado-Maior 2002/04; ROQUE, João Manuel Mendonça (2005). **Diplomacia Militar. Um Conceito para Portugal.** Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Longa Direcção do Curso de Estado-Maior 2003/05.

<sup>2</sup> Neste tipo de missões a Força Aérea tem tido o papel preponderante (Duque, 1998b, p. 45) (Ver também os Anuários da Defesa Nacional, nomeadamente o capítulo respeitante às missões militares de carácter internacional).

participação do Exército tem tido pouca expressão<sup>3</sup>, uma vez que no âmbito do trabalho, apenas nos interessam as missões realizadas num quadro bilateral e multilateral.

### **Metodologia de investigação**

Iniciámos o percurso metodológico com uma pesquisa documental sobre o enquadramento legislativo que permite o cumprimento pelo Exército de missões em apoio da política externa e com um levantamento estatístico que nos permitisse determinar o esforço desenvolvido pelo Exército. Seguidamente, procurámos comparar esse esforço num quadro global das Forças Armadas e de outras entidades exteriores intervenientes nestes processos, identificando, igualmente, dificuldades sentidas no desenvolvimento dessas missões. Neste sentido realizámos algumas entrevistas a alguns dos intervenientes directos dos diferentes processos, tentando dar um aspecto mais prático ao trabalho em detrimento de uma abordagem mais teórica.

No final apresentamos algumas propostas que entendemos permitir potenciar o contributo que o Exército pode dar em apoio da política externa de Portugal.

No sentido de materializar o objectivo do nosso trabalho, pretendemos responder à seguinte questão central: Como tem contribuído o Exército, num quadro de actuação bilateral e multilateral, para a política externa de Portugal?

Perante esta questão central foi possível identificar as seguintes questões derivadas:

- Como prevê a Constituição da República portuguesa e os documentos estruturantes da defesa nacional o emprego das Forças Armadas, nomeadamente o Exército, no apoio à política externa do Estado?
- Que acções tem realizado o Exército no plano bilateral?
- Quais os entraves a essas acções?
- Qual a importância da contribuição do Exército para a Cooperação Técnico-Militar?
- Que questões se põem a essa actuação?
- Qual a participação do Exército em Operações de Apoio à Paz?
- Quais os problemas que se põem a essa actuação?

Com base na questão central e nas questões derivadas, foi possível levantar as seguintes hipóteses:

- A actuação do Exército no quadro bilateral exige avultados recursos financeiros que não podem ser assumidos pelo Ramo.

---

<sup>3</sup> Em 1997, 37 militares fizeram parte da Força de Recolha do Zaire; em 1998, na Força de Recolha do Congo e na operação “CROCODILO” participaram 10 e 66 militares, respectivamente; e em 1999, na operação “TARRAFO” e na missão de apoio à Embaixada portuguesa na Guiné-Bissau estiveram presentes, respectivamente, 19 e 13 militares do Exército.

- O reequipamento do Exército assume-se como factor de extrema importância para a prossecução deste tipo de missões.

### **Definição de termos**

**Cooperação Militar Bilateral**<sup>4</sup> – Actividade onde se “desenvolvem e consubstanciam acções concretas entre dois Estados, contribuindo de forma inequívoca e relevante para um maior conhecimento e melhor compreensão dos objectivos e interesses nacionais no domínio da Segurança e da Defesa, acrescida transparência, conciliação de posições e eventual definição de objectivos comuns” (DGPDN, 1999b).

**Cooperação Militar Multilateral** – Actividade desenvolvida por várias nações que trabalham juntas no sentido de aumentar a capacidade militar. Pode incluir a realização de contactos, estabelecimento de representações permanentes, treinos e exercícios combinados, adopção de doutrina comum, desenvolvimento comum de equipamento e a participação em forças multinacionais. As nações podem cooperar numa base de igualdade ou havendo uma ou mais nações que lideram e fornecem a estrutura para a qual as outras contribuem numa menor escala. Normalmente as nações mantêm o controlo sobre as suas próprias forças<sup>5</sup>.

**Cooperação Técnico Militar** – Actividade de Cooperação Militar Bilateral efectuada com os países lusófonos com excepção do Brasil. Esta actividade compreende um “Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais.” (Ministério da Defesa Nacional, 2005, p. 52).

**Operações de Paz** – Actividade desenvolvida no âmbito da Cooperação Militar Multilateral constituindo uma “Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o

---

<sup>4</sup> Segundo Fernando Nogueira é uma “forma de afirmação nacional ao serviço de valores que a ultrapassam; entendemo-la nos princípios do respeito mútuo e da não interferência nos assuntos internos de cada país e levada a cabo numa perspectiva de Estado a Estado. Quando a tónica da cooperação militar é a formação nos diversos domínios, constitui seguramente uma forma de contribuição para a paz e para o desenvolvimento daqueles países.” (1995, p. 41)

<sup>5</sup> Adaptado e traduzido pelo autor. “We define Multinational Defence Co-operation (MDC) as any arrangement where two or more nations work together to enhance military capability. This can include exchanges and liaison, training and exercising, common doctrine, collaborative equipment procurement, or multinational formations. Nations can either co-operate on a roughly equal basis, or with one or more taking the lead and providing a framework within which others make smaller contributions. In most co-operative arrangements, nations can - and usually do - retain national control over their own forces” (MINISTRY OF DEFENCE, 2001). Os britânicos englobam nesta definição também a cooperação bilateral.

recurso à violência entre antagonistas infra e intra-estadual.” (Ministério da Defesa Nacional, 2005, p. 58).

**Operações Humanitárias** – “Acções conduzidas ou apoiadas por organizações militares com o objectivo de auxiliar populações vitimadas por situações de emergência, cuja origem possa ter sido provocada por desastres naturais, catástrofes causadas por acções humanas, alterações civis e até, excepcionalmente, por situações de guerra.” (Ministério da Defesa Nacional, 2005, p. 58).

**Relações Bilaterais** – Tipo de actividade de Cooperação Militar Bilateral efectuada com os países do Centro e Leste Europeu e os da Bacia do Mediterrâneo.

**Política Bilateral de Cooperação** – Actividade onde se desenvolvem e consubstanciam acções concretas entre dois Estados, contribuindo de forma inequívoca e relevante para um maior conhecimento e melhor compreensão dos objectivos e interesses nacionais em todos domínios (económico, militar, diplomático, etc.).

### **Organização do estudo**

Dividimos o trabalho em três capítulos.

Após a introdução, no primeiro capítulo fazemos uma revisão da legislação que enquadra as missões do Exército em apoio da política externa.

Num segundo capítulo, procuramos analisar as relações estabelecidas entre Portugal e outro país. Para isso dividimos o capítulo em dois subcapítulos. O primeiro compreendendo todos os países pertencentes à Bacia do Mediterrâneo e ao Centro e Leste europeu. O segundo integrando os lusófonos, excepto o Brasil, onde se tem estabelecido uma relação denominada de Cooperação Técnico-Militar. Em ambos os subcapítulos, realizamos uma análise onde se apresentam as deficiências encontradas, apontando seguidamente algumas propostas que vão no sentido de, senão eliminá-las, pelo menos minimizá-las.

No terceiro capítulo descriminamos o empenhamento que o Exército tem tido, no que respeita ao seu envolvimento em operações de paz, por organização internacional responsável. Seguidamente analisamos o esforço e levantamos quais as maiores dificuldades com que o Exército se tem deparado para a realização das mesmas. Apresentamos algumas propostas no sentido de as minimizar.

Finalmente, apresentamos as conclusões, onde respondemos às questões levantadas e validamos as hipóteses formuladas, e reiteramos o conjunto de propostas já apresentadas.

## **1. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE DEFESA EM APOIO DA POLÍTICA EXTERNA**

A política de defesa<sup>6</sup> está inserida num vasto conjunto legislativo que a enquadra e que permite o seu planeamento e desenvolvimento, do qual destacamos a própria Constituição da República Portuguesa (CRP), de onde todos os outros diplomas derivam, nomeadamente o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e o Conceito Estratégico Militar. Estes estabelecem as grandes linhas de actuação das Forças Armadas e deles decorrem as Missões das Forças Armadas, o Sistema de Forças Nacional e o seu Dispositivo.

### **1.1. Constituição da República Portuguesa**

O Presidente da República Portuguesa é, por inerência, o Comandante Supremo das Forças Armadas, presidindo o Conselho de Ministros, quando para tal solicitado pelo Primeiro Ministro, presidindo sempre ao Conselho Superior de Defesa Nacional, cabendo-lhe a nomeação e exoneração, sob proposta do Governo, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, quando exista, e os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas, ouvido, nestes dois últimos casos, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, conforme expresso nos artigos 120º e artigo 133º nas suas alíneas i), o) e p) da CRP. Compete ainda ao Presidente da República, nas relações internacionais, e entre outras, declarar a guerra em caso de agressão efectiva ou iminente e fazer a paz, sob proposta do Governo, e de acordo com certas condições, de acordo com a alínea c) do artigo 135º.

O Governo é o órgão de condução da política geral do país e do seu programa constarão as principais orientações políticas e medidas a adoptar ou a propor nos diversos domínios da actividade governamental, conforme referido nos artigos 182º e 188º. De acordo com o artigo 192º, na sua alínea a), o Programa do Governo deve ser submetido à apreciação da Assembleia da República, através de uma declaração do Primeiro-Ministro, dentro dos prazos que a lei prevê.

Nos termos dos artigos 200º e 201º, o Conselho de Ministros define as linhas gerais da política governamental, bem como as da sua execução e o Primeiro-Ministro dirige e orienta a política geral do governo, coordenando e orientando a acção de todos os Ministros. De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 201º, compete aos Ministros executar a política definida para os seus Ministérios.

---

<sup>6</sup> No Apêndice A (POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL) apresentámos um resumo sucinto do que o Programa do XVII Governo Constitucional estabelece em termos de política externa e política de defesa.

Por sua vez, o n.º 5 do artigo 275º refere que incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte. O n.º 6 do mesmo artigo acrescenta as acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005)<sup>7</sup>.

## **1.2. Legislação estruturante da Defesa Nacional**

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA)<sup>8</sup> estabelece, no seu artigo 3º, que a defesa nacional é igualmente exercida no quadro dos compromissos internacionais, competindo ao Primeiro-Ministro dirigir a actividade interministerial tendente à execução da política de defesa nacional, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do seu artigo 43º. Por sua vez, compete ao Ministro da Defesa Nacional, entre outras, estabelecer as relações de carácter geral entre o MDN e os demais departamentos oficiais, e coordenar e orientar as acções relativas à satisfação dos compromissos internacionais decorrentes de acordos internacionais e, bem assim, as relações com ministérios congéneres e com organizações internacionais de carácter militar, sem prejuízo da competência do Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), de acordo com as alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 44º, respectivamente (Lei n.º 29/82, 1982).

A Lei Orgânica do MDN<sup>9</sup> refere-se à Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) como o serviço de estudo e assessoria técnica no âmbito das grandes linhas de acção de política de defesa nacional, especialmente no quadro estratégico das relações internacionais (Decreto-Lei n.º 47/93, 1993).

Ao Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) compete todas as tarefas relacionadas com o emprego operacional, competindo ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas exercer o comando completo das Forças Armadas (FA) em estado de guerra e o seu comando operacional em tempo de paz (Decreto-Lei n.º 48/93, 1993).

Por sua vez, a Lei Orgânica do Exército, no seu preâmbulo, acentua a necessidade de um Exército mais pequeno, mas mais eficaz, mas que tenha uma capacidade efectiva de garantir os compromissos internacionais do Estado, sendo-lhe ainda cometida a tarefa de satisfazer missões no âmbito desses mesmos compromissos, conforme refere o seu artigo primeiro (Decreto-Lei n.º 50/93, 1993).

<sup>7</sup> A revisão constitucional de 1997 “aditou, no artigo que a Constituição consagra à Defesa Nacional e às Forças Armadas, a participação em operações de paz e humanitárias, bem como a cooperação técnico-militar, como dois elementos relevantes das missões confiadas às Forças Armadas portuguesas.” (Vitorino, 1998, p. 172).

<sup>8</sup> Com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 41/83 de 21 de Dezembro, 111/91 e 113/91 de 29 de Agosto, 18/95 de 13 de Julho, e pela Leis Orgânicas n.º 3/99 de 18 de Setembro e 4/2001 de 30 de Agosto.

<sup>9</sup> Com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 211/97 de 16 de Agosto, 217/97 de 20 de Agosto, 263/97 de 2 de Outubro e 290/2000 de 14 de Novembro.



No Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército (GabCEME) existe a Secção de Cooperação Militar e Alianças com a incumbência de estudar, planear e coordenar as acções de Cooperação Técnico-Militar (CTM), incluindo a cooperação militar de âmbito externo (Decreto Regulamentar n.º 42/94, 1994), ficando cometida ao Estado-Maior Coordenador, entre outras, as tarefas de estudar, planear e coordenar as acções do âmbito do Exército relacionadas com a satisfação de compromissos de carácter militar, decorrentes de tratados e acordos internacionais ou na área da CTM no quadro das relações externas do País (Decreto Regulamentar n.º 43/94, 1994).

Do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado em Janeiro de 2003, releva-se a prevenção de conflitos externos, pelo reforço de participação nas instituições e organizações internacionais que visam materializar o diálogo, a cooperação e a participação nos esforços colectivos de segurança. Respeita-se a observância dos compromissos assumidos na afirmação de um alinhamento europeu e atlântico. No plano militar, o CEDN afirma que se deve providenciar no sentido de que as FA possam actuar, para além do âmbito das missões específicas e fundamentais da defesa militar da República, como instrumento da política externa do Estado. Finalmente, menciona-se que o sistema de forças a constituir deve assegurar as capacidades para satisfazer os compromissos assumidos internacionalmente e colaborar nas operações de manutenção ou de estabelecimento de paz, integradas em forças multinacionais a constituir no âmbito internacional, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e União Europeia (UE), devendo os programas de desenvolvimento a implementar irem no sentido de permitir que essas capacidades estejam coordenadas, preferencialmente, com as da OTAN e da UE. Referir ainda que, estando a estratégia de defesa nacional ao serviço da preservação do Estado soberano e independente, a sua preservação e independência passa também pela promoção de políticas que valorizem o papel de Portugal nas instâncias internacionais relevantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 2003).

Do Conceito Estratégico Militar (CEM) realça-se o alinhamento que deve ser assumido para a definição das possíveis opções de actuação das Forças Armadas, em acordo com o referido no CEDN, como as áreas prioritárias para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural: a OTAN; a Política Europeia de Segurança e Defesa; a ONU (onde é realçada a importância de, sob a sua égide, participar em operações de apoio à paz e humanitárias); a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Refira-se ainda o nível de ambição no que concerne às Forças Terrestres que passa pelo empenhamento e sustentação continuados, em três teatros de operações em simultâneo, de uma força de escalão batalhão: um numa situação de conflito de alta intensidade e os restantes em missões humanitárias e de paz. Em alternativa, uma força de escalão brigada num único teatro de operações para todo o espectro de missões. É também de relevar o desenvolvimento das capacidades necessárias para garantir a mobilidade táctica, nomeadamente meios aéreos orgânicos, e uma disponibilidade permanente de forças de operações especiais e contribuições em pessoal e estruturas de estado-maior para um quartel-general conjunto de operações especiais, a serem utilizados de forma sustentada em todo o espectro de missões (Conceito Estratégico Militar, 2004).

Por sua vez, as MIFA (04), explicitam, objectivamente, as missões comuns a desempenhar pelas Forças Armadas em apoio à política externa que, num quadro bilateral e multilateral, compreende as missões de paz e humanitárias assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faz parte e as acções de Cooperação Técnico-Militar e militar no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais subscritos por Portugal, assim como a protecção e evacuação de cidadãos nacionais (Missões Específicas das Forças Armadas, 2004).

Verifica-se deste modo que, desde 1997, a CRP aponta, de forma objectiva, para a utilização das Forças Armadas ao serviço dos interesses nacionais, em sentido amplo, pois para além de actuarem como garante da soberania e da integridade territorial do país, respondem também às responsabilidades do país para com o conjunto da comunidade internacional e prevê a sua participação em acções de Cooperação Militar Bilateral, com particular destaque para os PALOP (Baltazar, 2005, p. 240).

As missões das Forças Armadas reflectem a sua actuação face ao novo contexto internacional onde se verifica um maior protagonismo das organizações internacionais de que Portugal faz parte, tais como a ONU, a OTAN, a EU e a OSCE.



## **2. COOPERAÇÃO MILITAR BILATERAL**

A cooperação militar bilateral tem-se desenvolvido em torno de três pólos distintos: os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); o Centro e o Leste Europeu; e os países da Bacia do Mediterrâneo.

O pólo dos PALOP, integrando desde Maio de 2002 Timor-Leste, tem-se constituído como prioritário com a execução de projectos de CTM de reestruturação, formação, modernização e sujeição ao poder político das Forças Armadas desses países, conforme os Acordos de Cooperação desenvolvidos e ajustados mutuamente. Devido a objectivos próprios e a particularidades que se prendem com uma mesma língua e um passado de vivências comuns, este relacionamento no âmbito da CTM tem-se desenvolvido separado dos restantes pólos.

Outro pólo onde se tem verificado um maior desenvolvimento das relações bilaterais é o Centro e o Leste Europeu, fruto dos alargamentos tanto da UE como da OTAN e que envolve também um dos projectos desta última organização como é a Parceria para a Paz (PfP), projecto este “de grande importância para segurança europeia” (Duque, 1998a, p. 44).

Por fim, o outro pólo envolve os países da Bacia do Mediterrâneo, respondendo também a necessidades de confiança e cooperação não só de Portugal mas também decorrentes dos compromissos assumidos dentro da UE e da OTAN. “Tendo em atenção a necessidade de implementação de acções coordenadas, de carácter global e que tirem partido das sinergias existentes, qualquer actividade no contexto do relacionamento com os Parceiros do Mediterrâneo, deve ser sempre equacionada no quadro das organizações internacionais patrocinadoras do diálogo (em especial a NATO e a União Europeia), no quadro regional, sub-regional e, necessariamente, no quadro bilateral.” (Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, 2004, p. 19).

Convém esclarecer que, embora não seja abordado no trabalho, além destes pólos onde se tem verificado maior desenvolvimento, Portugal mantém relações bilaterais com os seus tradicionais aliados e países amigos, como seja o caso dos Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, Itália, Espanha, Brasil e outros mais.

A cooperação que envolve todos os países, com excepção dos PALOP e Timor-Leste, constitui o que genericamente denominámos de Relações Bilaterais.

### **2.1. As Relações Bilaterais**

Desenvolvendo-se de encontro aos interesses comuns entre dois estados, as Relações Bilaterais podem completar “de modo mais pontual e concreto, as relações ao nível multilateral (alianças, blocos, organizações internacionais).” (Calmeiro, 2005, p. 12).

Cabe à DGPDN, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, (LOMDN) assegurar “sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os contactos com os outros países, (...), com vista à celebração de acordos bilaterais no âmbito da defesa (...)” (Decreto-Lei n.º 47/93, 1993, p. 803). Neste sentido, é à DGPDN, através do seu Departamento de Relações Bilaterais (DRB), que incumbe a negociação e a definição dos Acordos Bilaterais<sup>10</sup> a estabelecer, além do necessário acompanhamento da cooperação decorrente dos Planos de Actividades anuais que são negociados e integrar as reuniões das Comissões Mistas<sup>11</sup> estabelecidas naqueles acordos, em coordenação e estreita ligação com os Ramos e os outros órgãos do MDN (Decreto Regulamentar n.º 10/95, 1995, p. 3187).

O DRB, para além da referida participação directa na negociação de diversos Acordos, tem também vindo a dar o seu contributo para a promoção de Memorandos de Entendimento ou Protocolos, que não são da sua directa área de responsabilidade, mas que têm implicações no desenvolvimento da rede de relações bilaterais de Defesa do nosso País, tais como os Acordos de Cooperação Técnica em Matéria de Cartografia Militar, no âmbito do Instituto Geográfico do Exército.

#### 2.1.1. Áreas de Actuação

As áreas mais significativas contempladas nos diversos Programas de Cooperação Militar, e com uma duração bienal, que têm sido desenvolvidas e apreciadas anualmente nas reuniões realizadas pelas Comissões Mistas, ora em Portugal ora no outro país, constituídas no âmbito dos diversos acordos celebrados, são as seguintes, algumas delas com grande envolvimento do Exército:

- “Subordinação das Forças Armadas ao poder político;
- Processo de reformas nas Forças Armadas;
- Formação militar nos três ramos das Forças Armadas;
- Planeamento de Defesa e elaboração dos orçamentos militares;
- Troca de informação no domínio das Indústrias de Defesa;
- Contactos entre Institutos de Defesa;
- Troca de experiências no domínio da simulação de exercícios;
- Observação de exercícios militares tipo “livex”;
- Visitas de navios a portos nacionais;

<sup>10</sup> No Anexo A (ACORDOS BILATERAIS DE DEFESA) constam os Acordos assinados por Portugal no âmbito das Relações Bilaterais de Defesa.

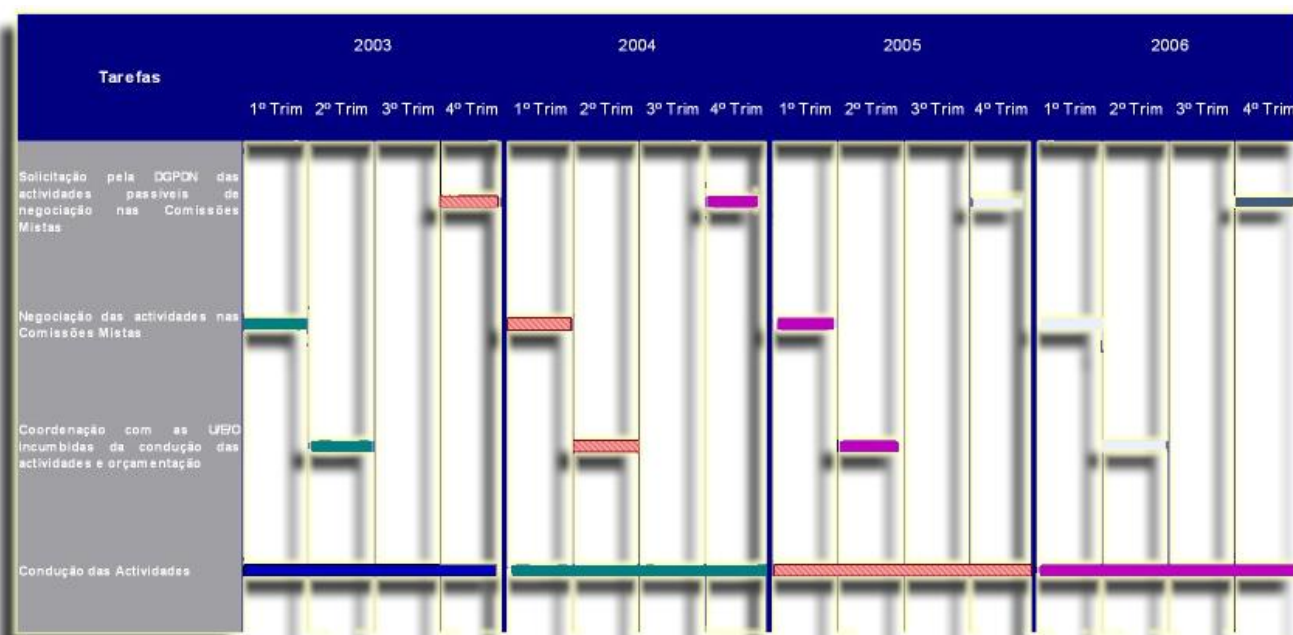
<sup>11</sup> Comissões estabelecidas com representantes de ambos os países.

- Conversações sobre protecção do ambiente no domínio da Defesa;
- Troca de experiências no domínio das comunicações militares;
- Cursos de operações especiais;
- Cursos de “peacekeeping”;
- Conversações sobre história militar.” (DGPDN, 1999b, p. 3).

### 2.1.2. Contributo do Exército

Através da Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, em coordenação com as Divisões do Estado-Maior do Exército, Comandos Funcionais e Territoriais, o Exército participa no estudo, planeamento e coordenação dos assuntos no âmbito das Relações Bilaterais, nas áreas que lhe são próprias<sup>12</sup>.

#### 2.1.2.1. Planeamento e realização das actividades



**Figura 2 – Ciclo de Planeamento e Realização das Actividade de âmbito Bilateral**

Todo o processo envolvendo o planeamento e o desenvolvimento das diversas actividades acordadas, desenrola-se ao longo de dois anos envolvendo três anos legais. Neste sentido as

<sup>12</sup> No que diz respeito à frequência de Cursos e Estágios a coordenação encontra-se espalhada por várias entidades. Para a frequência em Portugal, enquanto a Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME coordena com o Comando de Instrução e a DGPDN os alunos/militares dos PALOP, os dos restantes países são recebidos, dentro do Exército, através da Divisão de Informações Militares do Estado-Maior do Exército (normalmente através dos adidos de defesa) que encaminha esses pedidos para o Comando de Instrução. Quanto à frequência de cursos no estrangeiro, é o Comando de Pessoal que apresenta as várias propostas de nomeação ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Exceptua-se o Curso de Estado-Maior que envolve também o antigo Instituto de Altos Estudos Militares, aguardando-se regulamentação específica interna que faça face à extinção deste. Todo este processo encontra-se regulamentado através da Directiva n.º 102/99/CEME, de 19Mai99. No que diz respeito à participação de exercícios de âmbito bilateral encontram no Comando Operacional das Forças Terrestres e na Divisão de Operações do Estado-Maior do Exército as entidades coordenadoras.

actividades que se realizem em determinado ano “A”, têm o início do seu planeamento no ano “A-2”, com as excepções referidas (ver nota de rodapé n.º 9).

No último trimestre do ano “A-2”, a DGPDN solicita aos Ramos qual o conjunto de actividades do seu interesse e que poderão ser negociadas nas reuniões das Comissões Mistas, que se reúnem no primeiro trimestre do ano “A-1”.

Após receber a solicitação da DGPDN, a Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, com estreito envolvimento dos Comandos Funcionais e Territoriais, elabora uma lista consolidada das actividades com interesse para o Exército e que devolve à DGPDN.

Após a negociação nas Comissões Mistas, inicia-se no segundo trimestre do ano “A-1” o ciclo que envolvendo as diversas entidades do Exército, irá permitir concluir sobre a viabilidade da sua realização, datas de realização, programas e custos estimados associados. Este ciclo pode estender-se no tempo (Calmeiro, 2005, p. 13-15). No ano “A” desenrolam-se as diversas actividades que envolvem normalmente três a quatro elementos, durante três a quatro dias (exceptuando a realização de cursos que podem ter uma duração até um ano). Em termos práticos, e por razões orçamentais e de capacidade de resposta, cada uma das diversas U/E/O não deve estar envolvida em mais do que três ou quatro actividades (DGPDN, 1999b, p. 5).

Um dos aspectos que ressalta, neste processo de planeamento, é a inexistência de um planeamento de médio prazo, que espelhe de forma concreta quais os objectivos a atingir e quais as áreas e países prioritários. Consequentemente, muitas actividades iniciadas não têm continuidade, tendo implicações na credibilidade deste tipo de cooperação. Além do mais, verifica-se que só após a negociação é que se apura da viabilidade das actividades. Podendo ser válido para as que são propostas pela outra Parte, tal não é aceitável para as propostas por Portugal<sup>13</sup>.

As actividades de Relações Bilaterais, embora com cobertura orçamental por parte da DGPDN, durante os anos de 2000 a 2003, foram asseguradas sobretudo através do orçamento das U/E/O encarregues da execução dessas actividades (Calmeiro, 2005, p. 13-15). Sabendo dos constrangimentos orçamentais que tem havido, era impossível ao Exército continuar a assegurar estes custos sem contrapartidas orçamentais, o que levou a que, desde o último trimestre de 2004, a realização de actividades só seja realizada desde que haja outra entidade que suporte os inerentes custos.

<sup>13</sup> Referido por Cavaleiro em entrevista realizada em 01Set.

As dificuldades financeiras têm tido grandes implicações na realização das diversas actividades acordadas e planeadas, sendo mesmo o maior factor de cancelamento ou adiamento das mesmas<sup>14</sup>.

Durante o quinquénio de 2000-2004 foram planeadas 232 actividades<sup>15</sup>, das quais 114 em Portugal e 118 noutros países, das quais foram realizadas 52 no estrangeiro e 63 em Portugal. Das planeadas, foram adiadas 22 actividades, 14 no estrangeiro e oito em Portugal. Verifica-se assim uma taxa de realização total inferior a 50%, embora a taxa de realização das actividades em Portugal ronde os 55%.

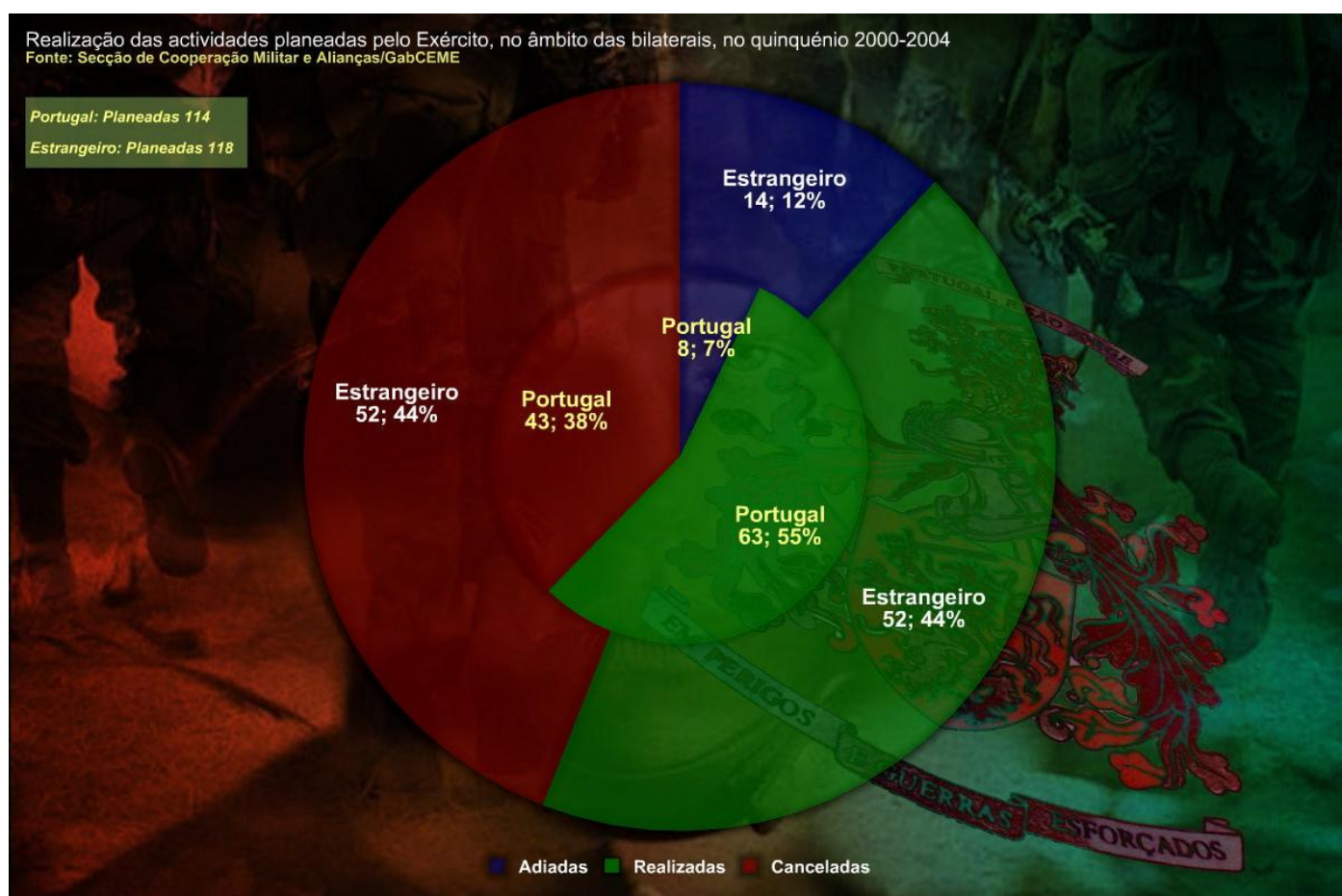


Figura 3 – Taxa de realização das actividades bilaterais durante 2000-2004

<sup>14</sup> Referido por Cavaleiro e Calmeiro em entrevistas realizadas, respectivamente, em 01Set e 09Set05.

<sup>15</sup> No Apêndice B (ACTIVIDADES PLANEADAS BILATERALMENTE DURANTE 2000-2004) pode ver-se um gráfico que mostra, por países, o número de actividades planeadas quer em Portugal quer no estrangeiro. No Apêndice C (U/E/O DO EXÉRCITO ENVOLVIDAS DURANTE 2000-2004) indicam-se quais as U/E/O envolvidos em actividades de âmbito bilateral e com quais os países. De referir a preponderância de actividades no âmbito do ensino, cartografia, transmissões e guerra electrónica, engenharia e NBQ e forças especiais destacando-se o IAEM, CIOE, EPT, EPE e IGeoE. Verificaram-se também intercâmbios no domínio operacional com a BAI e desde 2003 com o RI 1 (relativamente aos Comandos). O facto de Portugal pertencer à OTAN, sendo um dos seus países fundadores, mereceu também o interesse, principalmente por parte dos países do Leste Europeu, com vista a um melhor conhecimento do Exército Português (Calmeiro, 2005, p. 16). No Apêndice D (PLANEAMENTO DE ACTIVIDADES, POR PAÍSES, PARA 2005) apresentam-se as actividades planeadas para 2005.



Nas actividades realizadas estiveram envolvidos 189 militares estrangeiros que nos visitaram, havendo 139 portugueses empenhados nos outros países.

Das diversas áreas de actuação, as que têm tido um interesse especial pelo Exército podem agrupar-se em cinco grandes conjuntos (Calmeiro, 2005, p. 16):

- Cooperação em áreas especializadas (envolvendo domínios como a topografia, cartografia, história e museus militares);
- Observadores militares (observação de exercícios militares, tanto de Postos de Comando como com forças no terreno);
- Troca de experiências (em áreas que cobrem a actividade do Exército desde Engenharia, Transmissões, Pessoal, Informações, Logística, Operações, entre outras);
- Cursos e Estágios;
- Visitas de intercâmbio (envolvendo Escolas Práticas, Estabelecimentos de Ensino Militar e outras unidades).

Cobrindo estes grandes conjuntos, as actividades obedecem a um programa de acordo com os interesses e capacidades de cada país envolvido, garantindo-se deste modo “(...) a credibilidade da sua realização, acautelam-se condicionamentos orçamentais e de efectiva capacidade de resposta das U/E/O envolvidas.”(Calmeiro, 2005, p. 16), mas apenas naquelas actividades em que houver disponibilidade financeira de ambos os países para a sua execução.

### 2.1.3. Análise

O esforço das Relações Bilaterais tem sido efectuado em torno dos países pertencentes à Bacia do Mediterrâneo e dos países do Centro e Leste Europeu, principalmente dos que aderiram mais recentemente à OTAN.

Embora sejam planeadas pelo Exército, as actividades realizadas com estes países rondam apenas os 50% de execução, o que dificilmente dá credibilidade a este tipo de cooperação. Ainda que a maior parte das actividades sejam canceladas por motivos financeiros<sup>16</sup>, não existem objectivos e áreas de actividades prioritárias claramente definidos a médio prazo, o que implica que o seu cancelamento seja efectuado de forma arbitrária e tendo quase exclusivamente razões de ordem orçamental, e que as áreas a desenvolver fiquem muito ao arbítrio das U/E/O. A isto acresce-se um período de planeamento e execução longo que se estende por três anos legais.

Verificou-se também uma ausência quase total de relatórios que espelhassem as actividades realizadas, os ensinamentos colhidos e os melhoramentos introduzidos, de forma a permitir uma

---

<sup>16</sup> Note-se que o cancelamento de actividades é repartido por Portugal e pelos outros países; as razões orçamentais dizem respeito àquelas actividades por nós canceladas, julgando-se plausível que o mesmo se passe com os outros países.

estruturação da evolução dessa actividade e a não repetição do mesmo programa. Este assunto tem merecido uma atenção especial por parte dos responsáveis do Exército, tendo já sido implementado a obrigatoriedade da realização de relatórios aquando da ida para o exterior<sup>17</sup>.

De referir ainda que a informação respeitante às relações bilaterais encontra-se disseminada por várias entidades do Exército o que dificulta o apuramento e coordenação de todas as iniciativas. Actividades como a frequência em Portugal de cursos por militares de outros países, ou a de nacionais naqueles países e a participação de exercícios de âmbito bilateral envolvem outras entidades coordenadoras. Isto é tanto mais grave porquanto, já em 1999, a DGPDN alertava para a possibilidade de ocorrerem actividades de cooperação não levadas ao seu conhecimento (DGPDN, 1999b).

#### 2.1.4. Propostas

A existência de um planeamento que cobrisse três a cinco anos de execução de actividades e que englobasse quais os países prioritários, as actividades a desenvolver, por ordem de importância de realização pelo Exército, de acordo com os objectivos que se pretendem atingir definidos a nível ministerial, e de um orçamento que deveria estar centralizado, poderão dar um carácter mais prático a esta cooperação. Isto evitaria um planeamento realizado todos os anos para uma execução a verificar-se dois anos depois, e uma tão elevada taxa de cancelamentos.

Todas as actividades deveriam ter uma programação detalhada e de custos associados, de forma a uma fácil actualização do orçamento necessário. Para isto deveriam ser constituídas Entidades Técnicas Responsáveis (ETR) e Directores Técnicos (DT) responsáveis por cada actividade ou área de actuação, de forma a permitir um acompanhamento constante.

Após a execução de uma actividade, quer em Portugal quer no estrangeiro, deveria ser elaborado um relatório que espelhasse não só o que foi feito mas também o que não foi possível fazer, ensinamentos colhidos, alterações ao programa caso este seja de continuar e possíveis novas áreas de desenvolvimento. No final do ano deveria ser feito um relatório anual que reflectisse o esforço feito pelo Exército neste tipo de cooperação.

Existe ainda um conjunto de actividades que poderá ser alvo de uma análise a fim de se aferir de futuras áreas de cooperação. Referimo-nos à integração em exercícios nacionais militares, não só do âmbito do Exército mas também nos exercícios de âmbito conjunto, com células e forças de países interessados, quer na fase de planeamento quer durante a execução em detrimento da utilização de observadores.

---

<sup>17</sup> Referido por Calmeiro em entrevista realizada em 09Set05.

Outra área passível de desenvolvimento diz respeito à participação do Exército em acções de interesse público. Nomeadamente na troca de experiências em caso de calamidades naturais ou de segurança interna e de apoio à população e, quem sabe num futuro próximo, ao apoio efectivo a outros países, em caso de necessidade. “Em tempo de paz e em terra, as forças terrestres limitam-se ao eventual apoio a instituições que zelam pela segurança, bem-estar e desenvolvimento, dentro de normas estabelecidas. Estas missões são cumpridas no território nacional, mas já se equaciona a participação das Forças Armadas em missões de interesse público internacional.” (Duque, 1998a, p. 45). Este apoio, a ser prestado, deverá estar integrado num esforço nacional de ajuda, do qual dependerá, e poderá compreender outras entidades como sejam bombeiros, médicos e enfermeiros, Guarda Nacional Republicana, protecção civil e outros.

Deverá ser responsabilizada uma entidade dentro do Exército que defina quais as actividades que deverão ser consideradas no âmbito das relações bilaterais e que congregue toda a informação sobre esta área, informação essa que deverá ser devidamente disponibilizada e acessível de modo a dar mais visibilidade às acções desenvolvidas pelo Exército.

## **2.2. A Cooperação Técnico-Militar**<sup>18</sup>

Definida pelo Ministério da Defesa Nacional, e subordinada a linhas de orientação política emanadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, insere-se na política bilateral de cooperação, contribuindo para a paz e para o desenvolvimento global que, cimentada pelo uso comum da língua portuguesa e pelos laços históricos e culturais decorrentes de uma vivência de quase 500 anos, tem envolvido os PALOP. Em 20 de Maio de 2002, esta acção foi igualmente estendida a Timor-Leste.

A política de CTM concretiza-se na execução de Projectos<sup>19</sup> que decorrem de solicitações apresentadas pelas autoridades dos PALOP as quais são inscritas em Programas-Quadro (PQ), avaliados e aprovados em reuniões das Comissões Mistas Permanentes de Cooperação. Os projectos são caracterizados por objectivos, acções a desenvolver, duração, calendarização, custos, direcção técnica (bilateral) e identificados, quanto à sua execução, em:

- Assessorias técnicas;

<sup>18</sup> Os dados apresentados no âmbito da Cooperação Técnico-Militar resultam da consulta das Bases de Dados da Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, nomeadamente de Pessoal em CTM, da Formação em Portugal, da Formação nos PALOP e da Assistência Médica em Portugal, e dos vários relatórios anuais elaborados por aquela e pela Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional/MDN, além dos anuários estatísticos da Defesa Nacional e do Exército. Esses dados têm como data final de referência 31Dez04. No Apêndice E (RESENHA HISTÓRICA DA CTM) apresenta-se uma resenha histórica da CTM.

<sup>19</sup> No Apêndice F (LISTA DE PQ EM VIGOR EM 2005) encontra-se a lista de projectos aprovados para todos os países em vigor durante o ano de 2005 referida a Maio de 2005.



- Formação de pessoal (em Portugal e nos PALOP (+)<sup>20</sup>);
- Fornecimentos de material;
- Prestação de serviços.

A direcção e execução técnica dos projectos associados à especificidade de cada um dos Ramos pertencem aos mesmos, cabendo à DGPDN a direcção política. Quantos aos projectos que fogem da especificidade dos Ramos, embora sejam executados sobretudo por estes, a direcção técnica e orientação política cabe sempre à DGPDN.

#### 2.2.1. Objectivos da CTM

Determinados pela DGPDN, os “Objectivos Permanentes, Políticos e Estratégicos da Cooperação Técnico-Militar/CTM Portuguesa”<sup>21</sup>, foi igualmente definida a forma de os materializar:

- “Fomentar o conceito de que a instituição militar é factor estruturante dos Estados e das Nações, contribuindo decisivamente para a consolidação da identidade nacional;
- Apoiar a organização, a formação e o funcionamento das Forças Armadas dos PALOP e de Timor-Leste, tendo em permanente atenção a especificidade sócio-económica e político-militar de cada país;
- Conferir prioridade elevada aos Projectos de Cooperação Técnico-Militar relacionados com o desenvolvimento cultural e económico desses países, nomeadamente a formação, nas áreas jurídico-administrativa e técnico-científica;
- Finalmente, consolidar a formação de unidades militares e serviços de apoio desenvolvidos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar e que possam vir a ser empregues pelos órgãos de soberania de cada PALOP em Operações de Apoio à Paz, Humanitárias ou de Gestão de Crises, sob os auspícios da ONU ou de Organizações Regionais de Segurança e Defesa, mandatadas para tal.”(1999c, p. 140).

<sup>20</sup> Para efeitos do presente trabalho, quando se referir PALOP (+) deverá incluir-se Timor-Leste aos restantes PALOP.

<sup>21</sup> Objectivos Permanentes, Políticos e Estratégicos da Cooperação Técnico-Militar/CTM Portuguesa, conforme expressos pela DGPDN:

- “Afirmar a presença de Portugal no Mundo pela participação activa das Forças Armadas Portuguesas na sustentação da Política Externa do Estado, especialmente com os Países de Língua Portuguesa para o apoio ao desenvolvimento;
- Contribuir para o estreitamento da Cooperação no Mundo Lusófono em geral e da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa em especial, reforçando os laços culturais, históricos e económicos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa/PALOP e com Timor-Leste, vulgarizando o uso da língua portuguesa e projectando a visão humanista da lusofonia;
- Contribuir para a segurança e a estabilidade interna dos PALOP e de Timor-Leste através da formação de Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e totalmente inseridas no quadro próprio de regimes democráticos.” (1999c, p. 140).

### 2.2.2. Assessorias Técnicas

Um número importante dos projectos de CTM desenrola-se nos PALOP, o que obriga ao estabelecimento de assessorias constituídas por militares e civis das Forças Armadas portuguesas que, dependente do tipo de projectos, obriga a uma permanência naqueles países, ou apenas a deslocações de curta duração. Estes projectos cobrem um conjunto de áreas que vão desde a formação nos PALOP e em Timor-Leste, até projectos de engenharia, passando pela elaboração do suporte legislativo e actuação das Forças Armadas de cada país.

Para apoio destes militares naqueles países foram constituídas Residências da CTM, administradas por militares portugueses, na sua maioria do Exército, permitindo assim as condições necessárias à prossecução dos diversos projectos, numa óptica de rentabilização dos recursos disponíveis.

O Apêndice G (SAÍDAS DE MILITARES DO EXÉRCITO PARA ACÇÕES DE CTM)<sup>22</sup> ilustra o enorme esforço que o Exército tem feito de forma a assegurar a continuidade dos diversos projectos. De referir que a maior parte dos militares que têm participado neste tipo de acções são Oficiais e Sargentos, sendo o número de Praças e de Civis muito reduzido.

Este esforço não se reflecte apenas no número de militares que têm sido envolvidos mas também na sua selecção, aprontamento (em termos de fardamento e preparação sanitária à ida e o despiste de doenças infecciosas à chegada) além da continuação do pagamento dos respectivos vencimentos, obrigando também a um desdobramento de pessoal nas respectivas Unidades de modo a assegurar as funções que desempenhavam antes do embarque. No Apêndice I (ENCARGOS ASSUMIDOS PELO EXÉRCITO COM A CTM) apresentam-se os encargos que têm sido assumidos pelo Exército com as assessorias militares nos PALOP<sup>23</sup> e em Timor-Leste, nos últimos 5 anos, complementados com os encargos com a formação em Portugal.

Da análise do Apêndice G (SAÍDAS DE MILITARES DO EXÉRCITO PARA ACÇÕES DE CTM) complementada com os dados constantes do Apêndice H (SAÍDAS POR PAÍS E POR ANO) constata-se o esforço que tem sido desenvolvido desde 1995 com Angola (país que apresenta actualmente o maior número de projectos). Também ressalta o facto de em apenas 5

<sup>22</sup> Reflecte apenas saídas para missões de CTM; não engloba o número de militares que de um ano para o outro permaneceram em CTM, o que daria um número consideravelmente superior (só a título de exemplo, e em 2004, estiveram em CTM 173 militares dos quais apenas 119 partiram nesse ano). Engloba também os funcionários do Quadro de Pessoal Civil do Exército. No Apêndice H (SAÍDAS POR PAÍS E POR ANO) discrimina-se por países e por anos o número de saídas.

<sup>23</sup> Estes encargos envolvem a preparação sanitária, fornecimento de fardamento e equipamento individual e os respectivos vencimentos (englobando o subsídio de condição militar e o fixo). O Despacho nº. 220/MDN/91, de 26Dez91, estabelece as regras e as competências em matéria de encargos financeiros das várias entidades envolvidas na CTM – Anexo B (ENCARGOS COM A CTM).

anos<sup>24</sup> o número de militares em CTM com Timor-Leste ultrapassar os que estiveram com Cabo Verde, primeiro país a assinar com Portugal um acordo de cooperação de cariz militar. Note-se ainda o facto de, pela primeira vez em vários anos, no ano de 2004 o número de militares com destino a Moçambique ter ultrapassado o número daqueles com destino a Angola, tendo para isso contribuído o projecto da Academia Militar de Nampula e respectiva Residência da CTM naquela cidade (note-se apenas, e mais uma vez, que um maior número de saídas não implica por si só um maior número de militares em CTM nesse ano)<sup>25</sup>.

### 2.2.3. Formação de pessoal

A componente da formação de pessoal constituiu uma das áreas fulcrais da CTM, e como tal entendida pelo Exército. Com ela pretende colaborar-se na formação das elites militares, que em alguns casos se confundem com as elites governamentais daqueles países, e também das bases das respectivas forças armadas de forma a modernizá-las e transformá-las em forças apartidárias, como garante de instituições democráticas, funcionando deste modo como um vector de desenvolvimento e de coesão nacional.

Esta componente, tendo em vista não só o país onde se ministra essa formação mas também os seus objectivos, pode ser dividida em: Formação em Portugal; e Formação nos PALOP (+). Relacionada com a Formação nos PALOP (+), mas integrada na componente das assessorias, encontram-se as actividades de criação e/ou adaptação de infra-estruturas para a formação nos PALOP, como sejam os casos da já citada Academia Militar de Nampula, em Moçambique, o Centro de Instrução do Morro Branco, em Cabo Verde, ou a Escola de Sargentos do Lubango, em Angola, para citar apenas alguns exemplos.

#### 2.2.3.1. Formação em Portugal

A formação de pessoal dos PALOP nas Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (U/E/O) do Exército, constitui um instrumento privilegiado de intervenção no âmbito do desenvolvimento da Cooperação Técnico-Militar com os PALOP, contribuindo ainda fortemente para a preservação e difusão do uso da língua portuguesa e para o estreitamento dos laços culturais já existentes.

Considerada no seu todo (todos os Ramos e MDN envolvidos), a formação de pessoal em Portugal constitui-se como a componente nuclear da CTM, pretendendo dotar-se os militares dos

<sup>24</sup> Só a partir de 20Mai02 se pode falar verdadeiramente em CTM com Timor-Leste. No entanto, verificou-se o envio de militares portugueses a partir de 2000 e até àquela data, o que possibilitou o arranque da formação das Forças de Defesa de Timor-Leste (as primeiras assessorias que deram instrução ao 1º Batalhão e a criação do 2º Batalhão estiveram naquele país antes da assinatura do Acordo), que sempre foi assumido pelo Exército como uma actividade de CTM, tendo sido o embrião desta.

<sup>25</sup> No Apêndice J (PESSOAL EM MISSÃO DE CTM NOS PALOP (+), e referido a 01Set05, indica-se o número de militares do Exército em missão de CTM nos PALOP (+).

PALOP com os conhecimentos técnico-científicos capazes de potenciar as capacidades das suas Forças Armadas e consequentemente dos seus países permitindo, nomeadamente:

- Apoiar a organização e eficiência das Forças Armadas dos PALOP<sup>26</sup>, no quadro da valorização dos respectivos interesses nacionais, contribuindo para o reforço da identidade nacional e garantindo a segurança e a estabilidade internas;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social, fomentando a profissionalização técnico-científica do tecido social, através da via militar.

A formação de pessoal nas U/E/O decorre de acordo com a disponibilidade de cursos apresentada pelo Exército, em conjugação com as necessidades das Forças Armadas dos PALOP, obedecendo às seguintes prioridades:

- Cursos de formação de Oficiais do Quadro Permanente (QP) na Academia Militar (AM);
- Cursos de Estado-Maior e Promoção a Oficial Superior no actual Instituto de Estudos Superiores Militares;
- Cursos/Estágios de qualificação ou especialização em domínios específicos;
- Ensino Secundário (Colégio Militar (CM), Instituto de Odivelas (IO) e Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE)) sendo, nestes casos, a admissão de jovens dos PALOP feita através de provas de admissão, ficando na situação de bolseiros (a expensas da Cooperação Portuguesa) ou na situação de não bolseiros (a expensas próprias, não sendo assim incluídos no âmbito das actividades de CTM).

Anualmente, são disponibilizados pelo Exército um conjunto de vagas para os diferentes cursos, cuja complementaridade permite estabelecer uma malha que cobre a formação na área das disciplinas técnico-científicas através da qual se pretende alcançar o objectivo definido e que, no essencial, contempla a formação nos seguintes níveis:

- Cursos de Formação Ensino Básico e Secundário;
- Cursos de Promoção;
- Cursos de Qualificação.

Salienta-se que os militares/alunos dos PALOP frequentam Cursos/Estágios nas U/E/O do Exército em igualdade de circunstâncias com os militares nacionais, nomeadamente ao nível da aplicação de critérios classificativos, sendo atribuídos diplomas comprovativos àqueles que completam a frequência do curso com aproveitamento.

<sup>26</sup> Ainda não foram formados em Portugal, pelo Exército, militares de Timor-Leste, estando previsto a sua formação no ano lectivo de 2005-2006 [ver Apêndice K (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – VAGAS PARA O ANO 2005-2006)].

Entretanto, ao longo dos últimos anos, tem vindo a aumentar a tendência para privilegiar a formação ministrada nos PALOP, quer conjugando assessorias aos Projectos de Cooperação em curso quer pelo recurso ao método “on job training” ensinando e edificando ao mesmo tempo.

Iniciada na década de 80, a formação de pessoal dos PALOP nas U/E/O do Exército evoluiu, a partir de 1991, após ter sido estabelecido um conjunto de normas respeitantes à selecção, ingresso e posterior retorno do pessoal aos respectivos países, e ainda pela formulação de um Programa Anual de Formação em Portugal. Neste sentido, estiveram em Portugal, e até 31Dez04<sup>27</sup>, 1604 alunos/militares<sup>28</sup> (incluindo 2 do Zimbabué), correspondendo a um total de 3018 acções de formação<sup>29</sup>.

O número de alunos/militares alvo de acções de formação no Exército, durante o ano de 2004, cifrou-se em 109. Destes, 67 continuaram a sua formação em 2005, regressando aos seus países de origem 42. Durante a sua permanência em Portugal, os alunos/militares frequentaram Cursos/Estágios previstos nos PFeE 2004 do Exército ou estágios específicos não planeados mas efectuados a pedido das autoridades militares dos respectivos países<sup>30</sup>.

Com vista a facilitar a inserção não só na Unidade mas também ao modo de vida em Portugal<sup>31</sup>, o aluno/militar dos PALOP é sujeito a um período inicial de inserção. É nesta fase que se procede à realização de provas de admissão, normalmente constituídas por exames médicos e provas físicas, complementadas em certos casos com a realização de provas culturais e exames psicotécnicos.

Na Academia Militar este período de adaptação tem características únicas. Devido ao grau de ensino que é ministrado e às condições de admissão que são exigidas, constatou-se que nem sempre os candidatos dos PALOP reuniam o nível mínimo que lhes permitiria acompanhar o ensino aí ministrado. Neste sentido foi criado um curso muito específico concebido para facultar aos cadetes oriundos dos PALOP uma pré-qualificação ao nível científico e militar que os capacitasse para a frequência dos cursos da AM, Escola Naval (EN) e Academia da Força Aérea

<sup>27</sup> No Apêndice L (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – EXÉRCITO) mostra-se os alunos dos PALOP em formação no Exército, referido a 1 de Setembro de 2005.

<sup>28</sup> Ver Apêndice M (FORMAÇÃO EM PORTUGAL POR UNIDADES).

<sup>29</sup> Ver Apêndice N (ACÇÕES DE FORMAÇÃO MINISTRADAS PELO EXÉRCITO).

<sup>30</sup> No Apêndice K (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – VAGAS PARA O ANO 2005-2006) encontram-se as vagas disponibilizadas para o ano lectivo de 2005-2006. No mesmo apêndice faz-se uma comparação com as vagas disponibilizadas pelo conjunto dos outros Ramos e o Instituto de Defesa Nacional, donde ressalta que para o Exército continuam a ser disponibilizadas mais vagas do que para o conjunto dos outros Ramos. Referido a 1 de Setembro, as vagas a disponibilizar para o Ano Vestibular, a ter início em 2006 e a decorrer na Academia Militar, ainda não tinham sido divulgadas o que, a acontecer, aumentará ainda mais o número de alunos. Realce-se a abertura de vagas, pela primeira vez, para militares de Timor-Leste frequentarem o Curso de Promoção a Capitão. Está também previsto a frequência do Ano Vestibular por dois alunos angolanos com destino à Polícia Nacional daquele país, através de um acordo de cooperação estabelecido entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Nacional angolana.

<sup>31</sup> A comunidade do respectivo país existente em Portugal desempenha um grande papel nesta fase de adaptação.

(AFA) – o curso **Vestibular**. Este curso iniciou-se no ano lectivo 89-90, tem a duração de 6 meses e é obrigatório para a admissão dos bolseiros oriundos dos PALOP, sendo inclusivamente destacados professores específicos para ministrarem as aulas em regime de elevada intensidade.

Pela sua importância, ao formar uma nova geração de oficiais que um dia ocuparão os lugares de topo da hierarquia militar dos respectivos países, destaca-se a formação na AM. Até 31Dez04, completaram com sucesso o seu curso 57 alunos. Este número sendo importante não esconde no entanto deficiências ao nível do ensino naqueles países uma vez que corresponde apenas a 42% dos alunos que frequentaram a AM com destino ao Exército. No Apêndice O (ABORDAGEM DINÂMICA SOBRE A SITUAÇÃO NA AM) procura ilustrar-se mais especificamente esta realidade.

Da sua análise ressalta claramente que, embora Angola apresente o maior número de formandos em Portugal, esse número não é proporcional com o número de alunos na AM. De resto, Angola apresenta o maior índice de insucesso, embora em termos quantitativos represente o segundo país com formandos na AM. Isto é significativo e ilustra a realidade do país em que a guerra civil quando em curso requeria militares habilitados com cursos mais específicos e de menor duração. Também significativo para este insucesso é o número de deserções que já totalizam 5 alunos só na AM. De referir ainda que, do número de alunos na AM, foram retirados aqueles que, embora tenham frequentado o curso Vestibular naquela Academia, têm como destino os outros ramos da Forças Armadas.

A todos os alunos dos PALOP são dadas condições de permanência (instalação, alojamento e repouso), fornecimento de material didáctico (incluindo publicações e material escolar) igual àquele que é facultado aos alunos nacionais.

Nos últimos anos o Exército tem tentado introduzir algumas medidas que potenciem a formação ministrada. Estas medidas passam por uma continuidade da formação à semelhança da que é facultada aos cidadãos nacionais (por exemplo, só frequenta os diversos Cursos de Promoção a Capitão quem completou com sucesso os Cursos da AM; só frequenta o Curso de Estado-Maior quem completou com sucesso o Curso de Promoção a Oficial Superior, etc.). A aplicação destas medidas, que continuam em fase de implementação, deverá ser incentivada pela DGPDN junto dos países com os quais Portugal coopera na medida em que melhora o nível da formação ministrado.

Os encargos financeiros com a formação do pessoal dos PALOP nas U/E/O do Exército são repartidos entre o próprio Exército, a DGPDN e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/Ministério dos Negócios Estrangeiros (IPAD/MNE), conforme o disposto no



despacho n.º 220/MDN/91<sup>32</sup>. A cargo do Exército encontram-se as despesas com o alojamento, alimentação, fornecimento de material didáctico e assistência médico-medicamentosa e hospitalar, relativas ao pessoal dos PALOP que frequentem cursos disponibilizados pelo Exército incluídos nos PFeE anuais, incluindo a inspecção médica a que cada um dos referidos militares é submetido à sua chegada. A DGPDN suporta todos os encargos com cursos e estágios, não incluídos nos PFeE que resultem do desenvolvimento dos PQ em vigor. Quando necessário, pode ainda suportar o fornecimento de fardamento. Ao IPAD incumbe suportar integralmente o Vestibular, as mensalidades com os alunos bolseiros admitidos no CM, IMPE e IO e as bolsas mensais de despesas pessoais dos restantes alunos.

O Apêndice P (ENCARGOS COM A FORMAÇÃO EM PORTUGAL – ÚLTIMOS 5 ANOS) ilustra bem o esforço financeiro suportado pelo Exército com uma actividade que, não sendo orçamentada, decorre dos compromissos assumidos por Portugal. Embora o número de acções de formação tenham vindo a cair desde 2001, ano de cortes orçamentais, com reflexos também na CTM, as diversas actualizações, fruto da inflação, fizeram com que em 2004 se atinjam valores que se aproximam dos de 2001, ano onde o número de acções de formação é quase o dobro [ver Apêndice N (ACÇÕES DE FORMAÇÃO MINISTRADAS PELO EXÉRCITO)].

A avaliação do desempenho, durante a frequência de cursos ou estágios, é igual à que são submetidos os alunos nacionais, e apenas é atribuído certificado/diploma de aproveitamento com a classificação final do curso e insígnia correspondente, aos alunos/militares que terminem com aproveitamento os respectivos cursos. A todos os outros não é conferido qualquer tipo de certificado, nomeadamente de frequência.

No final de cada curso é elaborada e enviada às autoridades militares dos países dos alunos dos PALOP, uma folha de informação individual na qual constam, entre outros elementos, o aproveitamento que obteve e a classificação individual.

#### 2.2.3.2. Formação nos PALOP (+)

A formação nos PALOP (+) constitui o complemento da formação em Portugal e tem vindo a ganhar uma importância crescente no âmbito da CTM, conforme é ilustrado no Apêndice Q (FORMAÇÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE).

Correspondendo a uma maior solicitação dos PALOP ou decorrente do processo de formação das Forças de Defesa de Timor-Leste, este tipo de actividade cobre áreas que vão desde a formação de forças tipo “Especiais”, como o Projecto do Centro de Instrução de

<sup>32</sup> Ver Anexo B (ENCARGOS COM A CTM).

Comandos, que teve grande relevância durante a guerra civil de Angola, ou o Projecto de Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais em Moçambique, forças de manutenção de paz<sup>33</sup>, como no caso do batalhão guineense empregue na Libéria cuja actuação mereceu os maiores elogios dos responsáveis da ONU no terreno, ou de forças dos PALOP empregues em exercícios combinados liderados pela França, no âmbito do *Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* (ReCAMP)<sup>34</sup>, assessorados por portugueses. Também são contempladas componentes como a Polícia Militar, formação de Contingentes Gerais, Sargentos e Oficiais, Transmissões, Engenharia, Saúde, Serviço de Material e outros<sup>35</sup>. De referir que alguma desta formação é ministrado pelo método do treino no trabalho (*on job training*), como é no caso do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares, na Guiné-Bissau, ou no caso dos vários projectos que englobem a componente de engenharia na generalidade dos PALOP.

#### 2.2.4. Fornecimento de Material

A cedência/fornecimento de material pelo Exército tem sido uma constante. Esta cedência verifica-se tanto no âmbito dos projectos, quer a pedido das autoridades dos PALOP (+) através da DGPDN. O material que é fornecido engloba desde viaturas, geradores, material de transmissões, material de secretaria e escolar, fardamento e inclusivamente material sanitário. Grande parte deste material já não se encontra em uso pelo Exército sendo, contudo, alvo de selecção e manutenção, caso das viaturas, de forma a encontrar-se em boas condições de utilização. Este material é cedido a custo zero para o Exército, sendo o seu transporte da responsabilidade do país receptor ou da DGPDN, suportando esta os encargos com a

<sup>33</sup> Oficiais assessores do Exército em CTM prepararam e aprontaram uma companhia, que fará parte do Batalhão de Operações de Apoio à Paz angolano, a constituir, para ser empregue no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África do Sul e, prioritariamente, no âmbito da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, e que participou num exercício no Botswana de 10 a 25Jun05. Está previsto o empenhamento num novo exercício, a realizar no Chade em Novembro deste ano. Para o levantamento desta capacidade, disponibilizada pelas autoridades de Angola, também foram realizados pela assessoria portuguesa dois Cursos de Observador Militar e foi dado apoio ao levantamento, organização e funcionamento de um Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz.

<sup>34</sup> Nomeadamente o exercício “GABÃO 2000” com um contingente de S. Tomé e Príncipe, o exercício “TANZANITE 2002”, onde um Oficial e três Sargentos integraram o Destacamento de Instrução Operacional inglês que ministrou instrução aos cerca de 650 militares dos países africanos que participaram no exercício, e o exercício “NICUSY 2004” com forças de Moçambique. Todos estes contingentes tiveram assessoria de Oficiais e Sargentos do Exército da CTM. O Exército ainda disponibilizou diverso material para apoio ao exercício, incluindo rações de combate, ou equipamento completo para os 37 homens do contingente de S. Tomé.

<sup>35</sup> De referir que os contingentes dos PALOP que têm integrado os exercícios da série “FELINO”, no âmbito da CPLP, são formados com assessorias portuguesas. De referir ainda que, quando a responsabilidade da realização destes exercícios cabe a esses PALOP, assessores do Exército em CTM nesses países têm intervindo no planeamento e conduta do mesmo. O exercício de formação médica e assistência cívica denominado “MEDFLAG 01-02”, da responsabilidade dos EUA, e que se realizou em Nampula e Maputo de 23 de Julho a 3 de Agosto de 2001, também contou com a participação dum Oficial Superior do Serviço de Saúde que se encontrava em Moçambique numa acção de CTM, assessorando os médicos moçambicanos.



manutenção, em caso de necessidade. No caso de material novo, por exemplo fardamento, este material é ressarcido.

O Exército tem também feito um grande esforço no sentido da formação de bibliotecas nas várias unidades dos PALOP (+), procedendo ao envio regular de livros e revistas de âmbito variado, colectados nas várias unidades ou gentilmente cedidos por outras entidades e para aquele fim<sup>36</sup>.

#### 2.2.5. Prestação de Serviços

A prestação de serviços por parte do Exército engloba o apoio prestado às várias entidades dos PALOP (+) que nos visitam e a assistência sanitária, tanto a essas mesmas entidades como a outros militares e seus familiares que não possuam as valências médicas necessárias nos seus países de origem. No Apêndice R (INTERVENÇÕES REALIZADAS EM HOSPITAIS DO EXÉRCITO) mostra-se o apoio que tem sido prestado neste âmbito a militares e seus familiares e que, desde a década de 80 e até 31Dez04, já totaliza o número de 528 entre consultas e tratamentos, dos quais 34 em 2004.

No âmbito do Programa de Apoio Fisiátrico a Crianças Angolanas Amputadas Vítimas da Guerra (AFICRA)<sup>37</sup>, foram intervencionadas em Portugal (no Hospital Militar Regional n.º 2 - Coimbra) 46 crianças angolanas vítimas da guerra que necessitavam de próteses.

No que diz respeito a visitas, o apoio manifesta-se em termos de alojamento e alimentação nas Messes Militares e a outros apoios solicitados como sejam viaturas. Todos os encargos decorrentes com esta actividade são responsabilidade da DGPDN.

#### 2.2.6. Análise

Como vimos anteriormente, a CTM obedece a uma estrutura cujo modelo remonta ao início da década de 90 e que assenta sobretudo numa relação bilateral entre Portugal e cada um dos PALOP (+), ou seja, numa verticalização dos projectos, estando ainda incipiente a sua horizontalização<sup>38</sup>. Este modelo caracteriza-se pela existência de projectos enformadores de PQ que são negociados entre delegações mistas e cuja direcção e execução técnica são da

<sup>36</sup> Sobre o fornecimento de material e sobretudo com a constituição de bibliotecas nas unidades militares dos PALOP (+), os vários relatórios anuais elaborados na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GABCEME ilustram bem a quantidade de livros e revistas que têm sido enviados. De realçar a biblioteca no Instituto Superior de Ensino Militar, em Luanda, e da Escola de Formação do Oficiais, no Lobito, que são compostas por um número significativo de livros.

<sup>37</sup> Programa instituído em 20 de Abril de 1999 pelo então MDN Veiga Simão. De referir que a selecção das crianças é efectuada em Angola e até este momento já foram observadas 106. Em Portugal, as crianças, além de receberem próteses, são sujeitas a um importante acompanhamento do foro psico-social. Este Programa, com a aprovação do último PQ com Angola, passou a fazer parte dos projectos desenvolvidos por Portugal.

<sup>38</sup> Enquanto que numa perspectiva vertical cada projecto é desenvolvido entre Portugal e cada um dos PALOP (+) numa relação bilateral, numa perspectiva horizontal um projecto cobre o conjunto dos PALOP (+) numa relação multilateral. Ver Apêndice E (RESENHA HISTÓRICA DA CTM).

responsabilidade sobretudo dos Ramos. Estes PQ têm visto acrescida temporalmente a sua abrangência por se ter verificado que a maioria dos projectos se prolongava no tempo.

A constituição dessas delegações mistas não tem tido representantes do Exército de forma a atestar sobre a viabilidade das propostas apresentadas, nomeadamente da capacidade do Exército em dar resposta atempada às mesmas.

Também tem sido evidente que os países, por vezes, não têm ou não cumprem as condições mínimas ao arranque do projecto, havendo contudo por parte de Portugal o envio de assessorias que pouco ou nada podem fazer, acabando por serem desviadas para outros projectos ou retornando a Portugal, com o inerente desperdício de recursos que já por si são escassos. Exemplo disto é o projecto da Academia Militar de Angola que, de acordo com as autoridades angolanas, só poderia iniciar-se caso lá fosse colocado pelo menos um assessor. O assessor lá colocado acabaria por ser obrigado a assessorar outro projecto durante um longo período de tempo, pois Angola não manifestou interesse, ou não criou as condições ao arranque do projecto.

Ao nível do Exército, mas também dos outros Ramos e do poder político, a problemática da CTM tem sido alvo de variada reflexão no que respeita à sua operacionalização, apontando medidas para a resolução de diversos aspectos, para a agilização daquela relação ou mesmo para a validação/avaliação das acções executadas<sup>39</sup>. No entanto, parece-nos que, por si só, essas medidas são insuficientes ou pecam por falta de interligação. É nesta óptica que sugerimos que o Exército, como Ramo principal na execução da CTM (pessoal envolvido, número de projectos de cuja direcção técnica é o responsável, pessoal formado e em formação, não só em Portugal como nos PALOP (+), apoio sanitário fornecido e encargos assumidos com a CTM, que ascendem a

<sup>39</sup> Correia aponta mesmo que: “À cooperação com os Países Lusófonos não deverão ser marcados limites ou barreiras, apenas deverá ser condicionada pela capacidade imaginativa dos responsáveis em todos os níveis, da concepção e planeamento à execução.” (1994, p. 39), no entanto dentro dos orçamentos disponíveis. Por sua vez, e segundo Alves “O elevado número de Projectos já desenvolvidos e em execução (...) credenciam já hoje as Forças Armadas Portuguesas como um **parceiro indispensável à reorganização e reestruturação das F.A. dos Palop (...)**” (negrito no original), “(...) a responsabilidade já assumida no terreno pelas F.A. portuguesas, nomeadamente o Exército, (...) exigem a necessidade de garantir a sua **integração e sustentação futura (...)**” (negrito no original), e ainda “O empenhamento previsível para o futuro, (...) exige, porém, que se estabeleça um **volante de quadros** voluntários e disponíveis, se defina um **estatuto do cooperante** e se fixem **normas de natureza legal e administrativa** para as diferentes situações dos militares envolvidos.” (negrito no original) (1995, p. 39). Pensamos que a constituição do volante de quadros é utópica, quanto ao resto tem sido definido ao longo do tempo. Ribeiro apresenta uma evolução do modelo actual, assentando essa evolução na introdução de medidas correctivas “de modo a contrariar o prolongamento indeterminado dos projectos.” (2004, p. 52), medidas essas que passavam por uma “definição calendarizada dos objectivos a atingir, conjugados com avaliações por parte dos Ramos efectuadas com base em indicadores objectivamente verificáveis” (idem.). Ribeiro não especifica a que nível e como são estabelecidos esses objectivos, parecendo-nos que são definidos aquando da aprovação do PQ. Assim sendo, é impossível estabelecer um calendário de execução do projecto, uma vez que não há suporte técnico que permita defini-lo, e depois, como pode o Exército, no nosso caso, avaliar a concretização de objectivos definidos a um nível superior? Além do mais, e de acordo com o n.º 2 do Despacho n.º 42/MDN/91 de 27 de Março, a responsabilidade do planeamento, coordenação, acompanhamento e avaliação é da competência da DGPDN, sendo os seus executores os Ramos das Forças Armadas com total autonomia técnica, pelo que a avaliação a ser por estes efectuada só poderá ser de carácter técnico.

73% do conjunto dos Ramos e a 30% dos encargos totais, em 2003 (último ano em que é possível comparar os dados com os outros Ramos e com a DGPDN), com a CTM (MDN, 2005, p. 55-58), e de outros apoios que fornece), deve assumir um papel mais interveniente<sup>40</sup>.

Resumindo, podemos afirmar que o Exército, ao longo de mais de 10 anos em acções de CTM tem desenvolvido as seguintes tarefas:

- Assessoria técnica no âmbito do quadro legislativo enformador das estruturas do Ministério da Defesa, EMGFA e Exército, na componente de Estado-Maior e da organização e funcionamento das diversas U/E/O das Forças Armadas dos PALOP (+), onde foram envolvidos um total de 1.088 militares e civis em 92 Projectos por 06 países;
- Formação em Portugal de alunos/militares dos PALOP, frequentando cursos de formação, de promoção, qualificação, do Ensino básico e do Secundário nos colégios, bem como estágios diversos e visitas, num total 1.604 alunos/militares, e formação de pessoal nos PALOP (+) através de cursos de formação tendo sido formados um total de 23.089 militares;
- Apoio na prestação de serviços na área da Engenharia, através de realização de variadíssimas obras de recuperação nos PALOP (+), na área das Transmissões, do Serviço de Material, Fabril (OGFE, OGME, DGMT) e na área Sanitária com especial importância na montagem de um Laboratório de Análises Clínicas no Hospital Militar de Maputo. No âmbito da assistência hospitalar e em Portugal, nos Hospitais Militares do Exército, tem-se prestado apoio a todos os militares e alunos que frequentam cursos/estágios no nosso país, e aos militares dos PALOP e seus familiares que aqui se deslocam propositadamente, tendo sido realizadas 528 consultas/tratamentos e, ao abrigo do Programa AFICRA, através da selecção realizada em Angola, foram intervencionadas 46 crianças angolanas vítimas da guerra;
- Fornecimento de material (aquartelamento, intendência, fardamento, didáctico e instrução).

<sup>40</sup> Ver os Apêndice F (LISTA DE PQ EM VIGOR EM 2005), H (SAÍDAS POR PAÍS E POR ANO), I (ENCARGOS ASSUMIDOS PELO EXÉRCITO COM A CTM), J (PESSOAL EM MISSÃO DE CTM NOS PALOP (+)), K (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – VAGAS PARA O ANO 2005-2006), L (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – EXÉRCITO), M (FORMAÇÃO EM PORTUGAL POR UNIDADES), N (ACÇÕES DE FORMAÇÃO MINISTRADAS PELO EXÉRCITO), Q (FORMAÇÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE) e R (INTERVENÇÕES REALIZADAS EM HOSPITAIS DO EXÉRCITO) e os Anexos C (ENCARGOS GLOBAIS COM A CTM EM 2003) e D (ENCARGOS DO EXÉRCITO COM A CTM EM 2003). De referir que os valores apresentados no quadro 3.2.4 do Anexo C referente aos vencimentos dos militares em missões nos PALOP estão errados. O valor correcto está expresso no Anexo D. Os números referentes à assistência hospitalar em Portugal (quadro 3.2.6 do Anexo C) também não condizem, sendo inclusivamente inferiores aos fornecidos pelo Exército.

Assim podemos concluir que, sendo o maior executor da CTM, as acções desenvolvidas pelo Exército, desde o início da década de 90, contribuem decisivamente para a concretização dos Objectivos Permanentes, Políticos e Estratégicos da Cooperação Técnico-Militar/CTM Portuguesa, determinados pela DGPDN, e estão de acordo com a forma, definida por esta, de os materializar<sup>41</sup>.

Nos últimos anos, o Exército tem feito sentir a necessidade de ser reequacionada a CTM uma vez que não dispõe no seu orçamento anual de disponibilidade para acolher despesas na ordem das referenciadas<sup>42</sup>, que não estão especificamente orçamentadas e não são objecto de ressarcimento compensatório. Com a intenção do actual Governo, expresso nas Grandes Opções do Plano 2005-2009, de redefinição e redimensionamento da Cooperação Técnico-Militar (Lei n.º 52/2005, 2005, p. 5265), espera-se que a necessidade expressa pelo Exército seja tida em consideração.

#### 2.2.7. Propostas

Embora muito já tenha sido feito, e em que o Exército teve um papel importante, é um facto que um grande número de projectos tem vindo a arrastar-se no tempo sem que se visualize a sua evolução ou a sua autonomização. Também se verifica a existência de numerosos projectos, alguns dos quais sem actividade ou de actividade efémera.

Neste sentido sugerimos uma maior intervenção do Exército no sentido da definição dos projectos a enquadrar tendo como objectivo uma maior operacionalização da CTM. Para isso:

- Antes da discussão de um novo PQ, com uma antecedência de cerca de dois anos, os países deverão enviar a Portugal as áreas de cooperação a desenvolver;
- Nas áreas respeitantes ao Exército, deverão constituir-se grupos de trabalho ao nível dos futuros directores técnicos de projecto, que deverão deslocar-se aos respectivos países por forma a coordenar os diversos apoios que o país deve ceder, quais as condições mínimas para o começo do projecto e de que forma o projecto vai ser conduzido;
- Seguidamente deverá ser elaborado um Plano de Projecto com indicação dos objectivos específicos (concretos e mensuráveis), espaço temporal de desenvolvimento e

<sup>41</sup> O sucesso das acções desenvolvidas pelo Exército, e não só, embora aquele seja o maior executor, no âmbito da CTM, tem sido reconhecido por todas as entidades intervenientes no processo, principalmente as dos países que solicitaram este tipo de cooperação. A este respeito, e a título de exemplo que se repete com os outros países, a Acta Final da 7ª Reunião da Comissão Mista Luso-Moçambicana no Domínio Militar, assinada no Maputo a 20Jul2005, refere com "... especial agrado a forma rigorosa, eficiente e mutuamente compreensiva como, ao longo de mais de uma década de eficaz e fraterna cooperação, se tem vindo a concretizar as acções de Cooperação Técnico-Militar entre Moçambique e Portugal, cujas mais-valias honram ambos os Países, os respectivos Ministérios da Defesa e as respectivas Forças Armadas." (Portugal, 2005, p. 7-8).

<sup>42</sup> Ver Apêndice I (ENCARGOS ASSUMIDOS PELO EXÉRCITO COM A CTM).

calendarização, meios humanos envolvidos, estimativa de custos a suportar pelo Exército, pela DGPDN e IPAD segundo a calendarização efectuada, condições iniciais necessárias para arranque do projecto, meios a disponibilizar. A calendarização do projecto deverá ter em conta a sustentação do projecto, altura em que os meios disponibilizados deverão diminuir temporalmente, até a entrega definitiva da sua condução às autoridades do respectivo país. O Plano deverá também contemplar as acções de formação em Portugal necessárias, obrigando assim a cativar para a sustentação do projecto os elementos que sejam alvo dessa formação;

- Após aprovação pela DGPDN, deverá ser remetido ao respectivo país para análise;
- Após aprovação definitiva do Plano de Projecto e na altura da elaboração do PQ, deverá ser referida a data de começo, havendo assim um compromisso por parte dos países em garantir, em tempo, os apoios a disponibilizar.

Sempre que possível envolver também os outros Ramos neste processo, de modo a reduzir custos e pessoal.

Pensamos que assim se torna mais fácil orçamentar estas acções dando credibilidade, ainda mais, à CTM portuguesa junto dos países que dela beneficiam, projectando ainda mais, no seio global das nações, o nome de Portugal. Possibilita também um acompanhamento constante do projecto por parte da DGPDN, permitindo a sua avaliação. A prazo, torna possível uma ligação mais estreita entre a Formação em Portugal, a Formação nos PALOP (+) e as diversas assessorias aos projectos, empenhando o pessoal formado nos próprios projectos. Outras consequências serão a selecção, aprontamento e nomeação atempada dos assessores para o projecto, um aumento do tempo em que os PQ e os respectivos projectos estão em vigor mas com um prazo definido para a sua autonomização. De qualquer forma, só seriam inscritos no PQ os projectos que tivessem cobertura financeira para a sua execução, evitando-se o desperdício de recursos já por si escassos.

É no entanto essencial a participação e responsabilização dos PALOP (+) na parte dos compromissos que assumirem, sem o que os projectos não serão rentabilizados.

### 3. COOPERAÇÃO MILITAR MULTILATERAL<sup>43</sup>

Como vimos do antecedente, a actuação das Forças Armadas, num quadro multilateral, deverá privilegiar a sua participação no sistema de defesa colectiva da OTAN e na Política Europeia de Segurança e Defesa, através da disponibilização de forças, que deverão responder a requisitos predeterminados de operacionalidade e prontidão, de infra-estruturas, de pessoal para lugares dentro da estrutura de Comando e Estado-Maior dessas organizações e na participação em exercícios conjuntos e combinados. Portugal tem feito um esforço nos últimos anos no sentido de adequar a exiguidade de recursos disponíveis a uma participação, que se quer credível para defesa dos seus legítimos interesses, no seio daquelas organizações.

O Programa do Governo, tendo em atenção o referido, realça a participação em missões de gestão crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro da ONU, UE, OTAN, da OSCE e da CPLP, para apoio à política externa (Programa do XVII Governo Constitucional, 2005, p. 137). O empenhamento neste tipo de missões é acrescido com a aprovação das Grandes Opções do Plano para 2005-2009 onde se refere a intenção de “ (...) reforçar a capacidade das Forças Armadas no quadro das missões de apoio à política externa, potenciando-as como instrumento essencial de acção estratégica para a afirmação dos interesses do Estado, designadamente no âmbito das operações de resposta a crises, de paz e humanitárias (...)” (Lei n.º 52/2005, 2005, p. 5224).

É neste quadro de actuação, cujos vectores de prioridade estratégica são o vector atlântico, o europeu e o africano que, desde o fim da Guerra Fria, os compromissos internacionais e as missões das Forças Armadas mais relevantes são protagonizados pela sua presença em missões de gestão de crises, operações de paz e missões humanitárias (Teixeira, 2004, p. 103). Como diz Jorge Duque: “Os diplomatas portugueses têm com alguma frequência referido o importante papel desempenhado pelas Forças Armadas através deste tipo de missões para aumentar a visibilidade do país no plano internacional, inclusive entre parceiros e aliados, e para reforçar o poder negocial e o peso político de Portugal nos “fora” internacionais. As Forças Armadas constituem assim, pela via da cooperação internacional, mais um dos vectores da política externa portuguesa.” (1998b, p. 46).

A responsabilidade pelo estudo e planeamento das forças do Exército empregues neste tipo de missão cabe ao Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT), competindo-lhe

---

<sup>43</sup> Para a realização deste capítulo foi consultada um conjunto variado de fontes desde alguns relatórios de Batalhões que participaram nas diversas missões, e outra bibliografia e portais da “Internet”, dos quais destacamos um sobre o Batalhão de Transmissões n.º 4, o do EMGFA e o do MDN, e ainda uma base de dados com os dados das nossas missões no exterior, existente na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME.



também planear e conduzir o seu treino operacional (Decreto-Lei n.º 50/93, 1993, p. 826). Quanto aos militares não integrados em Forças Nacionais Destacadas (FND) compete ao COFT a elaboração de um plano de preparação específico para cada missão (Despacho n.º 141/CEME/99, 1999). Após as forças estarem prontas é feita a transferência de autoridade do Chefe do Estado-Maior do Exército para o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Neste capítulo pretende ilustrar-se o contributo realizado pelo Exército para estas missões realizadas pelas Forças Armadas, que para efeitos deste trabalho designaremos genericamente como Operações de Paz, a partir do início da década de 90 do século XX e até aos nossos dias.

### **3.1. O Exército em missões no quadro da ONU**

Ao serviço da ONU, o Exército Português já empenhou efectivos nos mais variados Teatros de Operações<sup>44</sup> (TO) que já totalizam, ao nível de unidades constituídas, dez Unidades de Escalão Batalhão (UEB), oito Unidades de Escalão Companhia (UEC) e três Destacamentos, para além de militares que integraram ou integram os Estados-Maiores das Forças das Nações Unidas naqueles Teatros, bem como observadores militares (Moçambique, Angola e Timor-Leste), supervisores em processos eleitorais (África do Sul, Líbano e Namíbia) e apoio na formação de forças para o desempenho de operações de apoio à paz empenhando, nalguns casos, também militares em CTM<sup>45</sup>.

Em simultâneo com todo este empenhamento em missões de paz, o Exército Português contribui permanentemente com dois oficiais para o desempenho de funções no Departamento de Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas (DPKO), em Nova Iorque.

#### **3.1.1. O Exército em Angola**

“Numa missão internacional pautada pelo fracasso, a presença portuguesa em Angola no quadro da ONU é frequentemente elogiada pela facilidade que demonstrou em estabelecer relações no terreno, (...) e pelo importante contributo técnico (...)” (Moita, 2004, p.189).

Em Angola, o empenhamento do Exército, prolongou-se ao longo de 5 anos, e totalizou 1.155 militares.

##### **3.1.1.1. A “United Nations Angola Verification Mission” – III (UNAVEM III)**

Com a assinatura do Protocolo de Lusaka, em 20 de Novembro de 1994, que declarou válidos os Acordos de Bicesse, assinados em Lisboa a 31 de Maio de 1991, a ONU iniciou de ime-

<sup>44</sup> O Exército já foi empenhado em oito TO: Timor-Leste, Angola, Kosovo, Moçambique, ex-Jugoslávia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Sara Ocidental e Burundi. Ver Apêndice S (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA ONU).

<sup>45</sup> Em Moçambique, apoiando a força com destino ao Burundi, Costa do Marfim e na Libéria, apoiando a força da Guiné-Bissau.



diato o planeamento de uma nova operação de paz que iria iniciar-se a 8 de Fevereiro de 1995 – a UNAVEM III.

Nesta operação, Portugal participou com observadores militares, elementos para a estrutura de comando e estado-maior da força, incluindo o Chefe do Estado-Maior do QG/UNAVEM III, uma Companhia de Transmissões e uma Companhia Logística, que no seu todo envolveram um efectivo total de 603 efectivos.

A data inicialmente prevista para o final do mandato da UNAVEM III era Fevereiro de 1997. Porém, devido às dificuldades do processo de paz, aquele mandato acabou por ser prorrogado até 30 de Junho de 1997, altura em que esta missão foi dada como concluída e substituída pela Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola (MONUA).

A Companhia de Transmissões n.º 5 (CTm 5) era constituída por 101 militares, dos quais 63 operadores de rádio, com a missão de, além de permitir o apoio do comando e controlo da força, providenciar, caso fosse necessário, apoio na exploração às comunicações triangulares ONU – Governo de Angola – UNITA. A CTm 5 ficou localizada em Belas (Luanda) e constituiu Centros de Comunicações no QG da Força e no Centro de Operações Conjunto, bem como no Uíge, Saurimo, Luena, Huambo, Lubango e Menongue.

A Companhia de Logística n.º 6 era constituída por 111 militares e recebeu a missão de efectuar transportes em proveito dos QG Regionais da força, conduzir operações de terminal portuário e aeroportuário em Viana e Lobito e comandar todas as colunas de reabastecimento com saída de Viana. Com o seu aquartelamento no Huambo, detinha ainda dois destacamentos no Lobito e em Luanda. Sem prejuízo do cumprimento da sua missão primordial, a Companhia desenvolveu um intenso apoio humanitário em prol das populações locais.

#### 3.1.1.2. A Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola

As permanentes violações do cessar-fogo entre as partes em conflito e os ataques a postos e pessoal levaram a ONU a alterar o carácter da UNAVEM III, recuando no que diz respeito a meios e funções (Moita, 2004, p. 189). No dia 30 de Junho de 1997, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu estabelecer a MONUA, em substituição da UNAVEM III, com a finalidade de promover a reconciliação nacional e consolidar a implementação do processo de paz.

Nesta missão, Portugal participou inicialmente com um contingente que integrava 211 militares que transitaram da UNAVEM III. À semelhança desta, a MONUA compreendia militares que integraram a estrutura de Comando e Estado-Maior da força, incluindo o Chefe do Estado-Maior do QG/MONUA, um Destacamento Sanitário (DSan) composto por 63 elementos,

a CTm 5, entretanto reduzida para 91 elementos, a CLog 6 com 100 elementos, dois Observadores Militares e seis polícias militares, que no final da missão atingiram um total de 546 militares.

As Companhias de Transmissões 5 e de Logística 6 mantiveram as suas missões, desta vez em apoio da MONUA. No final do mandato da MONUA, a CTm 5 processou cerca de meio milhão de mensagens, enquanto a CLog 6 apoiou ainda a retirada dos vários contingentes que integraram a Missão e o levantamento das áreas de aquartelamento.

A missão do DSan 7, integrado na estrutura sanitária territorial, consistiu no apoio sanitário aos efectivos da MONUA e aos funcionários civis da ONU, teve a sua máxima expressão no início da missão em Janeiro de 1997, com 6.629 militares, assegurando um Hospital Cirúrgico Móvel e coadjuvando na evacuação terrestre de indisponíveis entre as várias estruturas sanitárias montadas. Para isso, o destacamento garantiu o apoio sanitário de nível 2+, com capacidade para realizar todo o tipo de intervenções cirúrgicas de emergência, ainda que com algumas limitações, prestar cuidados intensivos e facultar internamento até 10 camas. Tinha ainda a possibilidade de assegurar apoio radiológico e laboratorial às situações de emergência e realizar consultas nas áreas de clínica médica, cirurgia geral, ortopedia e medicina dentária.

Comandado por um Oficial Superior do Exército, o DSan 7 era constituído por um Comando, um Módulo Sanitário, englobando 63 militares dos vários Ramos das Forças Armadas. No topo da pirâmide do apoio sanitário encontrava-se o “Force Medical Officer”, desempenhado sucessivamente, no período de Novembro de 1997 a Dezembro de 1998, por um Oficial Médico português com as funções de Oficial do Estado-Maior para os aspectos médico-sanitários e conselheiro do Comandante da Força.

#### 3.1.1.3. Programa de desminagem das Nações Unidas

A ONU, decorrente dos acordos estabelecidos entre o Governo de Angola e a UNITA, ficou como entidade coordenadora pelo apoio na criação de uma capacidade nacional angolana de desminagem. Deste modo, foi criado em 1995, o Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenheiros Explosivos (INAROE), instituição governamental angolana que, a partir da sua Escola Técnica, formou e levantou sete unidades de desminagem provinciais.

Portugal participou neste apoio com um Oficial de Engenharia que, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1997, exerceu as funções de “Operations Manager” do “Central Mine Action Office” (CMAO) da Unidade de Coordenação das Ajudas Humanitárias do “United Nations Department of Humanitarian Affairs” (UNDHA) da ONU, tendo sido responsável pela atribuição de tarefas às unidades do INAROE e pela coordenação da actividade operacional das

cinco Organizações Não-Governamentais internacionais de desminagem a actuarem no terreno. Entre 25 de Novembro de 2002 a 26 de Setembro de 2004, o mesmo oficial, agora como “Chief Technical Advisor for Mine Action” do “United Nations Development Programme”, volta a desempenhar funções de assessoria, apoiando a Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH) criada após o cessar-fogo estabelecido em 4 de Abril de 20.

### 3.1.2. O Exército em Moçambique

Sendo a primeira unidade do Exército Português a operar fora do território nacional desde a 1ª Grande Guerra Mundial, o Batalhão de Transmissões n.º 4 (BTm 4) desempenhou a sua missão integrado na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), que decorreu entre Dezembro de 1992 e Dezembro de 1994.

O BTm 4 desenvolveu a sua actividade entre 4 de Maio de 1993 e 22 de Dezembro de 1994 integrando um efectivo médio diário de 281 militares, num total de 459, apoiando um contingente de 5.787 militares de nove países contribuintes. Era constituído por um Comando e Companhia de Comando e Serviços e três Companhias de Transmissões (CTm). O Comando e a CTm ficaram instalados na Matola, no Maputo, para apoiar o Quartel-General (QG) da Missão e o QG da Região Sul. A CTm 2 apoiou o QG da Região Centro e ficou na Beira, enquanto a CTm 3 apoiou o QG da Região Norte e ficou instalada em Nampula.

Numa primeira fase, a sua missão consistiu em assegurar a ligação entre o comandante da força, os três QG regionais e todas as forças dos diversos países que se encontravam no terreno. Numa segunda fase, além de manter a anterior viu acrescentadas as tarefas de instalar e manter, na Região Sul, o sistema de comunicações definido e fornecido pelo “Integrated Communication Section/Administrative Division” da ONUMOZ (Calmeiro & Magro, p. 96).

Para além dos militares que integraram o BTm 4, quatro militares do Exército fizeram parte do QG da missão.

Em Moçambique o empenhamento do Exército, no âmbito da ONU, prolongou-se ao longo de dois anos e totalizou um efectivo de 463 militares.

### 3.1.3. O Exército em Timor-Leste

Preocupado com a deterioração da situação no território e que obrigou à quase total evacuação da “United Nations Assistance in East-Timor” (UNAMET), que ocorreu após a realização da consulta popular em que aproximadamente 80% da população timorense votou a favor da independência, o Conselho de Segurança autorizou a criação de uma força multinacional, a “International Force in East Timor” (INTERFET), com a missão de restaurar a

paz e a segurança em Timor-Leste. Esta força chegou a Díli na terceira semana de Setembro de 1999.

Em Timor-Leste, e durante cerca de 5 anos, o Exército, além de militares no QG/PKF, Comando do Sector Central e do Contingente Nacional em Timor-Leste (CNT), Observadores Militares, oficiais de ligação e conselheiros participou com oito UEB, num efectivo que atingiu os 4549 até Setembro de 2005.

À semelhança do que tem acontecido noutros TO, também em Timor-Leste, as capacidades sobranes de engenharia e apoio sanitário foram utilizadas em prol da melhoria da qualidade de vida das populações.

#### 3.1.3.1. A “United Nations Transitional Administration in East Timor” (UNTAET)

Na sequência do relatório elaborado pela INTERFET relativamente à situação da administração civil encontrada em Timor-Leste, o qual fez referência às infra-estruturas civis danificadas e inexistência de qualquer administração civil efectiva, o Secretário-Geral das Nações Unidas propôs ao Conselho de Segurança a criação da UNTAET. Esta Administração seria responsável pela administração global de Timor-Leste e teria poderes para exercer a função legislativa, executiva e judicial, sendo constituída, entre outras, por uma componente militar denominada “Peace Keeping Force” (PKF). Esta força tinha por missão apoiar a manutenção de um ambiente seguro em Timor-Leste e estava organizada num dispositivo territorial assente em quatro sectores, dos quais o Sector Central era de comando português.

O Exército português integrou o Comando da PKF, desde a sua criação, com um total de 34 militares, detendo a chefia do estado-maior da força, função essa exercida por dois Oficiais Gerais, entre Dezembro de 2000 a Maio de 2002. O Exército participou na UNTAET com uma força com cerca de 800 homens, onde se incluía uma UEB, reforçada com uma UEC de fuzileiros, cuja projecção se iniciou em Janeiro de 2000. Ao nível do Comando do Sector Central estavam 93 militares. O Comandante do Sector era, em acumulação, o Comandante do CNT, que em termos quantitativos foi o 2º mais volumoso, logo a seguir ao australiano.

#### 3.1.3.2. A “United Nations Mission in Support of East Timor” (UNMISET)

Com a independência de Timor-Leste, em 20 de Maio de 2002, terminou a missão da UNTAET tendo o Conselho de Segurança da ONU constituído uma nova missão, a UNMISET, com a finalidade de apoiar a estabilização do novo país.

Entretanto, e face ao evoluir da situação no território timorense, em Abril de 2002, o dispositivo da PKF sofre diversas alterações, tendo o Sector Central e o Sector Este sido

suprimidos, passando o batalhão português a depender directamente do Comandante da PKF. No comando da Missão, o número de militares do Exército foi reduzido para 23.

Em Julho de 2002, e face já à nova missão, o Oficial General que desempenhava a função de Chefe do Estado-Maior da Força, cessou funções passando a assumir as de Chefe dos Observadores Militares do Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas (UNMOG), cargo atribuído a Portugal desde a mesma data. Portugal deteve este cargo até 20 de Maio de 2004, altura em que foi extinto, tendo sido desempenhado por 3 Oficiais Generais. Com a extinção do UNMOG foi criado o Grupo Militar de Ligação, continuando Portugal a deter o cargo de Chefe do Grupo, que ainda mantém à data da realização deste trabalho. Inicialmente com o Oficial General que tinha transitado de funções e posteriormente com um Oficial Superior do Exército. Durante cerca de um ano, o Exército participou neste grupo de ligação com seis militares. Entre 17Set03 e 27Jun04, o Exército, após um pedido do DPKO, participou também com uma Equipa de Operação de Terminal constituída por 5 elementos, que integrou a célula de Controlo de Movimentos e que substituiu uma equipa australiana. Esta equipa tinha a seu cargo tarefas de desalfandegamento, controlo de pessoal e carga nos terminais portuários aéreos, marítimos e terrestres dos Distritos de Cova Lima e Oecussi.

#### 3.1.3.3. O “United Nations Office in Timor-Leste” (UNOTIL)

Com o fim do mandato da UNMISSET em 19 de Maio de 2005, foi criada a UNOTIL constituída por duas componentes, uma de natureza policial e outra militar. A componente militar (Grupo de Conselheiros para a Instrução Militar) é constituída por 35 conselheiros e uma das suas tarefas principais prende-se com o apoio à Unidade de Polícia de Fronteira. A participação do Exército nesta nova missão da ONU é de 3 militares, onde se inclui a Chefia da componente militar. Este cargo é desempenhado pelo Oficial Superior que transitou do Grupo Militar de Ligação, tendo sido indicado nominalmente pelo DPKO.

#### 3.1.4. Outras missões

O Exército também tem participado, no quadro da ONU, com militares em missões de observador militar, de supervisor em processos eleitorais e apoiando na formação de diversos contingentes inseridos em operações de apoio à paz.

##### 3.1.4.1. Observadores militares

O Exército contribuiu, durante cerca de sete anos, com uma missão militar na “Mission des Nations Unies pour le Referendum dans le Sahara Occidental” (MINURSO), e na qual Portugal teve o comando da componente militar, entre Abril de 1996 e Junho de 1997, através de dois Oficiais Generais do Exército. Até 15 de Fevereiro de 2002, data em que cessou a sua

contribuição para aquela operação, integraram a missão portuguesa mais 23 oficiais desempenhando funções na área das comunicações e como observadores militares.

Em 27 de Março de 1992 iniciou-se a participação do Exército para a “United Nations Protection Force” (UNPROFOR), integrando as equipas de observadores militares da ONU na Ex-Jugoslávia. A participação portuguesa nesta missão terminou em 11 de Agosto de 1996, já durante a vigência da “Implementation Force” (IFOR) tendo sido empenhados 35 militares do Exército. De referir ainda que, durante o mandato da UNPROFOR, o Exército contribuiu com militares do Serviço de Saúde para a constituição de equipas médico-cirúrgicas nacionais (num total de três equipas) que trabalharam inseridas numa unidade hospitalar das Forças Armadas francesas. Participou também com três militares do Serviço de Saúde no QG da UNPROFOR, tendo um Oficial Médico do Exército desempenhado as funções de “Chief Medical Officer” no QG da UNPROFOR II, de Outubro de 1993 a Janeiro de 1994.

Ainda na antiga Jugoslávia, e ao serviço da “International Conference on the Former Yugoslavia”<sup>46</sup> (ICFY) integrando um grupo constituído por dois observadores, um intérprete e um condutor sério, um oficial do Exército desempenhou a missão de observador, fiscalizando a acção da polícia no sector atribuído junto da fronteira montenegrina de Scepân Polje, entre Niksic e Sarajevo.

Para a resolução do conflito da Província de Prevlaka, na Croácia, o Exército Português participou com seis observadores militares ao longo de sete anos, entre Março de 1995 e 25 de Setembro de 2001.

Portugal também marcou presença na “United Nations Preventive Deployment Force” com a permanência de um Oficial superior como observador militar, com a tarefa de monitorizar e reportar quaisquer actividades junto à fronteira da antiga República Jugoslava da Macedónia que pudessem comprometer a estabilidade e a confiança, bem como ameaçar o seu território, durante um período de três anos, desde Janeiro de 1996 a 17 de Março de 1999, empenhando um total de três oficiais do Exército.

Portugal chefia, desde 21 de Novembro de 2004, a “United Nations Interim Administration Mission in Kosovo”, com um Oficial General do Exército Português. Esta missão conta ainda, e desde 18 de Julho de 2005, com mais um oficial do Exército, que se encontra colocado em Mitrovica, no desempenho de funções de “Military Liaison Officer”.

---

<sup>46</sup> Missão conjunta da ONU e da Comunidade Económica Europeia com o objectivo de verificar, por um período de cem dias, a veracidade das acusações de que Milosevic era alvo, designadamente de alimentar o esforço de guerra na auto proclamada República Sérvia da Bósnia-Herzegovina. Apenas estavam autorizadas a passagem de mercadorias consideradas de ajuda humanitária provenientes da “United Nations High Commissioner for Refugees”, nomeadamente artigos de vestuário, alimentação e material sanitário.

O Exército Português possui desde Agosto de 2004, dois Oficiais no Burundi, no âmbito da “Observateurs des Nations Unies au Burundi” (ONUB), cuja missão consiste na verificação do cessar-fogo, a monitorização e observação do desarmamento, desmobilização, reintegração e acantonamento de forças rivais, a monitorização e investigação do tráfico de armas e o apoio ao processo eleitoral, bem como a verificação de situações de violação dos direitos humanos.

#### 3.1.4.2. Apoio à formação de outras forças

Antecedendo a missão de observadores no Burundi e respondendo a um pedido nominal específico da ONU, Portugal enviou um Oficial do Exército para Moçambique para integrar uma equipa de treino do “Training and Evaluation Service”/DPKO, responsável pela preparação do contingente moçambicano, na fase do seu pré-posicionamento no TO do Burundi.

Para apoiar a transição das forças da “Economic Community of West African States”, que se encontravam na Costa do Marfim com o fim de monitorizar o acordo de tréguas estabelecido entre os rebeldes e o respectivo governo, para a “Mission des Nations Unies en Cote D’Ivoire”, constituída com o fim de impor a paz na região, e perante uma solicitação da ONU, o Exército enviou um Oficial como instrutor. Nesta qualidade, este Oficial integrou uma equipa da “United Nations Training Assistance Team”, com o objectivo de ministrar treino específico aos quadros dos contingentes daquela Força já presentes no TO da Costa do Marfim.

Formado por uma equipa de assessores do Exército no âmbito da CTM, foi projectado em 2 de Setembro de 2003, para o TO da Libéria a fim de integrar a “United Nations Mission in Libéria” (UNMIL), um Batalhão da República da Guiné-Bissau, com um efectivo total de cerca de 650 homens. Já no terreno, os Oficiais do Batalhão foram sujeitos a um período de instrução específico por parte de uma equipa de instrução da ONU e da qual fazia parte um Oficial do Exército, o qual esteve no TO da Libéria entre 15Out03 e 15Nov03. De referir que a actuação daquele Batalhão, fruto da preparação e rigorosa instrução ministrada pelos assessores portugueses, recebeu variadas referências elogiosas por parte de entidades da ONU na Libéria.

O mesmo assessor coadjuvou ainda no 1º Curso de Treino para Observadores Militares, que decorreu entre 27 de Outubro e 1 de Novembro de 2003, e no Curso de Treino ministrado aos graduados do contingente do Bangladesh, no período de 10 a 12 de Novembro de 2003.

#### 3.1.4.3. Supervisão de processos eleitorais

Portugal tem participado com observadores em variados processos eleitorais levados a cabo sob os auspícios da ONU.

A delegação portuguesa constituída para supervisionar as eleições na Namíbia, após um conflito que se arrastou durante cerca de 45 anos, teve um efectivo de 24 elementos, três dos



quais Oficiais do Exército. Chegados a Windhoeck em 22 de Outubro de 1989, foram alvo de formação específica. O acto eleitoral realizou-se entre 7 e 11 de Novembro de 1989, findo o qual a delegação regressou a Portugal.

Portugal também participou como supervisor das eleições presidenciais e legislativas angolanas que se realizaram nos dias 29 e 30Set92 com o apoio da UNAVEM II. A delegação portuguesa era constituída por 18 elementos, dos quais quatro eram Oficiais do Exército. Esta delegação esteve em território angolano de 23Set92 até inícios de Outubro do mesmo ano.

Com o fim do “apartheid” na África do Sul, após o referendo realizado em Março de 1992, foi autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU, em Agosto do mesmo ano, a constituição da “United Nations Observer Mission In South Africa”, com o fim de pôr fim ao clima de violência que se vivia e criar as condições necessárias ao desenrolar de negociações que permitissem a transição pacífica do poder na África do Sul. Supervisionando o progresso das negociações multi-partidárias, estes observadores funcionaram como o núcleo das Nações Unidas na preparação do processo eleitoral. A delegação portuguesa era constituída por 5 Oficiais do Exército.

### **3.2. O Exército em missões no quadro da OSCE**

No quadro da OSCE<sup>47</sup>, Portugal também tem participado em diversas missões. Realça-se a supervisão do processo eleitoral na Bósnia-Herzegovina que decorreu a 14Set96, por incluir quatro Oficiais do Exército, após as Partes em conflito terem solicitado à OSCE a certificação da existência das condições necessárias à organização de eleições livres e justas. No total intervieram 1200 elementos da OSCE no processo.

Durante a presidência portuguesa da OSCE, o Exército colocou na Croácia um Oficial, nomeadamente em Korenica, na Krajina, que de 15Jul02 a 16Fev04 desempenhou o cargo de “Head of OSCE Field Office”. A este Oficial competiu-lhe a tarefa de monitorizar as diversas actividades desenvolvidas pela OSCE, nomeadamente a aplicação de fundos em projectos em benefício das comunidades locais. Durante o tempo que esteve em missão foram desenvolvidas actividades com outras entidades portuguesas como sejam a Embaixada Portuguesa na Croácia, elementos da Polícia de Segurança Pública e um grupo de 46 voluntários que durante duas semanas trabalharam na região (António, 2005, p. 49-55).

### **3.3. O Exército em missões no quadro da OTAN**

A decisão de participar na IFOR marca uma mudança na política de defesa portuguesa em relação à Europa ao assumir uma posição activa e interveniente na defesa da paz no espaço europeu. Como justificação desta decisão, Portugal aponta a necessidade de manter a

<sup>47</sup> Ver Apêndice T (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA OSCE).

credibilidade como parceiro no projecto europeu, a solidariedade para com as vítimas do conflito e a defesa do interesse nacional. Ou seja, o interesse nacional deixou de passar pela defesa da integridade das fronteiras nacionais e passou a integrar a estabilidade no continente europeu (Vitorino, 1998, p. 37-39).

Esta alteração de posição já tinha sido enunciada aquando da aprovação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 1994, onde é preconizado a colaboração das Forças Armadas, como instrumento da política externa do Estado, em missões de manutenção ou estabelecimento da paz, integradas em forças multinacionais a constituir no âmbito internacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94, 1994).

Ao serviço da OTAN<sup>48</sup>, o Exército Português empenhou efectivos em seis TO<sup>49</sup>, envolvendo aproximadamente um total de 9.000 militares distribuídos por 24 UEB, 2 Destacamentos de Apoio de Serviços, uma UEC, para além de militares não integrados em FND que integraram ou integram Estados-Maiores das Forças Multinacionais naqueles teatros, contribuindo desta forma para a pacificação, estabilização e reconstrução desses países.

### 3.3.1. O Exército na Bósnia-Herzegovina

Após a assinatura em Paris, a 21 de Novembro de 1995, dos Acordos de Dayton, que colocaram fim a mais de três anos de guerra, e na sequência da resolução 1031 de 15 de Dezembro de 1995 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, teve início, a 20 de Dezembro seguinte, a operação “Joint Endeavour”, na Bósnia-Herzegovina, envolvendo uma força multinacional denominada IFOR, levada a cabo pela OTAN. Desde então, o Exército contribuiu com mais de 8.800 homens e mulheres que formaram as 19 UEB e os dois Destacamentos de Apoio de Serviços, e que participaram nos Estados-Maiores das Forças Multinacionais.

Em 2 de Dezembro de 2004, verifica-se a transferência de autoridade da OTAN para a UE. A OTAN, contudo, face à disponibilização de meios para a Força europeia, manteve um QG em Sarajevo, no qual o Exército assegurou dois elementos no decorrer do 1º semestre de 2005, num total de 4 militares.

#### 3.3.1.1. A “Implementation Force” (IFOR)

A força destacada pelo Exército, em 29Jan96, era constituída por um Batalhão de Infantaria Aerotransportado e um Destacamento de Apoio de Serviços, que terminou a sua missão em 12Ago96. O Exército também contribuiu com elementos para a ligação com a Brigada italiana,

<sup>48</sup> Ver Apêndice U (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA OTAN).

<sup>49</sup> Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Macedónia, Iraque, Afeganistão e Albânia.

onde o batalhão se integrava e para o QG/IFOR. O total dos efectivos empenhados foi de 936 elementos. Pressupondo uma rotação de base semestral, o Batalhão foi rendido em 12Ago96.

O Batalhão português tinha como missão impedir o acesso de pessoal armado à Zona de Separação entre as partes em conflito, garantir a segurança nas áreas já transferidas entre partes, garantir a segurança dos movimentos ao longo do itinerário SARAVEJO – PODROMANIJA – ROGATICA – USTIPRACA – GORAZDE, controlar o posicionamento das unidades das facções numa faixa de 10 Km ao longo da Linha de Separação Inter-Étnica e monitorizar e controlar o reagrupamento das forças das facções no interior das localidades previstas para o acantonamento de tropas e de desmobilizados, e preparar-se para apoiar os planos de evacuação de forças da “International Police Task Force” e da OSCE.

Em Dezembro de 1996, na sequência da resolução 1088 de 12 de Dezembro de 1996 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, terminou o mandato da IFOR dando lugar à operação “Joint Guard” envolvendo uma força multinacional denominada “Stabilization Force” (SFOR), que pressupunha um menor efectivo. O Batalhão português foi progressivamente reduzido, permanecendo no TO até Fevereiro de 1997, altura em que foi rendido.

#### 3.3.1.2. A “Stabilization Force” (SFOR)

No quadro desta nova força, o efectivo do Batalhão Português passou a ser de 319 elementos, tendo a sua missão sido restabelecida cabendo-lhe impedir o acesso de pessoal armado à Zona de Separação, garantir a liberdade de movimentos ao longo do itinerário ROGATICA – USTIPRACA – GORAZDE e nos itinerários principais no interior da Área de Responsabilidade e o seu patrulhamento, monitorizar os movimentos das forças militares das facções, apoiar as Organizações Internacionais e monitorizar a limpeza dos campos de minas.

No entanto o Exército continuou a sua contribuição para o QG/SFOR, o QG da Brigada italiana, assim como elementos de ligação junto da mesma para o QG da Divisão francesa, que enquadrava aquela Brigada e para o “Multi-Signal Group” (MSG). Foram também empregues várias equipas de Operações Especiais, durante três meses, num total de 27 militares.

As FND dispunham na sua constituição de um Módulo de Engenharia e de um Módulo Sanitário a fim de fazer face às necessidades da Força e, de acordo com a capacidade sobrança, apoiar as entidades civis em prol da população local.

Com a reestruturação da SFOR, em Janeiro de 2000 foi atribuída à Força Portuguesa a missão de Reserva Operacional Terrestre do Comandante da SFOR (COMSFOR), preparada para, à ordem, ser empenhada em qualquer área do TO da Bósnia-Herzegovina em reforço das diversas Divisões, conferindo-lhe a capacidade de utilizar uma força de escalão batalhão, no todo

ou em parte, de forma autónoma, para reforçar unidades daquelas em situação de crise, e/ou para substituir reservas, por forma a possibilitar a intervenção num ponto de crise, tendo como referência o cumprimento do Acordo de Paz de Dayton pelas partes.

Face ao evoluir favorável da situação, a OTAN, em 2003, decidiu adoptar uma postura de menor envolvimento. O Batalhão português passou a integrar a Brigada Multinacional Norte, sob comando norte-americano, que substituiu a anterior Divisão, e que era constituída pelos denominados “Multinational Battle Groups” (MNBG). Portugal e a Polónia constituíram um desses MNBG, assumindo rotativamente o seu Comando, tendo o Batalhão português sido reforçado com uma Companhia eslovena. A participação do Exército Português incluiu ainda elementos no QG/SFOR, MSG e Comando do MNBG.

### 3.3.2. O Exército no Kosovo

Em Agosto de 1998, na província autónoma sérvia do Kosovo, o agravar do conflito face a uma ofensiva das forças sérvias com o fim de aniquilar o movimento independentista, que desde 1996 preconizava a independência do território e a sua futura integração na Albânia, verificou-se uma situação de desastre humanitário com a fuga da população e evidentes sinais da ocorrência de uma limpeza étnica. Desde o início da sua participação, mais de 1.600 homens e mulheres do Exército Português formaram as cinco UEB, inicialmente na cidade de Klina e, actualmente em Pristina, bem como as duas Equipas de Apoio no Aeroporto de Pristina e ainda a participação no QG/KFOR em Pristina e no QG da Brigada italiana em Pec.

#### 3.3.2.1. O “Kosovo Verification Coordination Centre”

Em 15 de Outubro de 1998 foi estabelecido um cessar-fogo com separação das partes envolvidas no conflito, sendo o processo monitorizado pela OTAN (que desencadeou a Operação “EAGLE EYE”) e por cerca de 1.500 verificadores da “Kosovo Verification Mission” da OSCE. Para coordenar a acção dos verificadores foi activado pela OTAN, em 26 de Novembro de 1998, o “Kosovo Verification Coordination Centre”, localizado em Kumanovo, na Antiga República Jugoslava da Macedónia, do qual fizeram parte um Oficial e de um Sargento do Exército. Após incidentes contra verificadores da OSCE, ocorridos em finais de Janeiro de 1999 que levaram à retirada da “Kosovo Verification Mission” em 20Mar99 (OSCE, 1999, p. VII), a OTAN extinguiu o NVCC, sendo os elementos do Exército integrados no QG Recuado da “Kosovo Force” (KFOR).

#### 3.3.2.2. A “Kosovo Force”

Após cerca de três meses de intensos bombardeamentos aéreos, iniciados em Março de 1999 por parte da OTAN sobre território jugoslavo e após o falhanço das conversações em

Rambouillet, foi aceite pelos sérvios um acordo de paz que, além de decretar o fim dos bombardeamentos, obrigou à retirada das suas forças militares do Kosovo.

Com a aprovação em Junho daquele ano da Resolução 1244, foi autorizado pelo CS da ONU, o envio de uma força internacional liderada pela OTAN (a KFOR) e o estabelecimento de uma administração interina (a “United Nations Mission in Kosovo”), sob a égide da ONU.

Em Agosto, o Exército iniciou a sua participação na KFOR com uma UEB, um Destacamento de Operações Especiais e elementos que ocuparam lugares nos diversos QG da Força.

O Exército iniciou a preparação do seu contingente a fim de integrar a KFOR na operação «Joint Guardian», em 10 de Junho de 1999. No mês de Agosto seguinte, deu início à sua participação nesta operação. O contingente nacional destacado envolveu 304 militares distribuídos por Quartéis-Generais, Estados-maiores, uma UEB e um Destacamento de Operações Especiais (DOE). A UEB ocupou um sector na região de Klina, na região Ocidental do Kosovo, integrado na “Multinational Brigade West” sob comando italiano, cabendo-lhe estabelecer uma presença permanente em toda a sua área de responsabilidade a fim de verificar, e se necessário impor, o cumprimento do “Mutual Technical Agreement” e do acordo de desmilitarização e transformação do movimento independentista. À semelhança das FND na Bósnia-Herzegovina, também neste TO foram aproveitadas as capacidades sobranças das valências de engenharia e apoio sanitário em prol das populações. Em 2001, Portugal interrompeu a sua participação nesta operação, em termos de forças constituídas, mantendo no entanto em permanência um oficial e um sargento no QG/KFOR, no entanto, a partir de 18Fev2003, Portugal disponibilizou, através do Exército, uma equipa de evacuação composta por quatro militares e duas ambulâncias, que durante 14 meses serviu junto ao aeroporto de Pristina empenhando um total de oito militares.

Com o fim da nossa participação em Timor-Leste e com a redução da força que se encontrava na Bósnia-Herzegovina, já no âmbito da UE, e após uma solicitação da OTAN, Portugal decidiu em 2004 voltar a empenhar uma UEB no Kosovo. Desta forma, em 16Fev05, cerca de 300 militares portugueses iniciam a sua missão como Reserva Tática do Comandante da KFOR, missão essa que ainda decorre actualmente.

### 3.3.3. O Exército no Afeganistão

No seguimento dos atentados de 11 de Setembro de 2001, forças americanas coadjuvadas por forças britânicas, apoiando-se em resoluções da ONU e nas forças de “senhores da guerra”

locais que combatiam o regime talibã, lançaram a operação “Enduring Freedom”, levando à queda dos talibãs e à desorganização das bases de treino da Al-Qaeda.

Entretanto, o CS da ONU autorizou o envio de um contingente de 4.500 militares para Cabul – a “International Security Assistance Force” (ISAF). À ISAF competia apoiar a manutenção da segurança em Cabul e áreas circundantes, com vista a permitir à administração interina afegã o estabelecimento de um governo representativo, multi-étnico e estável no Afeganistão. Em Fevereiro de 2002 foi enviado um Destacamento Sanitário Nacional por um período de dois meses. Foi constituído por 8 militares, sendo 3 do Exército, e integrou as forças britânicas.

Em Agosto de 2003, ao assumir a liderança da ISAF, a OTAN passou a ter como principal tarefa apoiar a Autoridade de Transição Afegã e o Governo afegão em funções, na manutenção da segurança em Cabul e suas imediações.

Tendo em vista apoiar em tempo útil o “ISAF-IV COMMANDER” durante o processo de tomada de decisão, deslocaram-se a Cabul, no final de 2003, os dois Oficiais do Exército colocados no “Joint Analysis and Lessons Learned Center”, com a missão de analisar as operações em curso e daí extrair lições apreendidas.

No 2º semestre de 2004 o Exército contribuiu com um Oficial para o QG/ISAF, contribuição essa que, a partir de Abril de 2005, é aumentada para quatro militares.

No final de 2004 é decidido pela OTAN assumir o comando e controlo do aeroporto de Cabul até 2007, ficando cometida essa tarefa à Turquia, Portugal, Grécia, Roménia, Bulgária e República Checa. A Portugal compete exercer o comando no período de Agosto a Dezembro de 2005, onde participam três elementos do Exército.

O Exército participa ainda na ISAF VIII com uma UEC com a missão de “Quick Reaction Force” na “Central Area” em Cabul (com uma estrutura operacional de pessoal com um efectivo de 156 militares), integrando a “Kabul Multinational Brigade” e com elementos que integram o QG/ISAF.

No 2º semestre de 2005, os dois Oficiais do Exército colocados no “NATO Rapid Deployable Corps – Italy”, localizado em Milão, integraram o QG/ISAF na qualidade de “augmentees”.

#### 3.3.4. Outros TO

Na Albânia foi desencadeada uma operação (iniciada em Abril de 1999 e denominada “Allied Harbour”) cujo objectivo inicial consistia em apoiar cerca de meio milhão de refugiados kosovares e, posteriormente, providenciar o apoio necessário ao seu regresso ao Kosovo. O

Exército participou nesta missão, entre 12 de Abril e 3 de Setembro de 1999, com 5 militares. Sucedendo à “Allied Harbour”, foi cometido ao Estado-Maior da “European Rapid Operational Force”, e durante 5 meses, a responsabilidade de planear e dirigir todas as operações da OTAN efectuadas no território da Albânia, do qual fizeram parte sete Oficiais e quatro Sargentos do Exército.

Na Macedónia, o Exército participou na Operação “Essential Harvest” com uma equipa de especialistas na inactivação de armamento e engenhos explosivos, constituída por um Oficial e quatro Sargentos. Esta equipa integrou uma unidade constituída por militares húngaros e noruegueses, de 27 de Agosto a 3 de Outubro de 2001, e tinha como tarefa essencial colaborar nas acções de desarmamento dos elementos dos grupos étnicos albaneses e na posterior destruição do material recolhido. Participou na operação “Amber Fox”, que decorreu de Outubro de 2001 a Dezembro de 2002, e cujo objectivo era garantir protecção às equipas de observadores da ONU e da OSCE que estavam a verificar a implementação do processo de paz. O Exército enviou em Outubro de 2001, uma equipa com 6 militares que integraram uma célula multinacional. Ao longo de um ano e meio o Exército contribuiu para esta missão com um total de 18 militares divididos em 3 equipas.

Com o lançamento de uma nova operação, designada “Allied Harmony”, manteve-se a participação de 6 militares do Exército. De referir que, com a transferência em Março de 2003 para a UE, a equipa portuguesa manteve-se no terreno, mas já no âmbito da operação “Concórdia”, que entre 30 de Setembro e 15 de Dezembro foi comandada por um Oficial General do Exército Português.

No Iraque, participa na “NATO Training Implementation Mission-Iraq” (NTIM-I) com 6 militares desde 21 de Fevereiro de 2005. Entre 30Abr e 30Jul2005, um Oficial do Exército colocado no “Joint Analysis and Lessons Learned Center”, procedeu em Bagdad à análise das operações em curso tendo em vista a tomada de decisão do Comandante da NTIM-I. De referir que o Oficial português mais antigo foi convidado a desempenhar a função de “Director of Staff”, tendo assim oportunidade de participar no Grupo de Comando da NTIM-I.

### **3.4. O Exército em missões no quadro da UE**

Com a transição da missão da SFOR da OTAN para a UE (a força passou a designar-se “European Union Force in Bosnia and Herzegovina” - EUFOR) houve uma redução do número de efectivos para cerca de 7.000. Houve, assim, necessidade de redefinir o perfil operacional da missão executando operações com forças flexíveis, discretas e orientadas para a recolha de informações.



A participação do Exército para esta operação (“ALTHEA”) verificou-se na colocação de militares no QG/EUFOR e no QG da “Multinational Task Force (North)”, na participação no “Multinational Battalion” com Comando rotativo entre turcos, portugueses (entre 01Jul e 31Dez05) e polacos, ao nível de componente, que ronda cerca de 200 militares, e na constituição de duas “Liaison and Observation Team” e de uma “Verification Team”.

Nesta nova missão, a componente portuguesa continua a apoiar as populações locais através da capacidade sobrança de engenharia e apoio sanitário.

Com o início da desagregação da ex-Jugoslávia foi criada pela Comunidade Europeia em 1991, a “European Community Monitoring Mission” (ECMM). A chefia da missão era atribuída ao país detentor da presidência da Comunidade, com rotação semestral.

A missão foi constituída inicialmente por 50 monitores dos 12 países da CEE e da Comissão Europeia. Portugal participou nesta fase com três elementos, designadamente com um diplomata e dois oficiais superiores do Exército.

Durante a presidência portuguesa da Comunidade Europeia (Janeiro a Junho de 1992), Portugal assumiu também a chefia desta Missão destacando para essa parte da Europa cerca de 50 elementos (entre diplomatas e militares) que conduziram o processo, política e administrativamente. Foi composta maioritariamente, por militares do Exército, num total de 25, desempenhando funções de operadores de comunicações, administrativas e de comando (dois Oficiais Gerais como chefes Militares da Missão e dois Oficiais Superiores como Chefe de Estado-Maior).

No período compreendido entre as duas presidências portuguesas, o Exército manteve, ao longo de oito anos, nesta missão, dois Monitores somando um total de oito.

No primeiro semestre de 2000, Portugal assumiu de novo a presidência da União Europeia e a chefia da ECMM, com uma componente militar, composta por 12 militares do Exército coordenada por um Oficial Superior.

Em 22 de Dezembro de 2000 a ECMM mudou de nome para “European Union Monitoring Mission” (EUMM), passando a depender do Conselho da União Europeia através do Alto Representante do Secretário-Geral, Javier Solana. Se a antiga Missão, ECMM, era considerada um instrumento dos Estados Membros, a EUMM passou a ser descrita como um instrumento da Política Externa e Segurança Comum. A representação portuguesa foi sendo progressivamente reduzida tendo o último militar, que desempenhava as funções de “Deputy Chief MO Zagreb” terminado a sua missão em 6 de Março de 2002.

A equipa portuguesa, que se encontrava na Macedónia no âmbito da OTAN, com a transferência da missão para a UE, mantém-se no terreno, agora no âmbito da operação

“CONCÓRDIA”. Esta operação foi a primeira de carácter militar lançada pela UE, tendo Portugal e o Exército desempenhado um papel de destaque. Estiveram empenhadas 26 nações, comandadas, a partir de 30 de Setembro de 2003, por um Oficial General do Exército Português, que a partir de 7 de Outubro de 2002 foi o Comandante da EUROFOR. Esta operação envolveu cerca de 400 militares, 77 dos quais pertenciam à EUROFOR, com a missão de garantir a segurança dos observadores internacionais envolvidos no processo de paz e a estabilidade na Antiga República Jugoslava da Macedónia. A presença militar portuguesa, para além do comandante da força foi assegurada por 11 oficiais e 4 sargentos. Destes, 7 militares, encontravam-se do antecedente ao serviço da EUROFOR e os restantes foram disponibilizados por Portugal, como “augmentees” de nação contribuinte.

Durante o mandato da ONUMOZ, quatro Oficiais Superiores do Exército fizeram parte da delegação portuguesa que, integrada na European Union Joint Observer Mission (EJOM), supervisionou o processo eleitoral que decorreu em Outubro de 1994 em Moçambique.

A UE lançou, no início de Junho de 2003, uma operação militar na República Democrática do Congo, com o nome de código “ARTEMIS”. Esta operação consistiu no envio, para Búnia, de uma força provisória multinacional de emergência constituída por forças de 17 países, a fim de estabilizar as condições de segurança e a situação humanitária nesta região, traduzindo-se no contributo da UE no quadro da Política Externa de Segurança e de Defesa, em cooperação com as Nações Unidas.

A França liderou esta operação tendo sido activado em Entebbe, no Uganda, um QG de nível operacional. Portugal participou nesta operação, desde 21 de Julho até 25 de Setembro de 2003, com dois oficiais do Exército, integrados no QG de Entebbe.

Já em 2005, a UE, na sequência de um pedido oficial do governo do Congo, decidiu estabelecer uma missão de aconselhamento e assistência em matéria de reforma do sector da segurança, atribuindo o nome de missão “EUSEC RD Congo”. Na missão, composta por 8 militares, escolhidos pela UE, encontram-se dois oficiais do Exército Português, que desempenham, desde 5 de Junho, as funções de conselheiro do Chefe do Estado-Maior-General para os assuntos de emprego de forças e conselheiro no Centro Coordenador de Operações Conjuntas, em Kinshasa.

Em 27 de Julho de 2005, iniciou a sua missão um Oficial Superior do Exército que, como “Deputy Logistic Operations and Plans” no “Joint Administrative Control and Management Centre”, em Addis Abeba (Sudão), faz parte do apoio manifestado pela UE à Organização de Unidade Africana, no âmbito da operação “African Union Mission in Sudan – II”.

No quadro da UE<sup>50</sup>, o Exército Português empenhou efectivos em seis Teatros de Operações, com um total de três UEB para além de diversos militares que compuseram ou compõem os Estados-Maiores das Forças Multinacionais naqueles Teatros.

### 3.5. Análise

O empenhamento do Exército em Operações de Paz tem sido, desde o início da década de 90, intenso e o maior entre todos os Ramos das Forças Armadas<sup>51</sup> neste tipo de operações.

A juntar às dificuldades do aprontamento e da execução das operações, o Exército teve que adoptar doutrinas conceptuais novas, desenvolvidas não só pela ONU como pela OTAN, e articulá-las com uma doutrina de emprego de forças ao nível tático, indo buscar ensinamentos aos antigos Regulamentos de Campanha desenvolvidos por si na década de 60 e adaptando-os às novas missões.

Este esforço na formação, que não é só para este tipo de operações, e que tem a sua face mais visível no então Instituto de Altos Estudos Militares e nas Escolas Práticas das Armas, sendo posto em prática nas Unidades responsáveis pelo aprontamento das diversas forças com um empenhamento de todo o Exército, tem sido reconhecido pelas mais diversas entidades portuguesas e estrangeiras, como atestam os numerosos elogios que o Exército tem recebido<sup>52</sup>.

Se ao nível da formação das suas forças, o Exército tem resolvido os problemas, a outros níveis as coisas já não se passam da mesma maneira e transcendem o próprio Exército.

Ao nível do aprontamento, a situação tem vindo a melhorar com a passagem do Serviço Militar, de obrigatório para o sistema de voluntariado, o que permitiu que as Unidades, através da adopção de uma política interna de dar prioridade na sua colocação à componente operacional, aumentassem o número de efectivos aptos a realizar estas missões<sup>53</sup>. A isto juntou-se um

<sup>50</sup> Ver Apêndice V (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA UE).

<sup>51</sup> Ver Anexo E (AS FA EM MISSÕES DE APOIO À PAZ E HUMANITÁRIAS – RESUMO DE 2003).

<sup>52</sup> Sobre este aspecto convém recordar as palavras proferidas pelo Presidente da República Jorge Sampaio aquando da sessão solene de abertura do ano lectivo de 1996/1997 no Instituto de Defesa Nacional: “O crescente envolvimento das Forças Armadas em operações de apoio à paz, bem como o empenhamento cada vez mais significativo de quadros nas estruturas de Comando e Estado-Maior das várias organizações internacionais de Segurança e Defesa de que Portugal é membro, fazem emergir como uma questão especialmente relevante a formação dos quadros de hoje.

É uma questão que, diga-se desde já, as Forças Armadas **souberam competentemente antecipar e cuidar** (negrito nosso), especialmente através da acção desenvolvida pelos seus Institutos Superiores de Ensino Militar, e que se tem revelado no excelente desempenho dos quadros militares empenhados naquelas missões, reconhecido, aliás, nas várias instâncias internacionais onde estamos inseridos.

Porque também este domínio concorre para o acréscimo de prestígio e visibilidade do nosso País, importa dar continuidade a este esforço de formação de quadros, apostando decisivamente na valorização do elemento humano, na qualidade e no saber.” (2002, p. 31).

<sup>53</sup> Por imposição legal, só podem ser empregues neste tipo de missões militares voluntários, ficando na altura, contudo, salvaguardadas algumas excepções em caso de necessidade. A título de exemplo, em 1997, o 3º BIMoto era constituído por 323 militares pertencendo a 42 Unidades do Exército, e em 1999, o 1º BIMoto, com

grande esforço no sentido de melhorar as condições de vida dentro das Unidades, no sentido de incentivar a sua aderência (entre outros incentivos). O facto de não se ter efectivos suficientes (na maior parte das Unidades do Exército) para o aprontamento do tipo de Unidades que têm sido utilizadas (com algumas excepções, a rondar os cerca de trezentos efectivos entre Oficiais, Sargentos e Praças por força), impôs a implementação de um sistema de rotação de Unidades nos diversos TO que obriga a que o aprontamento se estenda por seis meses, com as implicações decorrentes aos níveis de custo.

Quanto ao equipamento colectivo, o que se tem vindo a verificar é que, salvo algumas excepções, continuamos a usar equipamento desactualizado que não garante a necessária protecção e segurança da força. Podemos apontar alguns exemplos como as viaturas CHAIMITE, usadas em África durante a Guerra Colonial e que, embora sujeitas a algumas melhorias, não têm novos sistemas de protecção, ou os rádios utilizados, completamente ultrapassados em termos de possibilidades. Para fazer face a estas dificuldades recorreu-se ao expediente de adquirir um número limitado de material para determinada missão (caso das viaturas para Timor-Leste e para o Afeganistão), aumentando a variedade do parque de viaturas e as dificuldades logísticas. Os custos são enormes, além das viaturas serem mais onerosas, aumentam também as despesas de manutenção e ficamos limitados, devido aos prazos curtos em que as mesmas têm de ser adquiridas, ao que existe disponível no mercado (que até podem não ser as mais adequadas). Este é um problema que transcende o Exército, mas do qual não se pode alhear<sup>54</sup>. O reequipamento torna-se, assim, uma prioridade a ter em conta com urgência<sup>55</sup>, não só

---

efectivo semelhante, apresentava o mesmo panorama. Ambas as Unidades foram aprontadas pela Brigada Mecanizada Independente e utilizadas na Bósnia-Herzegovina no âmbito da SFOR.

<sup>54</sup> No caso do Afeganistão, implicou inclusive um adiamento da nossa entrada no TO, podendo pôr em causa não só o prestígio do Exército e de Portugal, como também a sua capacidade de cumprir com os compromissos assumidos.

<sup>55</sup> Sobre este assunto importa lembrar as palavras do Presidente da República Jorge Sampaio: “As rápidas e constantes mutações do ambiente internacional impõem uma cuidada reflexão sobre as concepções de Segurança, interna e externa, e de Defesa Nacional. As políticas externas de Segurança e Defesa são decisivas para uma resposta articulada às novas condições internacionais. Importa assim debater e revalorizar essas políticas (...)” (idem, p. 11), e “A Segurança e a Defesa deixaram de ser perspectivadas de uma forma rígida e estática: evolui-se para uma concepção que valoriza os mecanismos de solidariedade, instituídos em organizações de segurança colectiva e privilegiando-se o empenhamento activo em favor da gestão de crises e resolução de crises.

O papel do factor militar alterou-se, pois, com a sua revalorização como elemento de afirmação externa dos Estados, ao serviço da comunidade internacional, por regra concretizando objectivos de política externa num quadro multilateral.

A maior aptidão e experiência operacional das Forças Armadas não deixou, no entanto, de evidenciar dificuldades na preparação e no aprontamento de forças para as várias operações de paz, especialmente quando do envolvimento simultâneo em mais de um teatro de operações. Essas dificuldades reflectiram algumas carências do nosso sistema de forças e do potencial militar disponível (...) e, porque condicionam, de facto, em maior ou menor grau, sua actuação no exterior, devem ser cuidadosamente equacionadas.” (ibidem, p. 12). “O esforço de investimento público para assegurar a modernização das forças e a criação de novas e adequadas capacidades operacionais exige garantias firmes de que o planeamento, a programação, a obtenção e a operacionalização dos

para podermos continuar a assegurar a nossa presença neste tipo de operações, mas também os compromissos assumidos com a OTAN e a UE.

Ora se tudo o que foi dito implica um claro empenhamento e seriedade dos diferentes níveis de decisão, político e militar, torna-se imperioso definir muito claramente quais as prioridades de actuação das FA, tendo em conta também a probabilidade e os compromissos assumidos internacionalmente<sup>56</sup>. O próprio Ministro da Defesa, em entrevista ao semanário “EXPRESSO” em 04Jun05, reafirma-o ao responder que valoriza muito as missões específicas das FA quando questionado se, ao ponderar sobre o reequipamento, também entrava em linha de conta com as missões das FA. Mais, afirma que dá prioridade às missões “ (...) que se relacionam com a assumpção dos compromissos internacionais e o apoio à política externa. (...) E preparar mais as FA para esse tipo de missões.” (Ministério da Defesa Nacional, 2005b).

Uma vez que o Exército, em termos de actuação no âmbito desses compromissos tem sido o Ramo mais empenhado, cumprindo um conjunto de missões cuja probabilidade de ocorrência tem vindo a aumentar desde a queda do Muro de Berlim, deveria ver expressa na Lei de Programação Militar (LPM) esse empenhamento em termos de prioridade de reequipamento. Este problema tem merecido a atenção do Exército, que tem alertado para o Poder Político no sentido de reequilibrar os montantes que lhe estão afectos no âmbito da LPM.

A acrescentar ao referido atente-se nas palavras de James Dobbins: “A experiência no Iraque levou finalmente o Departamento de Defesa americano a considerar as operações de estabilidade como uma missão militar vital para os EUA e a reconhecer que a dimensão e estrutura globais da instituição de defesa norte-americana não podem continuar a ser definidas

---

múltiplos e complexos sistemas e infra-estruturas obedece a estratégias e a prioridades claras e sustentadas (...)” (ibidem, p. 14). “A profissionalização das Forças Armadas e a modernização do armamento e do equipamento, aspectos estruturantes fundamentais, levam a que os orçamentos da Defesa devam assentar em bases realistas e estáveis (...)” (idem).

<sup>56</sup> Num artigo publicado no suplemento especial dedicado às Forças Armadas portuguesas no novo contexto internacional do anuário de relações exteriores JANUS, de 1998, Lemos Pires priorizava em três níveis a intervenção externa das FA portuguesas, atribuindo uma categorização de nível 2 à cooperação com os países lusófonos e à participação em operações de paz e humanitárias e de nível 3 a outras intervenções do interesse do Estado no âmbito do apoio à política externa, num grau de probabilidade de ocorrência de, respectivamente, alto, médio e alto, num conjunto de 14 cenários de intervenção que incluía todo o espectro de intervenções das FA (1998, p. 79). Por sua vez o General Pinto Ramalho levanta seis cenários de actuação para satisfação dos quatro grandes objectivos de defesa que aponta. O cenário 2 que compreende a CTM, o cenário 3 as operações de apoio à paz e humanitárias e o cenário 4 que compreende as acções de “Peace Enforcement” apresentam uma probabilidade de ocorrência no curto e médio/longo prazo, respectivamente, de grau médio/alto – médio/alto para o segundo e terceiro cenários e baixo/médio – baixo/médio para o quarto cenário. Estes cenários de emprego de forças e a sua combinação, a eleição de novas capacidades que permitam ou potenciem esse emprego, os multiplicadores do potencial de combate, a duração do processo de aquisição e a vida útil dos equipamentos, são factores relevantes para a definição das prioridades de reequipamento necessário à actuação das FA (2004, p. 355-368).

apenas com base nas necessidades de combate convencional ou de importantes contingências.” (2005).

Não podemos contudo incorrer em corporativismos e devemos ver estas questões num ambiente onde a cooperação entre os Ramos é essencial, uma vez que o empenhamento das Forças Armadas, no âmbito da política externa, deve ser vista numa forma integrada e não diferenciada pelos Ramos.

A participação das Forças Armadas portuguesas nas operações de paz, para além de contribuir para honrar compromissos internacionais assumidos pelo país, tem um efeito valorizador da posição de Portugal no mundo ao projectá-lo “ (...) na cena internacional, através da participação em forças multinacionais, que reforçam e ampliam a capacidade de fazer ouvir a voz de Portugal. E isso é reconhecido, por exemplo, pela diplomacia portuguesa no que concerne à participação de Portugal na operação NATO, na Bósnia-Herzegovina, no contexto da campanha para a eleição do País como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.” (Vitorino, 1998, p. 173).

Embora não se possa estabelecer uma casualidade entre o emprego de forças neste quadro de actuação e os benefícios para o país, estes podem, na opinião do General Belchior Vieira, ser indirectos<sup>57</sup>, no entanto, acrescenta que o “ (...) reconhecimento internacional do formidável esforço militar desenvolvido nestas e para estas operações (...) tem levado a que diferentes organizações internacionais venham solicitando a contribuição de contingentes portugueses na criação de condições de pacificação e desenvolvimento de países em situação de conflito.” (Vieira, 1999, p. 192). Tendo presente que a maior parte deste esforço é desenvolvido pelo Exército, podemos afirmar que o seu contributo para o apoio à política externa do Estado português é notável e decisivo, no seio das Forças Armadas.

### **3.6. Propostas**

Sendo os meios, humanos e materiais, indispensáveis à realização das missões atribuídas ao Exército e às Forças Armadas, importa implantar medidas para que aqueles estejam em condições de prontidão de forma a poderem ser utilizados atempadamente.

Se ao nível da componente humana o Exército tem implementado diversas políticas no sentido de cativar a adesão de pessoal, conjugando-as com a actividade operacional e com uma formação adequada, o reequipamento não tem sido ao longo dos anos alvo da mesma atenção

---

<sup>57</sup> Estes benefícios indirectos passam por um maior peso negocial de Portugal nas instâncias internacionais, maior capacidade de intervenção da política externa portuguesa (ao acrescentar o vector militar), melhor imagem da opinião pública do papel da Instituição Militar e aumento da motivação e prestígio dos quadros no seio desta (Vieira, 1999, p. 192).



embora contemplado em todos os Programas de Governo. Isto verificou-se quando o Exército iniciou a sua participação no TO europeu, em 1996, havendo na altura a necessidade de o adquirir (apressadamente) de forma a assegurar essa mesma participação.

Numa altura em que a interoperabilidade dos meios, numa perspectiva de utilização conjunta e combinada é indispensável, torna-se essencial assegurar que finalmente a LPM seja executada, atendendo contudo às missões a desempenhar, prioridades estabelecidas e ao Sistema de Forças Nacional 04 – Componente Operacional já aprovado, em acordo com os compromissos assumidos internacionalmente. O Exército, no âmbito das suas competências no ciclo da revisão da LPM, tem apresentado as suas necessidades em termos de Capacidades, Objectivo de Força e Programas<sup>58</sup>, tendo como objectivo uma rentabilização dos recursos financeiros disponíveis, maximizando o recurso a programas plurianuais (Memorando n.º 105/CEME/05, 2005). Embora sejam estabelecidos prazos para a criação do Objectivo de Força de determinada Capacidade, torna-se difícil perspectivar temporalmente a inserção de outros Programas de Reequipamento (como por exemplo o do Comando e Controlo) que, sendo transversais a outras Capacidades, concorrem para o estabelecimento completo dessa mesma Capacidade. Também o que se verifica é que se define um prazo para o estabelecimento duma Capacidade sem que outros Programas que têm interferência directa nessa mesma Capacidade tenham início.

Esta dificuldade poderia ser suprimida caso cada Objectivo de Força fosse dividido por componentes onde estivesse reflectida a parte necessária dos outros Programas. Por exemplo: Um Objectivo de Força tipo Brigada, onde as componentes seriam o Comando, cada um dos Batalhões de manobra, o Apoio de Combate e o Apoio de Serviços. Se o prazo fosse 2012, em 2007 seria o prazo de uma das Componentes, e assim sucessivamente podendo haver saltos de mais anos e mais componentes simultaneamente. Todos os Programas que correm transversalmente deveriam permitir que em 2007 a componente deveria estar completamente equipada (com sistemas de comando e controlo, armamento, equipamento NBQ, viaturas e outros). Isto poderia levar a uma prorrogação do prazo de conclusão de um Objectivo de Força, no entanto quando concluído a força estaria completamente equipada. Mais, saberíamos quando cada uma das componentes estaria também pronta.

<sup>58</sup> “Capacidade: aptidão ou possibilidade de uma força militar desempenhar uma determinada tarefa, missão ou atingir um objectivo, gerada através da combinação eficiente de pessoal, equipamento, infra-estrutura e/ou treino, assentes em doutrina adequada. Objectivo de Força: é uma força, capacidade ou infra-estrutura, a constituir num determinado período de tempo de acordo com requisitos quantitativo e qualitativos específicos, que contribui para o Sistema de Forças tendo em vista a consecução das missões do Exército. Programa: conjunto de projectos ou subprogramas e actividades, articulados entre si, que permitam alcançar um ou mais Objectivos de Força.” (Memorando n.º 105/CEME/05, 2005).



Verifica-se ainda que, na elaboração da proposta do Exército de revisão da LPM, já foram tidos em consideração os Objectivos de Força assumidos perante a OTAN, no entanto, talvez devido à falta de um “Planeamento do Apoio Militar à Política Externa do Estado”<sup>59</sup> (Sampaio, 2002, p. 28), não sejam equacionadas as forças a disponibilizar no quadro das Operações de Paz, também assumidos pelo Estado português.

---

<sup>59</sup> Ideia lançada pelo Presidente da República Jorge Sampaio na sessão solene de abertura do ano lectivo de 1996/1997, no Instituto de Defesa Nacional.

## CONCLUSÕES E PROPOSTAS

A cooperação militar bilateral com os países do Centro e Leste Europeu e com os países da Bacia do Mediterrâneo têm tido um desenvolvimento que se reflecte nas acções planeadas pelo Exército e confirmadas através do MDN. A título de exemplo, para 2005 foram planeadas 45 actividades, e no quinquénio 2000-2004 foram planeadas 232 actividades. No entanto, verifica-se que, sobretudo por razões de ordem orçamental, a taxa de execução desse planeamento ronda os 50%, o que é manifestamente pouco, podendo pôr mesmo em causa a credibilidade deste tipo de cooperação. Mas existem ainda outros problemas. Primeiro, a falta de objectivos específicos e claramente definidos superiormente leva a que o cancelamento se faça de forma arbitrária; segundo, o facto de grande parte dessas acções ter sido suportada pelas U/E/O; terceiro, um espaço temporal demasiado longo entre o planeamento e a execução; quarto, ausência de relatórios que espelhem o que tem sido executado sobre as diversas actividades; e quinto, inexistência, dentro do Exército, de uma entidade que coordene todo este tipo de actividade.

Também inserida na cooperação militar bilateral mas individualizada, devido a objectivos muito específicos, está a CTM.

Sendo o Ramo das Forças Armadas que mais tem contribuído para a sua execução, como foi apurado, as acções desenvolvidas pelo Exército, desde o início da década de 90 e até agora, podem ser resumidas da seguinte forma:

- Assessoria técnica no âmbito do quadro legislativo enformador das estruturas do Ministério da Defesa, EMGFA e Exército, na componente de Estado-Maior e da organização e funcionamento das diversas U/E/O das Forças Armadas dos PALOP (+), envolvendo 1.088 militares e civis em 92 Projectos espalhados por seis países;
- Formação em Portugal de alunos/militares dos PALOP, frequentando cursos de formação, de promoção, qualificação, do Ensino básico e do Secundário nos colégios, bem como estágios diversos e visitas, num total 1.604 alunos/militares, e formação de um total de 23.089 militares nos PALOP (+);
- Apoio na prestação de serviços na área da Engenharia, através de realização de variadíssimas obras de recuperação nos PALOP (+), na área das Transmissões, do Serviço de Material, Fabril (OGFE, OGME, DGMT) e na área Sanitária com especial importância na montagem de um Laboratório de Análises Clínicas no Hospital Militar de Maputo. No âmbito da assistência hospitalar e em Portugal, nos Hospitais Militares do Exército, tem-se prestado apoio a todos os militares e alunos que frequentam cursos/estágios no nosso país, e aos militares dos PALOP e seus familiares que aqui se

deslocam propositadamente, tendo sido realizadas 528 consultas/tratamentos e, ao abrigo do Programa AFICRA, foram intervencionadas 46 crianças angolanas vítimas da guerra;

- Fornecimento de material (aquartelamento, intendência, fardamento, didáctico e instrução).

Baseada num modelo implementado no início da década de 90, verificou-se que os projectos aprovados não têm um fim definido, o que tem provocado o seu arrastamento temporal. A somar a esta situação existem outros problemas. Primeiro, na altura da definição dos projectos não existem representantes do Exército que possam certificar sobre a viabilidade dos mesmos; segundo, verifica-se também que nem sempre os países cumprem as condições necessárias para que efectivamente o projecto possa arrancar; terceiro, o montante dispendido com esta actividade é elevado não existindo orçamentação, o que tem levado o Exército a pedir uma redefinição e redimensionamento da CTM.

Quanto à participação em Operações de Paz no âmbito das organizações internacionais a que Portugal pertence, o esforço dispendido pelo Exército tem sido enorme, sendo o Ramo que para essas operações mais tem contribuído: passando pelas missões no âmbito da ONU, das quais destacamos a participação na UNAVEM III e MONUA, em Angola, a actuação do BTm 4 na ONUMOZ em Moçambique, ou a acção em Timor-Leste; as missões da responsabilidade da OTAN, com uma participação na Bósnia-Herzegovina ao longo de mais de nove anos, ou a KFOR, no Kosovo, e agora no Afeganistão; à participação no âmbito da UE, com a continuação da presença na Bósnia-Herzegovina.

A estas participações devemos acrescentar todo um conjunto de militares que integraram Estados-Maiores de Unidades e Comandos, dos quais dependiam as nossas forças, observadores e muitos mais que no total atingem um efectivo que ronda os 16.000 militares.

Embora recebendo elogios das mais diversas entidades nacionais e estrangeiras, a actuação de unidades constituídas do Exército em prol destas operações pode ficar seriamente comprometida caso o reequipamento, que há tantos anos se fala, não for efectivamente realizado, tendo em conta as missões dadas às Forças Armadas e as prioridades definidas para essas mesmas missões. No nosso entender, as missões em apoio à política externa, face ao evoluir do cenário das relações internacionais, serão cada vez mais valorizadas num contexto mais amplo de Segurança e Defesa.

Podemos então concluir que a contribuição do Exército, no âmbito das missões de apoio à política externa, num quadro de actuação bilateral e multilateral, é relevante e decisiva, não só

pelo número de militares e meios envolvidos, mas também pela obra deixada e pelos objectivos que atinge.

Embora ao longo do nosso trabalho tenhamos apresentado um conjunto de propostas, pretendemos agora fazer um resumo das mesmas, de forma a dar um enquadramento contínuo das mesmas.

No âmbito das relações bilaterais propriamente ditas, propomos a definição de objectivos concretos e um planeamento que cobrisse mais anos e que tivesse em conta prioridades, em termos de acções e países. A existência de uma entidade coordenadora de todas estas actividades e com um orçamento definido ou que receba verbas destinadas a essa execução. A necessidade de uma programação detalhada, com os respectivos custos associados. Cada actividade realizada, quer em Portugal quer no estrangeiro, deverá ser alvo de um relatório, o mais completo possível, assim como a realização de um relatório anual que espelhe, à semelhança da CTM, a actividade desenvolvida pelo Exército. Considerar o alargamento das áreas de intercâmbio para as missões de interesse público internacionais.

No que respeita à CTM, uma maior intervenção do Exército na fase de definição dos diversos projectos que enformam os PQ, nos moldes atrás enunciados, e uma maior integração das acções de formação em Portugal com as actividades desenvolvidas nos PALOP (+), por forma a rentabilizar estas mesmas actividades. Empenhar e responsabilizar cada vez mais os próprios PALOP (+) no sentido do cumprimento dos compromissos que assumam, de molde a rentabilizar e diminuir os custos que estão associados à CTM.

No que respeita à nossa participação nas operações de paz, e sendo o problema do reequipamento o mais premente, e embora transcenda o próprio Exército, pensamos que a apresentação das propostas que o Ramo tem vindo a fazer, passem a reflectir não só a necessidade de se dotar desse material, mas que expressem com clareza e prazos bem definidos a altura em que se atingem as diversas Capacidade e Objectivos de Força pretendidos para a satisfação das missões que lhe estão atribuídas.

“A modernização das Forças Armadas, no que se refere a armas e equipamentos, não passou da sua fase inicial. Porém, com esforço, a preparação do pessoal tem acompanhado a evolução operacional e táctica das forças aliadas, ainda que, por vezes e por falta de material, apenas no campo da teoria.” (Sacchetti, 2002, p. 74).

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, José António de Deus (1995). **As Forças Armadas e o Exército na Cooperação com os PALOP. Modelo de Articulação com o Sistema Nacional para a Cooperação – Desenvolvimentos Prospectivos**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual do Curso Superior de Comando e Direcção 1994/95.
- AMARAL, Diogo Freitas (2005). **Discurso do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros no debate parlamentar do Programa do Governo** [Em linha]. Lisboa: Portal do Governo, 21 de Março. [Consult. 22 Mai. 2005]. Disponível em WWW:<URL: [http://80.251.169.28/Portal/PT/Governos/Governos\\_Consti...acao/Intervencoes/20050321\\_MNE\\_Int\\_Programa\\_Governo.htm](http://80.251.169.28/Portal/PT/Governos/Governos_Consti...acao/Intervencoes/20050321_MNE_Int_Programa_Governo.htm)>.
- ANTÓNIO, Manuel Romão Excelente (2005). OSCE – Relato de uma experiência. **Jornal do Exército**. Lisboa: Estado-Maior do Exército. ISSN 0871-8598. 543 (Ago/Set) 49-55.
- AZEVEDO, Gonçalo José Santos de; CALMEIRO, Luís Miguel Afonso (2004). **O Exército Português em Timor Leste**. Lisboa: Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. ISBN 972-9044-70-8.
- BALTAZAR, Maria da Saudade (2005). **As Forças Armadas Portuguesas. Desafios numa Sociedade em Mudança**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, Setembro 2005. 519 p. ISBN 972-8801-78-5.
- CORREIA, António Manuel Garcia (1994). **Cooperação Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Participação do Exército**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual do Curso Superior de Comando e Direcção 1993/94.
- CARDOSO, Fernando Jorge (1999). Desafios e prioridades políticas portuguesas em África. **Estratégia**. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. ISSN 0874-5269. 12-13 (1º Semestre) 121-139.
- CALMEIRO, Luís Miguel Afonso (2005). O Exército Português na Cooperação Militar Bilateral. **Jornal do Exército**. Lisboa: Estado-Maior do Exército. ISSN 0871-8598. 540 (Maio) 12-18.
- CALMEIRO, Luís Miguel Afonso; MAGRO, José Manuel Tavares (2005). **O Exército Português nos Caminhos da Paz. 1989-2005**. Lisboa: Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME. ISBN 972-99810-0-0.
- CONCEITO Estratégico Militar (2004). Aprovado pelo MEDN em 22 de Dezembro de 2003. Confirmado pelo CSDN de 15 de Janeiro de 2004.

DECRETO-LEI n.º 47/93. **D.R. I-A Série.** 48 (93-02-26) 801-807.

DECRETO-LEI n.º 48/93. **D.R. I-A Série.** 48 (93-02-26) 807-815.

DECRETO-LEI n.º 50/93. **D.R. I-A Série.** 48 (93-02-26) 822-827.

DECRETO Regulamentar n.º 10/95. **D.R. I-B Série.** 119 (95-05-23) 3186-3189.

DECRETO Regulamentar n.º 42/94. **D.R. I-B Série.** 203 (94-09-02) 5156.

DECRETO Regulamentar n.º 43/94. **D.R. I-B Série.** 203 (94-09-02) 5156-5164.

DESPACHO n.º 141/CEME/99 de 18 de Junho. Acessível no Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, Lisboa, Portugal.

DESPACHO n.º 42/MDN/91 de 27 de Março. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DESPACHO n.º 220/MDN/91 de 26 de Dezembro. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1992). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1991.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1993). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1992.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1994). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1993.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1995). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1994.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1996). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1995.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1997). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório**

- das Actividades – 1996.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1998). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1997.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1999a). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1998.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1999b). **Súmula nº. 61 – Relações Bilaterais na Área da Defesa e Militar com Países da Europa, do Magrebe, EUA, Brasil e também China (excepto PALOP).** Acessível na Biblioteca do Exército, Lisboa, Portugal.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1999c). **Portugal e a Defesa Nacional – 1999.** Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (2000a). **Cooperação Técnico-Militar, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Relatório das Actividades – 1999.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (2000b). **Súmula nº. 67 – As Organizações Internacionais e o seu envolvimento em Operações de Paz (1994-2000).** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (2004). **Súmula n.º 84 – O futuro do Mediterrâneo no contexto das relações Norte Sul.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (2005). **Súmula n.º 73 – Missões Humanitárias e de Paz – Participação Portuguesa. 1992-2004.** Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- DOBBINS, James (2005). **O papel da OTAN na construção de Estados** [Em linha]. Notícias da OTAN, Verão 2005. [Consult. 29 Set. 2005]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.nato.int/docu/review/2005/issue2/portuguese/art1.html>



- DUQUE, Jorge (1998a). As novas missões das Forças Armadas. **JANUS 98 – As Forças Armadas Portuguesas no contexto internacional**. Lisboa: PÚBLICO e Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN 972-8179-27-8. 44-45.
- DUQUE, Jorge (1998b). Portugal nas missões de paz. **JANUS 98 – As Forças Armadas Portuguesas no contexto internacional**. Lisboa: PÚBLICO e Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN 972-8179-27-8. 46-47.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2001). **Anuário Estatístico do Exército – 2000**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2002). **Anuário Estatístico do Exército – 2001**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2003). **Anuário Estatístico do Exército – 2002**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- FERNANDES, António Horta (2004). Do 25 de Abril aos dias de hoje: A estratégia como matéria socialmente consagrada. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN (coleção) 972-42-3071-6. p. 575- 581. Vol. 4.
- GOUVEIA, João Carlos Ferreira (2003). **A Participação do Exército Português nos Compromissos Internacionais – Uma Afirmção do Estado**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Longa Duração 2001/2003.
- LEI Constitucional n.º 1/2005. **D.R. I-A Série**. 155 (2005-08-12) 4642-4686.
- LEI n.º 29/82. **D.R. I Série**. 285 (1982-12-11) 4063-4079.
- LEI n.º 52/2005. **D.R. I-A Série**. 167 (2005-08-31) 5186-5284.
- MEMORANDO n.º 105/CEME/05 de 05 de Maio. Acessível no Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, Lisboa, Portugal.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2000). **Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 1999**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2001). **Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2000**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2002). **Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2001**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2004). **Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2002**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2005a). **Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2003**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2005b). **Entrevista do Ministro da Defesa Nacional ao EXPRESSO de 4 de Junho de 2005** [Em linha]. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. [Consult. 21 Jun. 2005]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.mdn.gov.pt/destaques/2005/entrevista\\_MDN\\_expresso.htm](http://www.mdn.gov.pt/destaques/2005/entrevista_MDN_expresso.htm).
- MINISTRY OF DEFENCE (2001). **Multinational Defence Co-operation** [Em linha]. Londres: Ministério da Defesa, Fevereiro. Paper n.º 2 [Consult. 22 Set. 2005]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.mod.uk>>.
- MISSÕES Específicas das Forças Armadas – 2004 (2004). Definidas em CSDN de 21 de Outubro de 2004.
- MOITA, Madalena (2004). Portugal nas operações de apoio à de paz em Angola. **JANUS 2005 – A Guerra e a Paz nos nossos dias**. Lisboa: PÚBLICO e Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN 972-8892-28-4. 188-189.
- NOGUEIRA, Joaquim Fernando (1995). **A Política de Defesa Nacional**. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. 286 p. ISBN 972-96007-4-0.
- OSCE (1999). **Kosovo/Kosova – As Seen, As Told**. Warsaw: Office for Democratic Institutions and Human Rights. ISBN 8-391-27500-0 paperback.
- PIRES, Mário de Lemos (1998). Cenários para a intervenção das F.A. portuguesas. **JANUS 98 – As Forças Armadas Portuguesas no contexto internacional**. Lisboa: PÚBLICO e Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN 972-8179-27-8. 78-79.
- PORTUGAL. Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (2005). **Ofício n.º 1746 2005-07-25**. [Cooperação Técnico-Militar luso-moçambicana – Programa-Quadro (2005-2007)]. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- PROGRAMA do XVII Governo Constitucional. **D.A.R. II Série-A. 2** (2005-03-18). X Legislatura. 1ª Sessão Legislativa (2005-2006).
- RAMALHO, José Luís Pinto (2004). Reflexões relativas ao quadro conceptual para a constituição, dimensionamento, reequipamento e emprego do instrumento militar. In ADRIANO, Moreira. **Informações e Segurança – Estudos em honra do General Pedro Cardoso**. Lisboa: Prefácio, 2004. ISBN 972-8816-13-8. p. 353- 379.
- RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 6/2003. **D.R. I-B Série. 16** (2003-01-20) 279-287.
- RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 9/94. **D.R. I-B Série. 29** (1994-02-04) 550-553.
- RIBEIRO, António Gonçalves (2000). **Da ponte Aérea à Cooperação. O meu testemunho**. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

- RIBEIRO, Rui Manuel Costa (2004). **Cooperação Técnico-Militar Portuguesa, Novo Modelo para uma Rentabilização de Recursos**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Longa Direcção do Curso de Estado-Maior 2002/04.
- João Manuel Mendonça (2005). **Diplomacia Militar. Um Conceito para Portugal**. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Longa Direcção do Curso de Estado-Maior 2003/05.
- SACCHETTI, António Emílio Ferraz (2002). A Conjuntura Estratégica Mundial. In ADRIANO, Moreira. **Informações e Segurança – Estudos em honra do General Pedro Cardoso**. Lisboa: Prefácio, 2004. ISBN 972-8816-13-8. p. 57- 75.
- SACCHETTI, António Emílio Ferraz (2005). **Forças Armadas – A Instituição e as Associações**. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha – Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia. 11 p. (Temas e Reflexões). ISBN 972-95797-1-7.
- SAMPAIO, Jorge (2002). A Defesa Nacional e as Forças Armadas – Intervenções do Presidente da República. Lisboa: Presidência da República. ISBN 972-95797-1-7.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (1994). **Relatório de Actividades de CTM – 1993**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (1995). **Relatório de Actividades de CTM – 1994**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (1996). **Relatório de Actividades de CTM – 1995**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (1997). **Relatório de Actividades de CTM – 1996**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (1998). **Relatório de Actividades de CTM – 1997**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (1999). **Relatório de Actividades de CTM – 1998**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (2000). **Relatório de Actividades de CTM – 1999**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (2001). **Relatório de Actividades de CTM – 2000**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (2003). **Relatório de Actividades de CTM – 2001**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (2004). **Relatório de Actividades de CTM – 2002**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (2004). **Relatório de Actividades de CTM – 2003**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME (2005). **Relatório de Actividades de CTM – 2004**. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004). Portugal e as Operações de Paz. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN (coleção) 972-42-3071-6. p. 93- 113. Vol. 4.
- VIEIRA, Belchior (1999). Missões Internacionais de Apoio à Paz. In FERREIRA, José Medeiros. **Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático – II Curso de Livre de História Contemporânea**. Lisboa: Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Março de 2001. ISBN 972-772-211-0. p. 187- 194.
- VITORINO, António Manuel de Carvalho Ferreira (1998a). **Opções de Política de Defesa Nacional**. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. 263 p. ISBN 972-96007-6-7.

#### PORTAIS DA “INTERNET” CONSULTADOS

<http://btm4.no.sapo.pt/> – Página do BTm 4.

[http://ue.eu.int/cms3\\_fo/showPage.asp?id=268&lang=pt&mode=g](http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=268&lang=pt&mode=g) – Página oficial dedicada às operações da UE.

<http://www.emgfa.pt/Pages/Home.asp> – Página oficial do Estado-Maior-General das Forças Armadas portuguesas.

<http://www.governo.gov.pt/Portal/PT> – Página oficial do Governo.

[http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organograma/DGPDN/principal\\_DGPDN.htm](http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organograma/DGPDN/principal_DGPDN.htm) – Página da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

<http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/> – Página oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<http://www.nato.int/> – Página oficial da OTAN.

<http://www.osce.org/> – Página oficial da OSCE.

<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/index.asp> – Página oficial do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.

## BASES DE DADOS CONSULTADAS

SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME. **Alunos PALOP** [Disco].

Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME. **Formação nos PALOP** [Disco]. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME. **Pessoal em CTM** [Disco]. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

SECÇÃO DE COOPERAÇÃO MILITAR E ALIANÇAS/GabCEME. **Pessoal em Operações de Paz e Humanitárias** [Disco]. Acessível na Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME, Lisboa, Portugal.

## RELATÓRIOS DAS FND CONSULTADOS

Relatório de Fim de Missão, SFOR/1º BIMoto/BMI, 1997.

Relatório de Fim de Missão, SFOR/2º BIMoto/BMI, 1998.

Relatório de Fim de Missão, SFOR/3º BIMoto/BMI, 1999.

Relatório de Fim de Missão, KFOR/AgrBRAVO/BAI, 2000.

Relatório de Fim de Missão, SFOR/2º BIMec/BMI, 2002.

Relatório de Fim de Missão, UNMISSET/AgrHOTEL/BLI, 2004.

## ENTREVISTAS REALIZADAS

Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso (Comandante Operacional das Forças Terrestres) – entrevista realizada em 14Set05;

Tenente-Coronel António Joaquim Ramalhã Cavaleiro (Adjunto do General CEME para a Cooperação Militar) – entrevista realizada em 01Set05;

Tenente-Coronel Rui Manuel Dias Carrapiço Nicau (Assessor da Secção de Cooperação Militar e Alianças responsável pela área da CTM) – entrevista realizada em 09Set05;

Major Luís Miguel Afonso Calmeiro (Assessor da Secção de Cooperação Militar e Alianças responsável pela área das Relações Bilaterais) – entrevista realizada em 09Set05.



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

<b>A</b>	
Alves .....	28
<b>B</b>	
Baltazar .....	10
<b>C</b>	
Calmeiro .....	11, 14, 15, 16, 17, 36
Cavaleiro .....	15
Correia .....	28
<b>D</b>	
Dobbins .....	52
Duque .....	3, 11, 18, 32
<b>F</b>	
Fernandes .....	1
<b>M</b>	
Magro .....	36
Moita .....	33, 34
<b>N</b>	
Nogueira .....	5
<b>P</b>	
Pires .....	52
<b>R</b>	
Ramalho .....	52
Ribeiro .....	28
<b>S</b>	
Sacchetti .....	1, 58
Sampaio .....	50, 51, 55
Simão .....	27
<b>T</b>	
Teixeira .....	1, 32
<b>V</b>	
Vieira .....	53
Vitorino .....	42, 53

## Apêndice A (POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL)

### 1. Política Externa

Do Programa do XVII Governo Constitucional para os anos de 2005 a 2009, ressaltam várias linhas de orientação estratégica da política externa nas suas várias componentes (económica, de segurança, de justiça, e outras), das quais destacamos as seguintes:

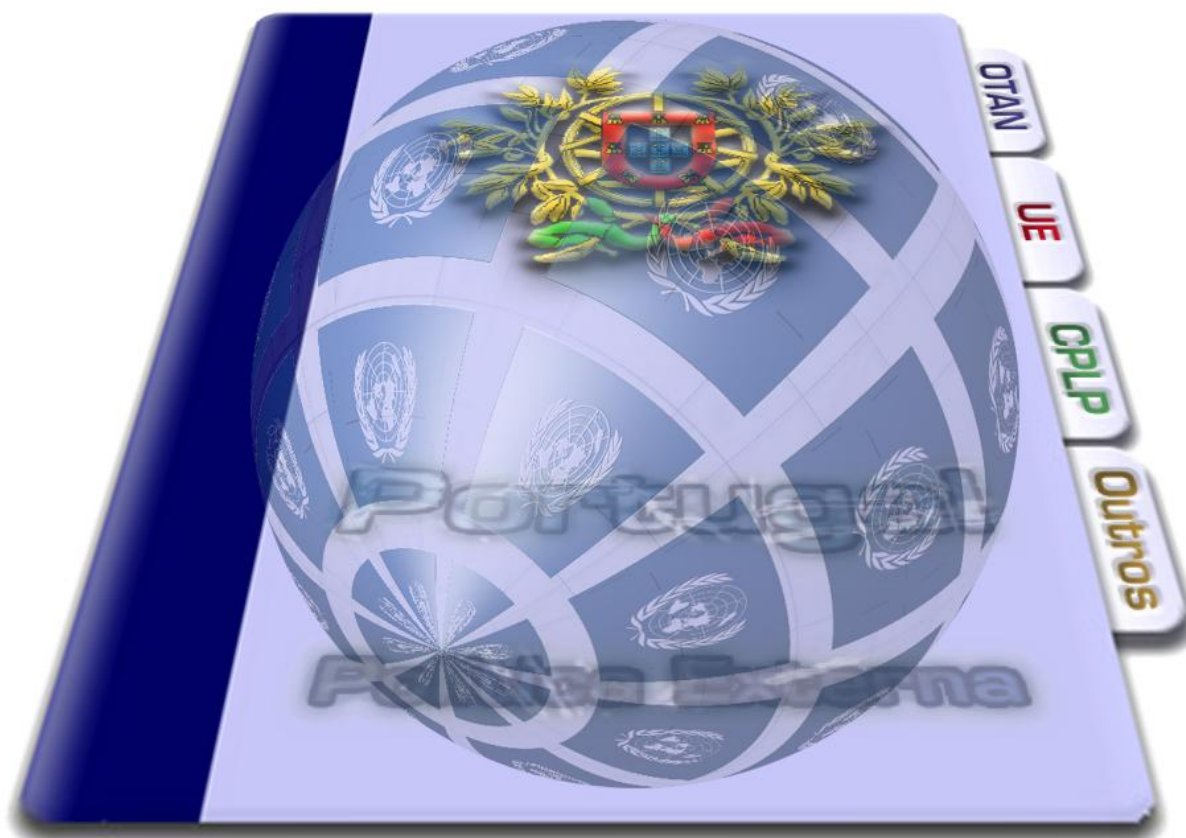
- “Participação activa nos centros de decisão da vida e das instituições mundiais;
- Portugal na construção europeia;
- Responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional;
- Relançamento da política de cooperação.” (Programa do XVII Governo Constitucional, 2005, p. 129-134).

O mesmo documento esclarece que “Portugal deve assumir a sua quota de responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional, bem como nos programas da ajuda humanitária, no pleno acatamento do direito internacional e com empenhamento coerente dos vectores político, diplomático, militar, policial e de reabilitação institucional ou económica, e deve fazê-lo no âmbito de mandatos claros por parte da ONU ou da OSCE, nomeadamente integrado em operações aliadas da NATO e/ou da União Europeia. A modernização das forças armadas e das forças de segurança deve ter em conta a natureza das missões que são chamadas a assumir na moderna gestão de crises e conflitos e na evacuação de nacionais em zonas de perigo, ao serviço do contributo de Portugal para a estabilidade internacional. A concretização de uma componente de política externa, segurança e defesa no âmbito da União Europeia deve prosseguir de forma compatível com a preservação do elo transatlântico, instrumento fundamental de partilha de responsabilidades na prevenção de conflitos e no reforço da segurança colectiva (designadamente no quadro da Aliança Atlântica) e de partilha de objectivos na solução dos grandes problemas da agenda mundial.” (idem, p. 133).

Daqui ressaltam claramente alguns dos espaços de actuação onde o vector militar é contemplado, concretamente em operações da OTAN e/ou da UE apoiadas em mandatos da ONU ou da OSCE.

No plano da política de cooperação esta aparece como um instrumento de acção estratégica essencial para a afirmação dos interesses de Portugal, num mundo cada vez mais interdependente e globalizado, onde “no plano bilateral deverá privilegiar uma intervenção prioritária nos países de expressão portuguesa (...)” (ibidem, p. 133).

Temos, deste modo, outro espaço de actuação que compreende os países de expressão portuguesa, numa relação que sendo bilateral se quer integrada numa perspectiva multilateral dentro da CPLP.



**Figura i – Prioridades da política externa**

“Por força da nossa situação geográfica, da nossa história política e dos superiores interesses estratégicos nacionais, há muito que se encontram nitidamente traçados os três pilares básicos da acção diplomática do Estado Português: a integração europeia de Portugal, a aliança atlântica e a valorização da lusofonia.” (Amaral, 2005). Donde se pode concluir que as prioridades da política externa portuguesa assentam em três pilares estratégicos: A OTAN, a UE e a CPLP.

“O Governo complementa a sua prioridade europeia com uma visão alargada do papel universal de Portugal, seja na comunidade linguística a que pertencemos, seja no quadro das alianças tradicionais de Portugal, seja, finalmente, no quadro de uma valorização da regulação multilateral das encruzilhadas do Mundo de hoje, a qual continua a ter na Carta das Nações Unidas o seu referencial central.” (Programa do XVII Governo Constitucional, 2005, p. 7).

## **2. Política de Defesa Nacional**

Num quadro que poderemos caracterizar por um aumento de ameaças transnacionais e dos conflitos de natureza infra-estatal, de raiz étnica ou de fundamentalismo religioso, em detrimento

das ameaças e conflitos tradicionais interestatais, a existência de Estados falhados, os riscos ambientais, catástrofes humanitárias e epidemias, o crime organizado e o terrorismo transnacional, o “conceito de Segurança regista duas alterações fundamentais. Primeiro, a segurança não é, exclusivamente, a segurança dos Estados. É, também, a segurança das pessoas: é um quadro de Segurança Humana. Segundo, contra riscos, ameaças e conflitos transnacionais, a resposta terá que basear-se, essencialmente, na cooperação internacional: é um quadro de Segurança Cooperativa.

É para este novo quadro de segurança internacional que a política de Defesa Nacional e os instrumentos de Segurança e Defesa terão que desenvolver resposta adequada. E neste quadro, a Defesa Nacional deve ter como objectivos fundamentais, não só capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos Cidadãos, mas, também, capacidades para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz.” (idem, p. 135).

Neste sentido o Governo estabeleceu como objectivos da política de Defesa, no quadro de uma segurança cooperativa, “a participação activa na produção de segurança internacional e, em particular, em missões internacionais de gestão de crises, de carácter humanitário e de apoio à paz (...)” (ibidem).

Sendo Portugal um país europeu, mas também atlântico, que sempre privilegiou e desenvolveu as suas relações com as suas ex-colónias, é nestes espaços que se desenvolvem, prioritariamente, as relações externas de defesa, tanto no quadro multilateral, como no quadro bilateral. Neste sentido, e num contexto multilateral, são dadas preferências:

- À OTAN – onde são reafirmados os compromissos militares de defesa colectiva já assumidos;
- À UE – não só na construção da Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo a sua participação nas missões militares sob o seu comando, mas também participando na cooperação estruturada em matéria de Defesa;
- À CPLP – onde para além dos laços de amizade e cooperação, não deve ser esquecida a sua componente de defesa;
- À ONU – onde se reitera a importância da organização na manutenção da legalidade, da ordem internacional e da Paz.

Por sua vez, bilateralmente são dadas preferências à manutenção das relações com os aliados tradicionais, com prioridade para os Estados Unidos da América, mas também com os parceiros europeus da OTAN e da UE. Assumem uma importância relevante as relações com os

países africanos de expressão portuguesa que se procuram desenvolver e aprofundar (o facto de não se fazer referência a Timor-Leste é assumido por nós como mero lapso de escrita). É dado realce ainda aos países do Magreb e da margem sul do Mediterrâneo.

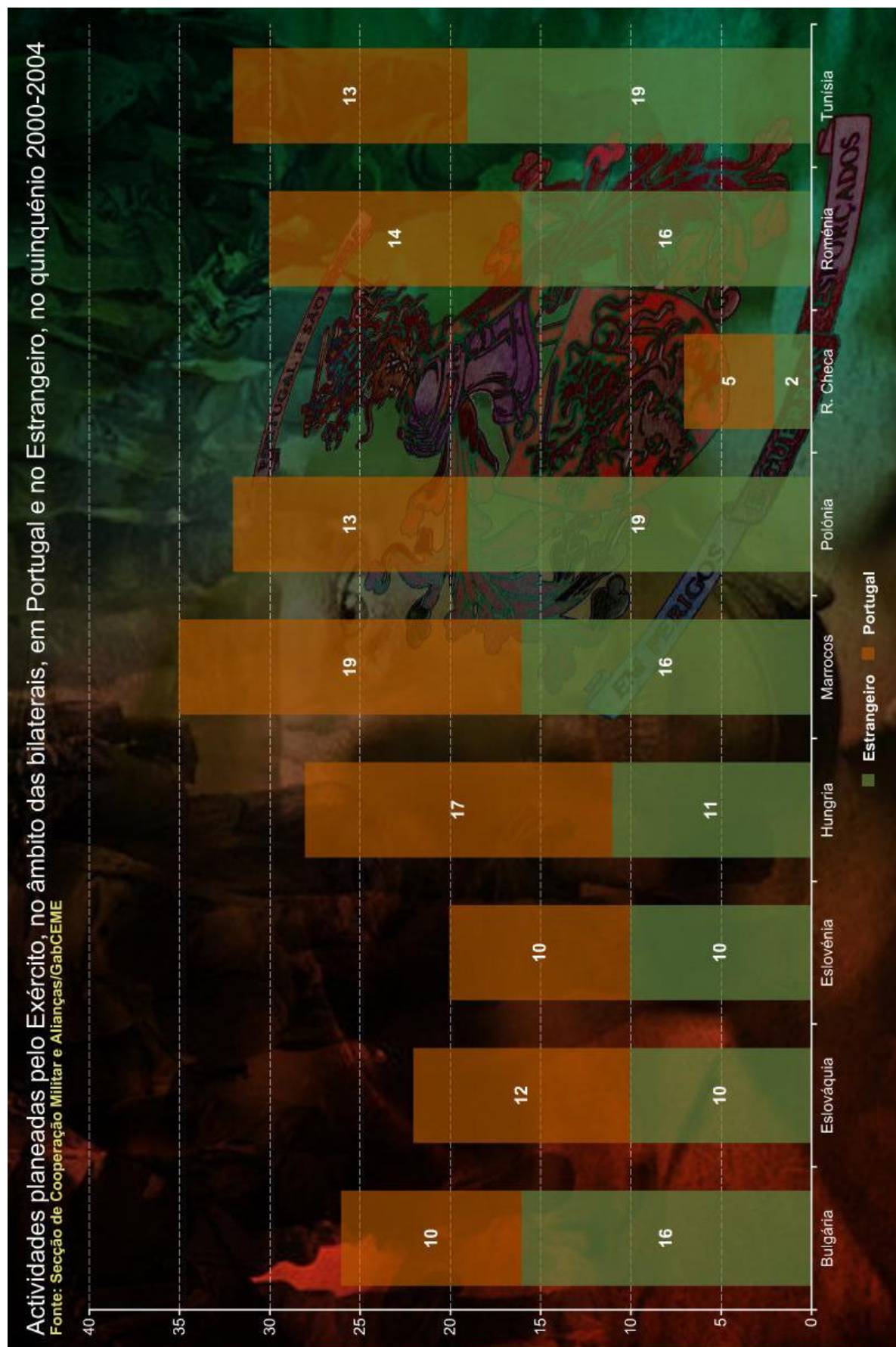
O programa do Governo estabelece ainda, neste quadro de segurança internacional, quais as missões que as Forças Armadas deverão cumprir de acordo com os objectivos e prioridades da política de defesa. Neste sentido, e para além das missões tradicionais, das missões de interesse público e das missões que lhe vierem a ser confiadas no âmbito da luta ao terrorismo transnacional dentro de um quadro próprio e em coordenação com as Forças e Serviços de Segurança, as Forças Armadas deverão, num quadro multilateral, “participar, prioritariamente, em missões internacionais de natureza militar, nomeadamente no sistema de defesa colectiva da Aliança Atlântica e na Política Europeia de Segurança e Defesa. E em missões internacionais de apoio à política externa, designadamente, de gestão crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a ONU, União Europeia, OTAN, a OSCE e a CPLP.” (Programa do XVII Governo Constitucional, 2005, p. 137).

Num quadro bilateral, deverão “manter o empenhamento nos projectos e programas de Cooperação Técnico Militar com os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa (...)” (idem, p. 137) (mais uma vez não se faz referência a Timor-Leste).

Podemos verificar que existe uma coincidência, no que aos espaços de actuação diz respeito, entre as prioridades da política de defesa e as da política externa, e que essas prioridades não têm sofrido grandes alterações desde a década de 90.



## Apêndice B (ACTIVIDADES PLANEADAS BILATERALMENTE DURANTE 2000-2004)



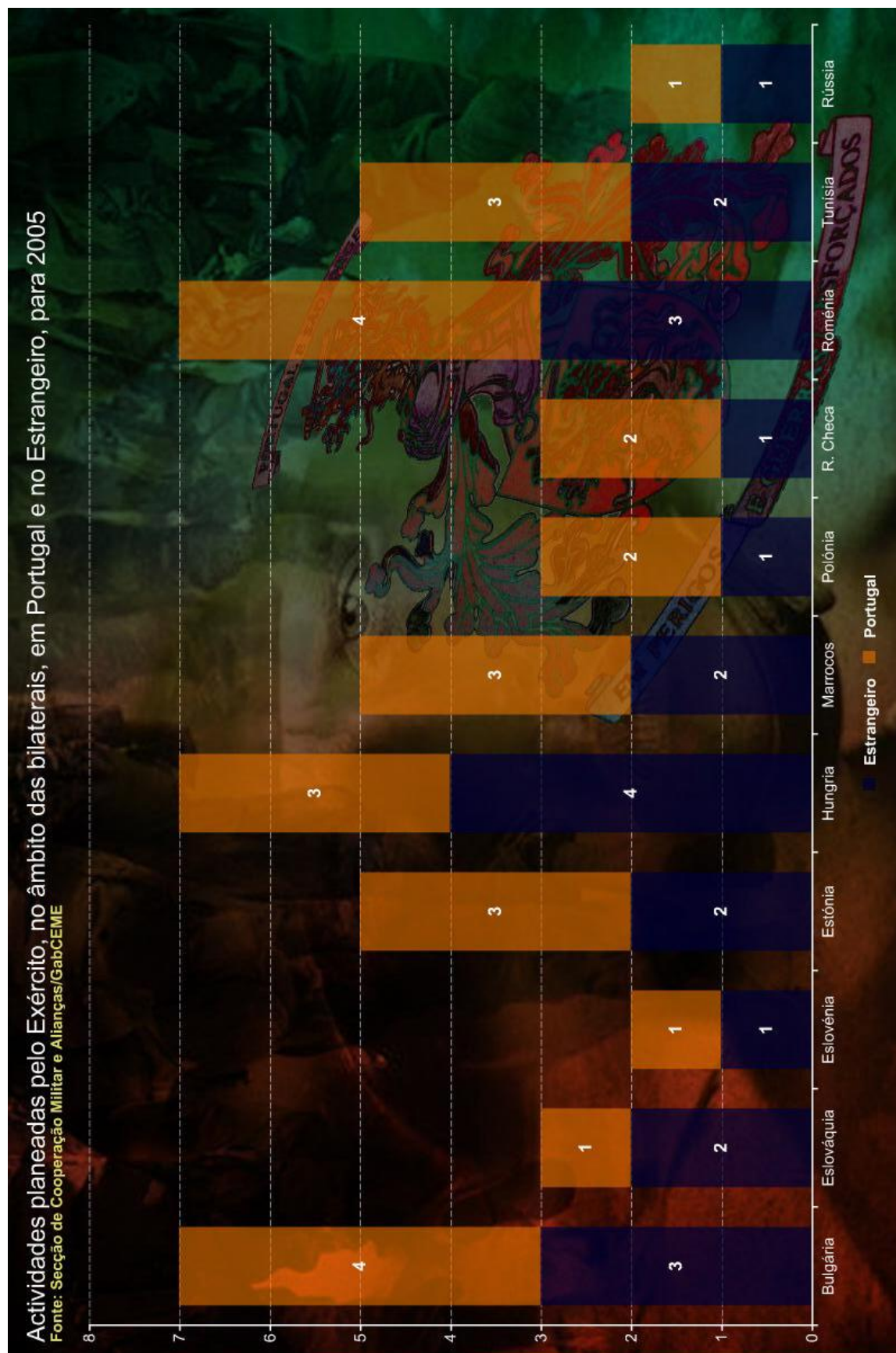


## Apêndice C (U/E/O DO EXÉRCITO ENVOLVIDAS DURANTE 2000-2004)

U/E/O	2000		2001		2002		2003		2004	
	Recebeu	Deslocou	Recebeu	Deslocou	Recebeu	Deslocou	Recebeu	Deslocou	Recebeu	Deslocou
<b>Cmd Log</b>			Roménia				Hungria		Polónia	
<b>Cmd Instr</b>			Hungria							Bulgária
<b>COFT</b>	Polónia	Bulgária			Marrocos Tunísia		Polónia		Polónia	
<b>IAEM</b>	Eslovénia R. Checa	Eslovénia	Eslovénia	Eslovénia	Bulgária Eslovénia Roménia	Eslovénia		Bulgária Roménia	Roménia Tunísia	
<b>AM</b>			Tunísia				Tunísia		Hungria Tunísia	
<b>ZMM</b>									Marrocos	Marrocos
<b>BMI</b>					Bulgária Hungria				Eslováquia Roménia	
<b>BLI</b>			Eslováquia					Eslováquia	Tunísia	
<b>BAI</b>			Bulgária Marrocos	Marrocos Polónia	Eslovénia Polónia Tunísia		Eslováquia R. Checa	Eslováquia	Bulgária	Marrocos Polónia
<b>EME</b>				Marrocos Polónia				Eslovénia Roménia		
<b>DR</b>					Bulgária				Hungria	
<b>DST</b>	Eslovénia				Hungria					
<b>DSS</b>	Roménia									
<b>DSM</b>					Hungria					
<b>ESE</b>			Tunísia				Tunísia		Bulgária Tunísia	
<b>IGeoE</b>	Eslováquia	Bulgária Polónia R. Checa	Bulgária	Hungria	Hungria R. Checa Roménia		Hungria Marrocos Polónia	Bulgária R. Checa		Tunísia
<b>EPI</b>	Polónia							Marrocos	Marrocos	Marrocos
<b>EPA</b>	Eslováquia			Eslováquia						
<b>EPC</b>			Marrocos		Bulgária Roménia		Marrocos			
<b>EPE</b>	Eslováquia		Polónia	Eslováquia		Polónia	Bulgária			Roménia
<b>EPT</b>	Eslovénia	Marrocos		Hungria		Eslováquia				
<b>CIOE</b>	Polónia		Bulgária Hungria Polónia		Bulgária Eslovénia Hungria Polónia	Bulgária	Bulgária Eslováquia Hungria R. Checa	Eslovénia	Bulgária (2) Hungria Tunísia	Bulgária
<b>CMEFD</b>					Roménia					
<b>CPAE</b>		Bulgária								
<b>DGME</b>					Hungria					
<b>MuseuMilLis</b>										Tunísia
<b>RA 4</b>							Eslováquia			
<b>RA 5</b>						Polónia	Polónia			
<b>RAA 1</b>							Roménia			
<b>RC 3</b>					Roménia					
<b>RC 4</b>					Roménia					
<b>RI 1 (Cmds)</b>									Bulgária Polónia R. Checa	Roménia
<b>RTm</b>					Hungria		Bulgária Roménia			

Fonte: Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME

## Apêndice D (PLANEAMENTO DE ACTIVIDADES, POR PAÍSES, PARA 2005)



## Apêndice E (RESENHA HISTÓRICA DA CTM)

De acordo com o Tenente-General Ribeiro, a evolução da política de CTM pode ser dividida em três fases (2000, p. 54): Pacificação das relações PALOP/Portugal, Consolidação e Sustentação.

A fase preparatória iniciou-se em 1978, quando surgiram os primeiros pedidos, por parte dos PALOP, de cooperação militar. Estes pedidos levaram à realização de alguns encontros entre missões militares portuguesas com os seus homólogos destes novos países africanos, dando início a uma cooperação ainda incipiente. Uma indefinição de objectivos e projectos a desenvolver, a inexistência de orçamento específico e de um enquadramento institucional, impediu a consolidação deste tipo de relacionamento.

Só a partir de 1985, e com o aumento significativo das solicitações por parte daqueles países, foi possível relançar a CTM com a assinatura de diversos acordos de cooperação militar. Foram assim assinados os Acordos de Cooperação Técnica no Domínio Militar entre Portugal e Cabo Verde em Junho de 1988, com S. Tomé e Príncipe e Moçambique em Dezembro de 1988 e com a Guiné-Bissau em Janeiro de 1989<sup>1</sup>.

A reestruturação das Forças Armadas portuguesas, a decorrer, já previa a institucionalização da CTM. A 11 de Fevereiro de 1988, pelo Decreto-Lei n.º 46/88, era aprovada a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 32/89, de 27 de Outubro. Em 13 de Julho de 1989, é criada a DGPDN concentrando atribuições dispersas por MNE, EMGFA e Gabinete do MDN. Em 27Out89, na DGPDN, é criado o DCTM para estudo, planeamento, acompanhamento e avaliação da cooperação militar com os PALOP.

A partir desta altura foi criado um conjunto legislativo de suporte de forma a enquadrar todas as acções levadas a cabo no âmbito da CTM. Em 26 de Março de 1990, por despacho do Ministro da Defesa Nacional, entrou em vigor o Estatuto dos Militares dos PALOP durante a frequência de Cursos ou Estágios nas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos das Forças Armadas Portuguesas, documento estruturante que enquadra uma das componentes da CTM – A formação em Portugal. Foi durante este ano que se reformulou a política de CTM com os PALOP, adoptando uma metodologia assente em projectos para a execução de tal política.

Com a implementação, já em 1991, do novo modelo dá-se início a uma nova fase da CTM. No final de 1992 é feito o primeiro balanço da implementação do novo modelo e da metodologia de execução da CTM, constatando-se a capacidade de intervenção em Cabo Verde, Guiné-Bissau

<sup>1</sup> O Acordo com Timor-Leste foi assinado no próprio dia da independência, no entanto só este ano entrou em vigor o PQ com os projectos que emoldurarão a CTM com Timor-Leste. Já a CTM com a República de Angola continua enquadrada apenas pelo Acordo Geral de Cooperação assinado em 1978.

e S. Tomé e Príncipe, materializada na consolidação de alguns projectos com manifesta visibilidade, em contraste com a, na altura, ainda frágil intervenção em Moçambique e em Angola devido à conjuntura da situação político-militar de ambos os países. É também neste ano que se começam os estudos por forma a inserir a contribuição da CTM portuguesa com os PALOP no volume da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) prestada por Portugal na qualidade de membro do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

A reorganização da instituição militar prevista no programa do XII Governo Constitucional e na Lei de Bases da Organização das Forças Armadas determinou novas competências ao MDN (Decreto-Lei n.º 47/93 de 26 de Fevereiro) redefinindo a missão para a DGPDN e reestruturando o Exército (Decreto-Lei n.º 50/93 de 26 de Fevereiro) criando os Órgãos Centrais de Administração e Direcção e, através do Decreto Regulamentar n.º 42/94 de 02 de Setembro, e do Decreto Regulamentar n.º 43/94, de 02Set, são atribuídas tarefas no âmbito da CTM ao GabCEME e ao Estado-Maior Coordenador. Estas alterações determinaram, no Exército, novos níveis de intervenção e de responsabilidade na preparação e acompanhamento da CTM.

A partir de 1995, com o novo modelo organizativo dos Ramos e com as novas tarefas dele decorrentes, consolidou-se a política de CTM começando a fase de sustentação da mesma, sendo reconhecida a dinâmica que, desde finais dos anos 90, princípios de 1991, sobretudo devido ao notável empenhamento dos 3 Ramos das FA, designadamente ao elevado sentido de missão dos militares envolvidos, e a uma metodologia definida para a execução da política da CTM, se imprimiu à materialização desta política com os PALOP.

No quadro da Prevenção de Conflitos e das Operações de Manutenção de Paz em África, deu-se início, já em 1995, à participação de Portugal, por via da CTM estabelecida bilateralmente com cada um dos PALOP, no reforço das capacidades desses países com vista à sua participação em acções de prevenção e resolução de conflitos no continente africano. A execução dos projectos que enformavam os PQ de CTM com cada um dos PALOP, designadamente ao nível da organização de unidades de ensino e de treino militar, propiciou a aquisição de um conjunto de capacidades, das quais podemos enumerar as seguintes:

- Adopção de procedimentos normalizados;
- Formação militar e treino especializado (formação de forças especiais, fuzileiros navais, comandos, polícia militar);
- Treino de forças ao nível de exercícios militares combinados.

Visava-se, assim, direccionar estas capacidades para apoiar a iniciativa da Organização da Unidade Africana (OUA) tomada em 1993, por ocasião da Cimeira do Cairo, da institucionalização do “Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos”.



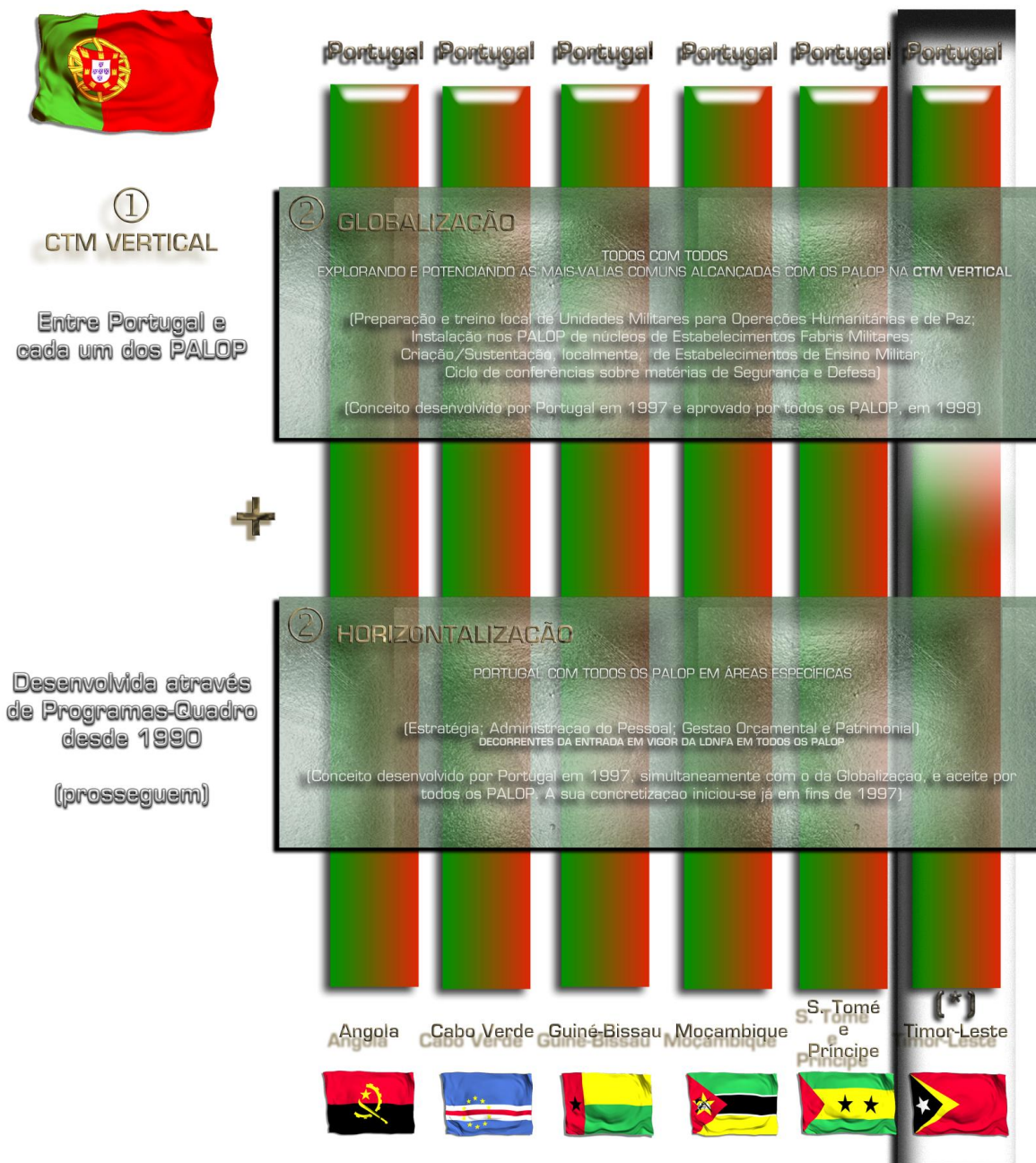
A partir de 1997, procurou-se adaptar o modelo em vigor, que se desenvolvia numa perspectiva bilateral vertical, entre Portugal e cada um dos PALOP (mais tarde com Timor-Leste), para uma horizontalidade dos programas de forma a correrem transversalmente cada um dos países. Surgiu, deste modo o conceito de horizontalização, conjuntamente com o conceito de globalização, que se pressuponha num quadro de multilateralização do relacionamento de Portugal com os PALOP (ver figura).

A Cooperação Horizontal visa, então, “seccionar os Programas-Quadro com cada um dos PALOP (estruturados verticalmente) por actividades desenvolvidas horizontalmente, cobrindo cada uma o conjunto dos PALOP.” (Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, 1999c, p. 146). O conceito de globalização pressupõe uma nova política de execução da CTM com os PALOP, que deverá assentar principalmente na eficácia, na eficiência, na economia e que seja adaptada à realidade de cada um dos países envolvidos, colocando ao serviço de todos as capacidade de cada um, ou como diz Fernando Jorge Cardoso “ (...) contribuir para uma economia de escala na área técnico-militar e garantir a inter-operacionalidade entre as Forças Armadas dos seis países (...)” (1999, p. 134). Foram assim definidas como áreas prioritárias, que constituirão os pilares da arquitectura de uma cooperação militar a desenvolver, mas agora num quadro multilateral:

- “Preparação e treino local de unidades militares para participação em Operações Humanitárias e de Apoio à Paz;
- Fomento e instalação, local, de núcleos de Estabelecimentos Fabris Militares;
- Fomento e reforço da criação local de Estabelecimentos de Ensino Militar;
- Organização de ciclos de Conferências e Seminários sobre matérias de Segurança e Defesa.” (Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, 1999c, p. 144).

Em Setembro de 1997, realizou-se em Maputo, com a participação de representantes de Portugal, de todos os PALOP e do Brasil (este país apenas com o estatuto de observador) uma reunião preparatória na qual foram apresentados e discutidos os aspectos fundamentais de uma nova política de cooperação baseada no conceito de globalização, caracterizada por uma maior criatividade e participação dos países envolvidos, destinando-se a facilitar o estudo e a implementação de novas formas de cooperação, sem, contudo, colidir com os objectivos definidos ou limitar as actividades que do antecedente têm vindo a ser desenvolvidas. Depressa foram notadas as potencialidades desta nova metodologia, sugerindo-se que esta globalização evolua para o âmbito mais vasto da CPLP, somando-lhe um novo vector, o da Defesa e Segurança.

# COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM OS PALOP E TIMOR-LESTE



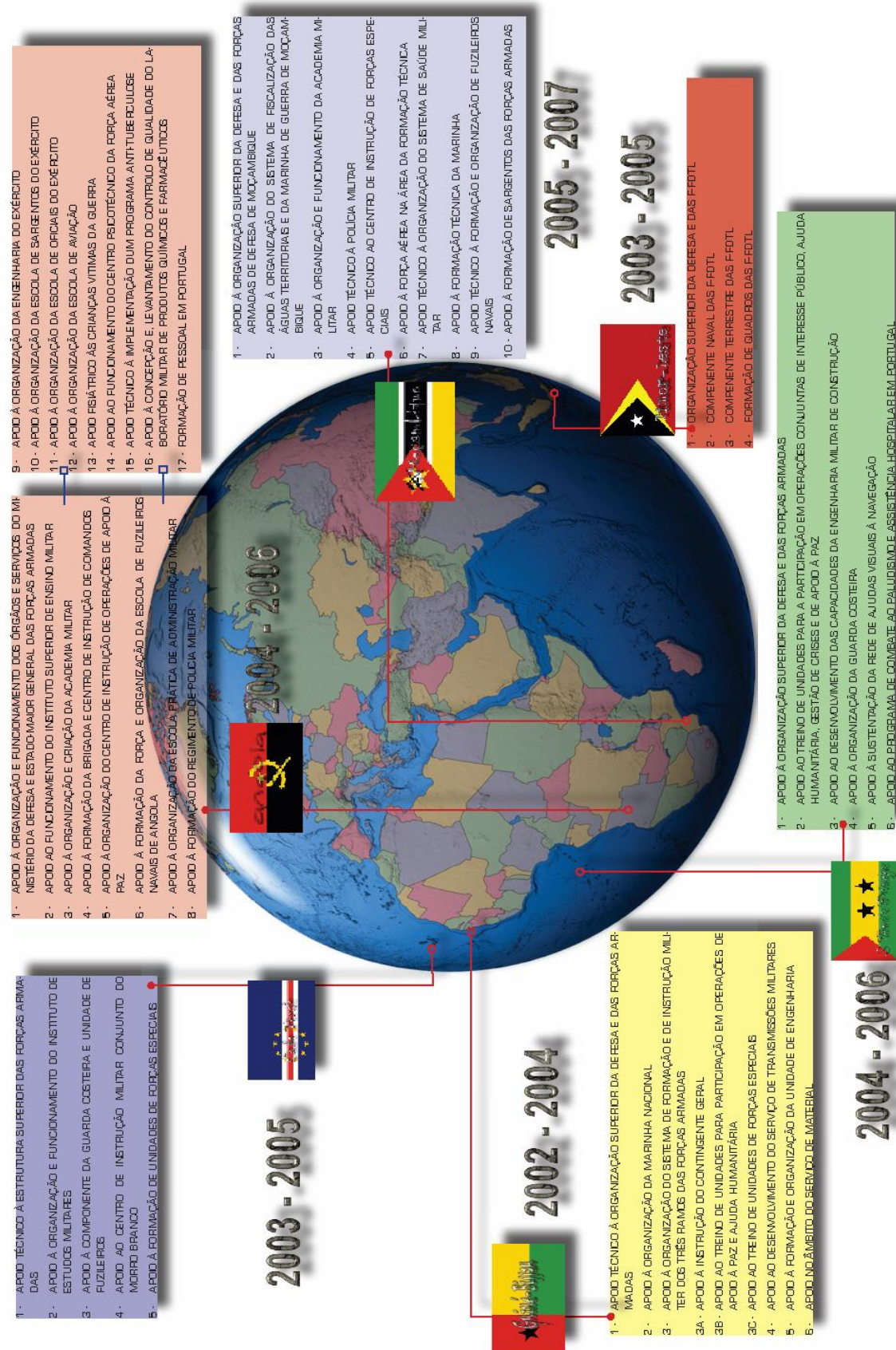
(\*) Oficialmente, só após a assinatura do Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa, Timor entrou no processo.

Fonte: Adaptado de DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL/MDN (1999c). Portugal e a Defesa Nacional – 1999. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Figura i – Política de Execução da CTM



## Apêndice F (LISTA DE PQ EM VIGOR EM 2005)

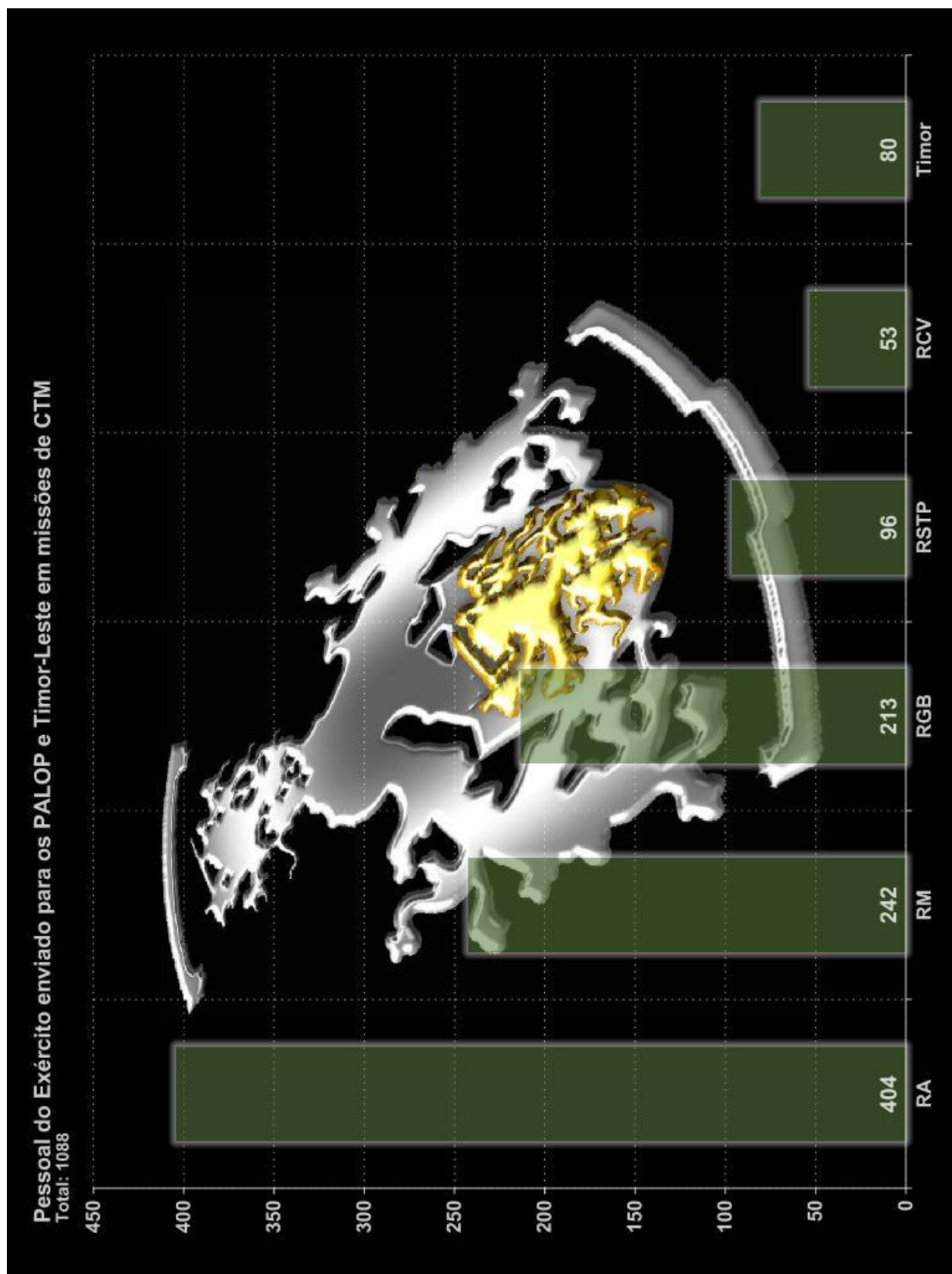


Referido a 20 de Julho de 2005

Fonte: Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

## Apêndice G (SAÍDAS DE MILITARES DO EXÉRCITO PARA ACÇÕES DE CTM)

Desde 1991 até 31Dez04



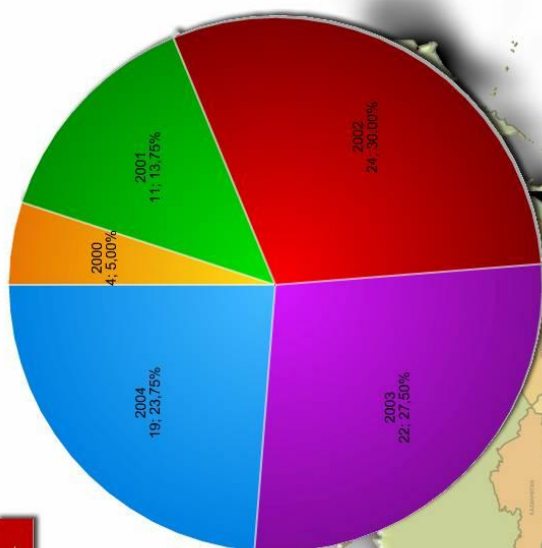


## Apêndice H (SAÍDAS POR PAÍS E POR ANO)

Até 31Dez04

Fonte: Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME

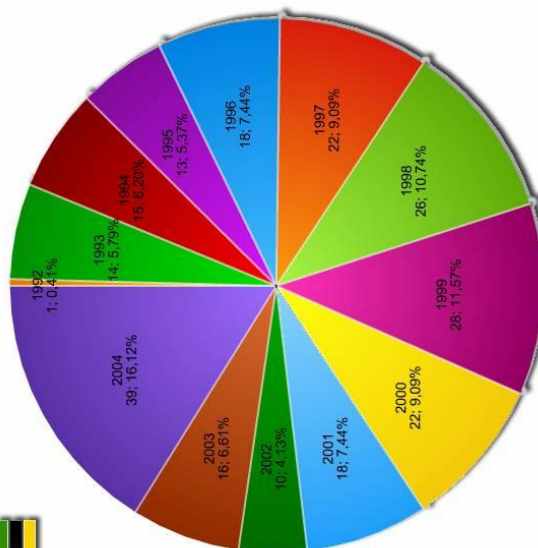
Pessoal enviado para Timor-Leste em missões de CTM



Pessoal enviado para Angola em missões de CTM



Pessoal enviado para Moçambique em missões de CTM

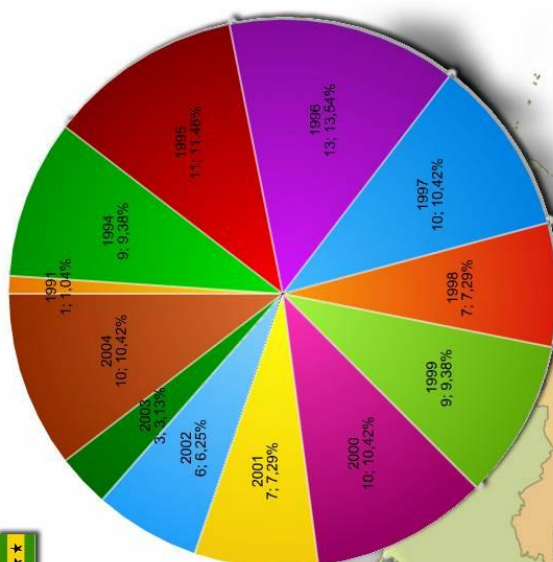


Fonte: Secção de Cooperação Militar e Alianças/GabCEME

Pessoal enviado para S. Tomé em missões de CTM



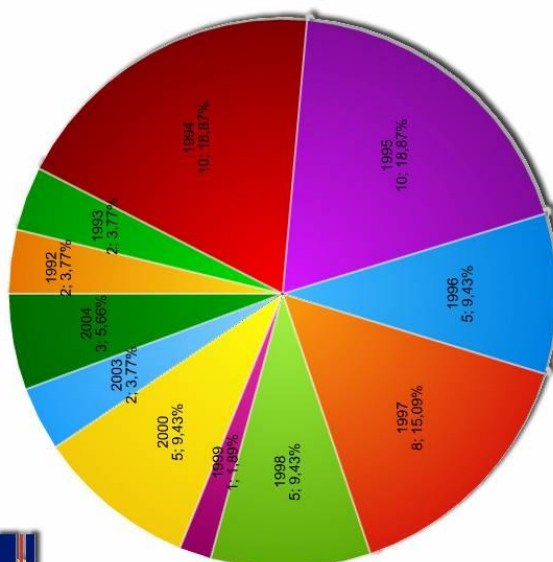
Total: 96



Pessoal enviado para Cabo Verde em missões de CTM



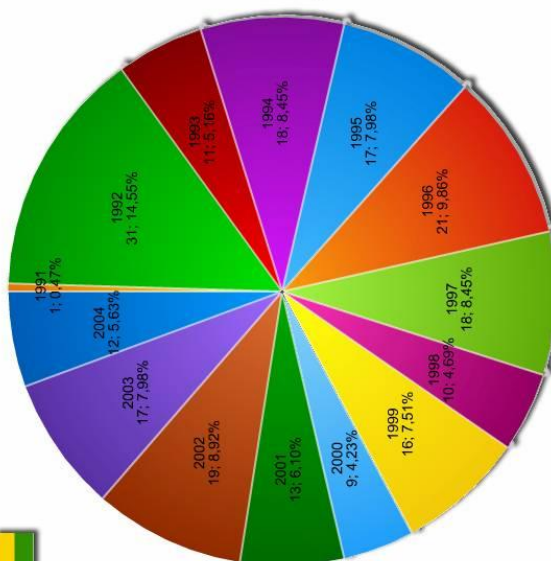
Total: 53



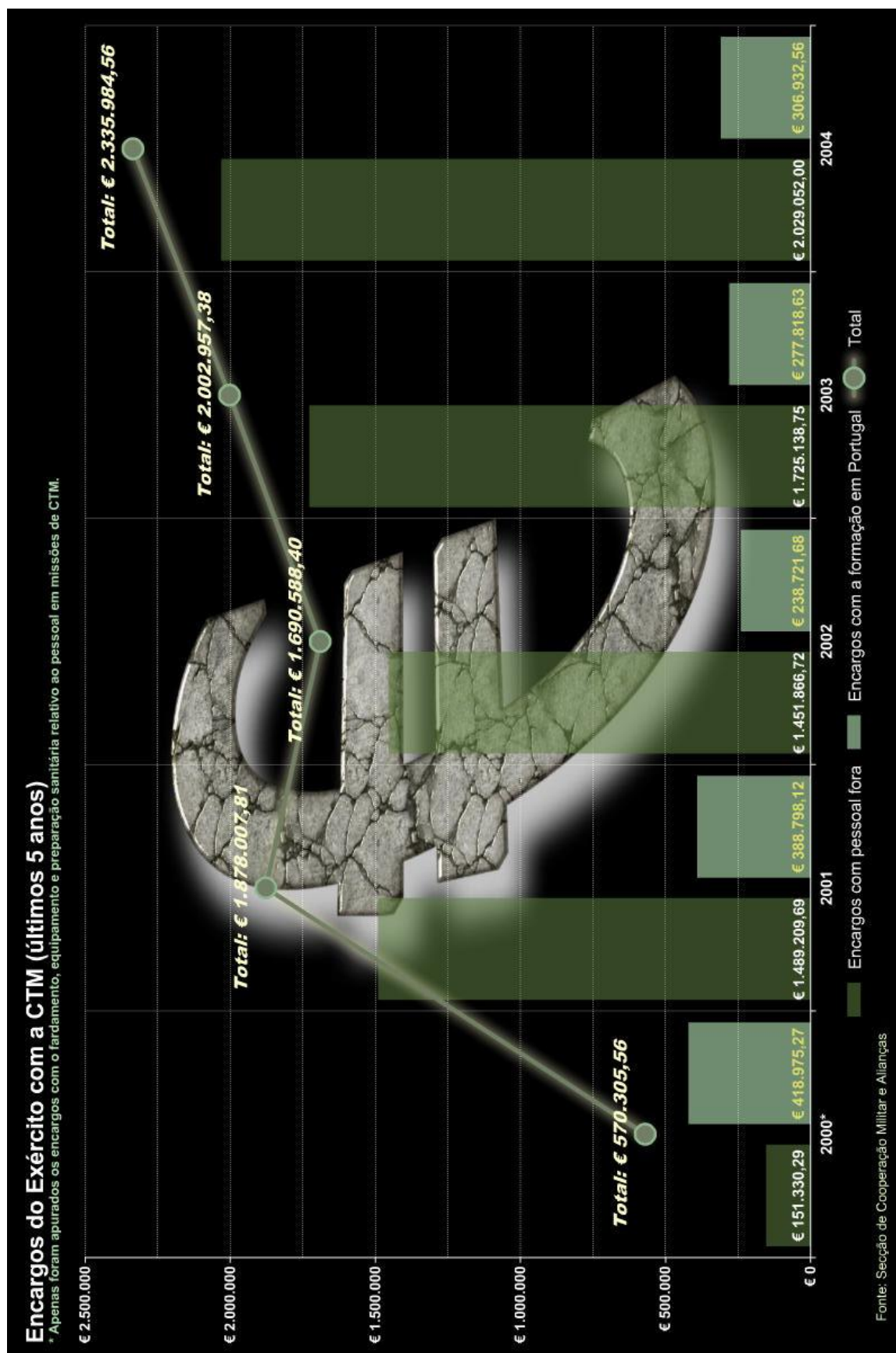
Pessoal enviado para a Guiné-Bissau em missões de CTM



Total: 215



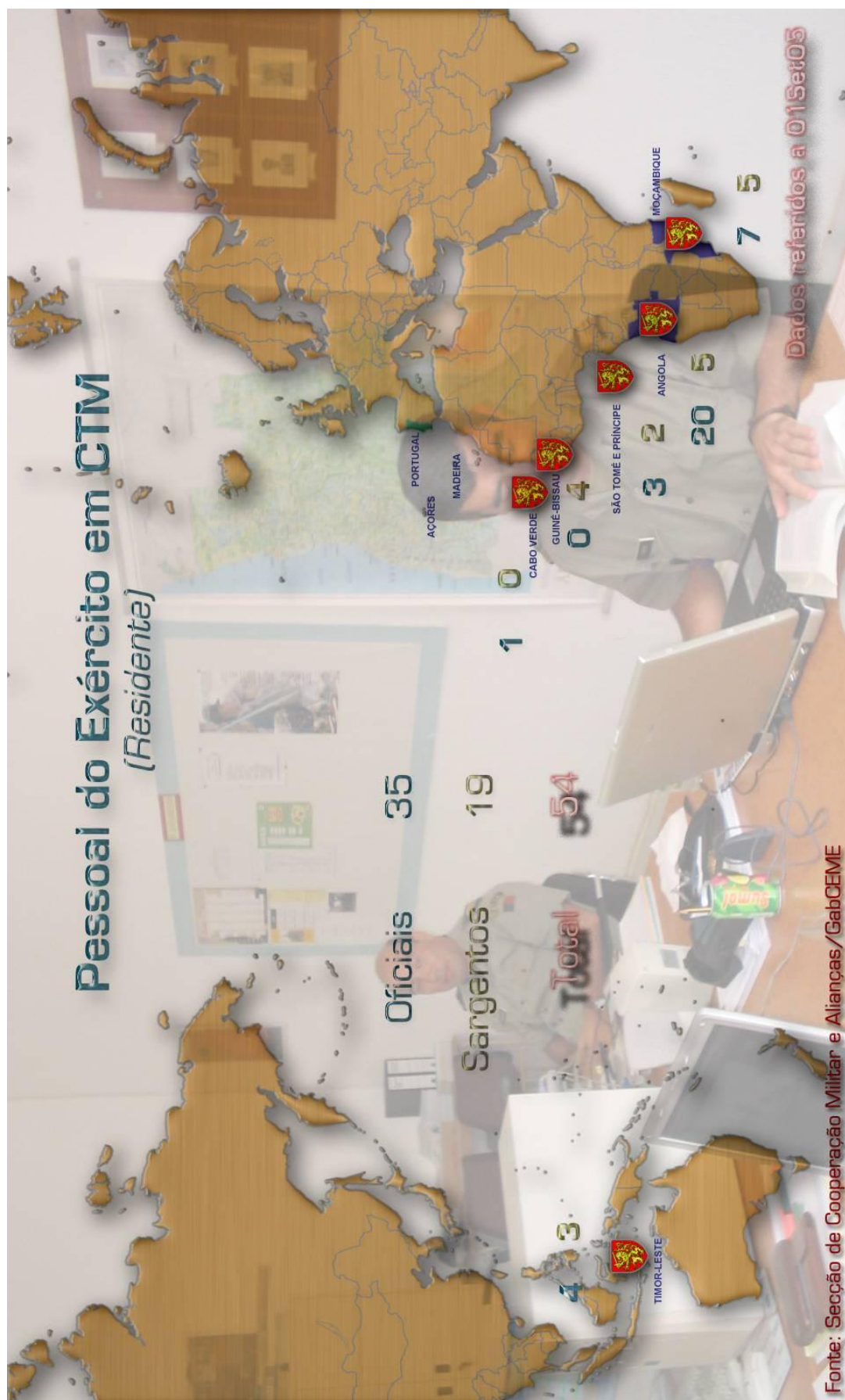
## Apêndice I (ENCARGOS ASSUMIDOS PELO EXÉRCITO COM A CTM)





## Apêndice J (PESSOAL EM MISSÃO DE CTM NOS PALOP (+))

Referido a 01Set05



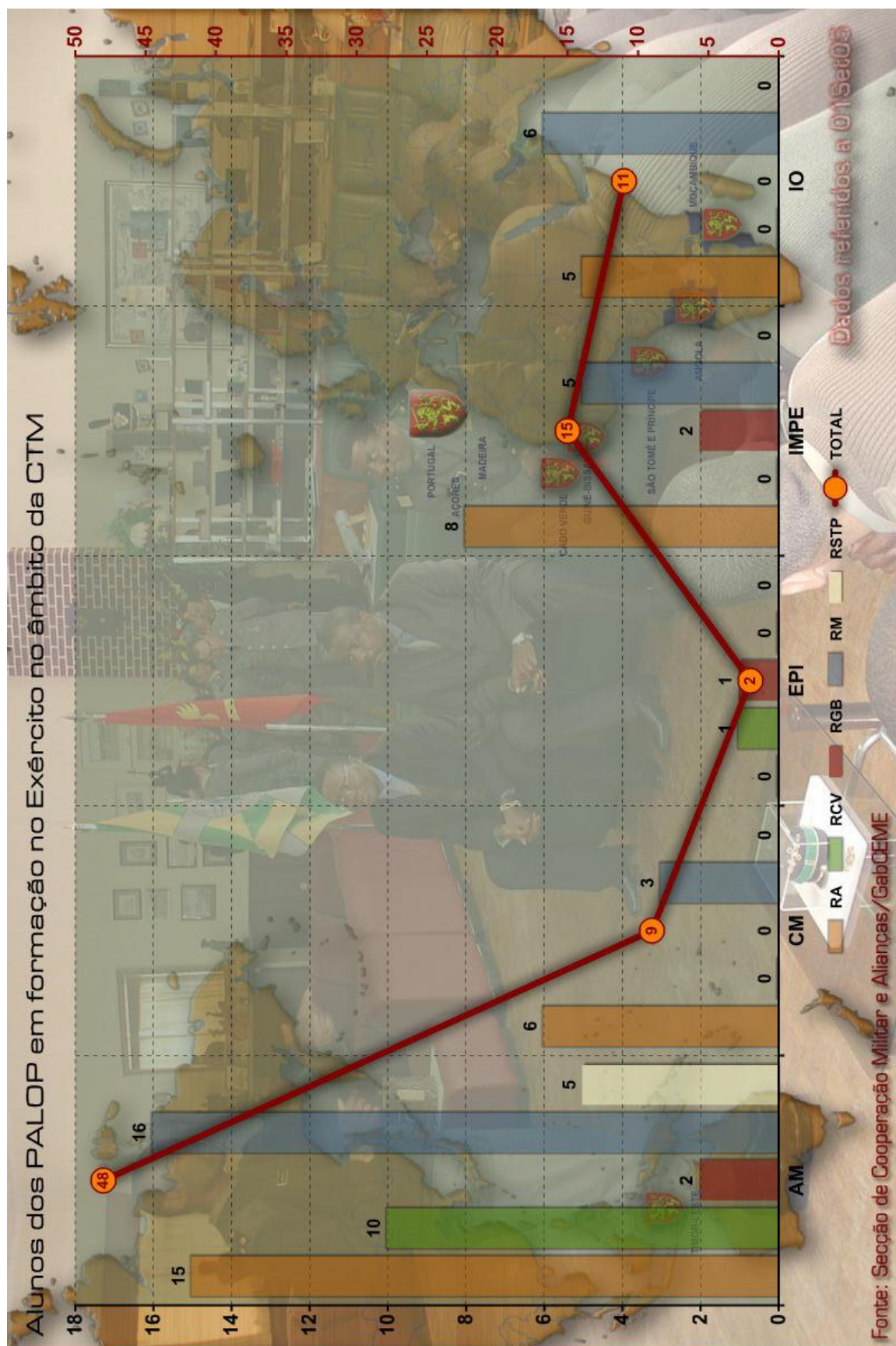
## Apêndice K (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – VAGAS PARA O ANO 2005-2006)





## Apêndice L (FORMAÇÃO EM PORTUGAL – EXÉRCITO)

Referido a 01Set05



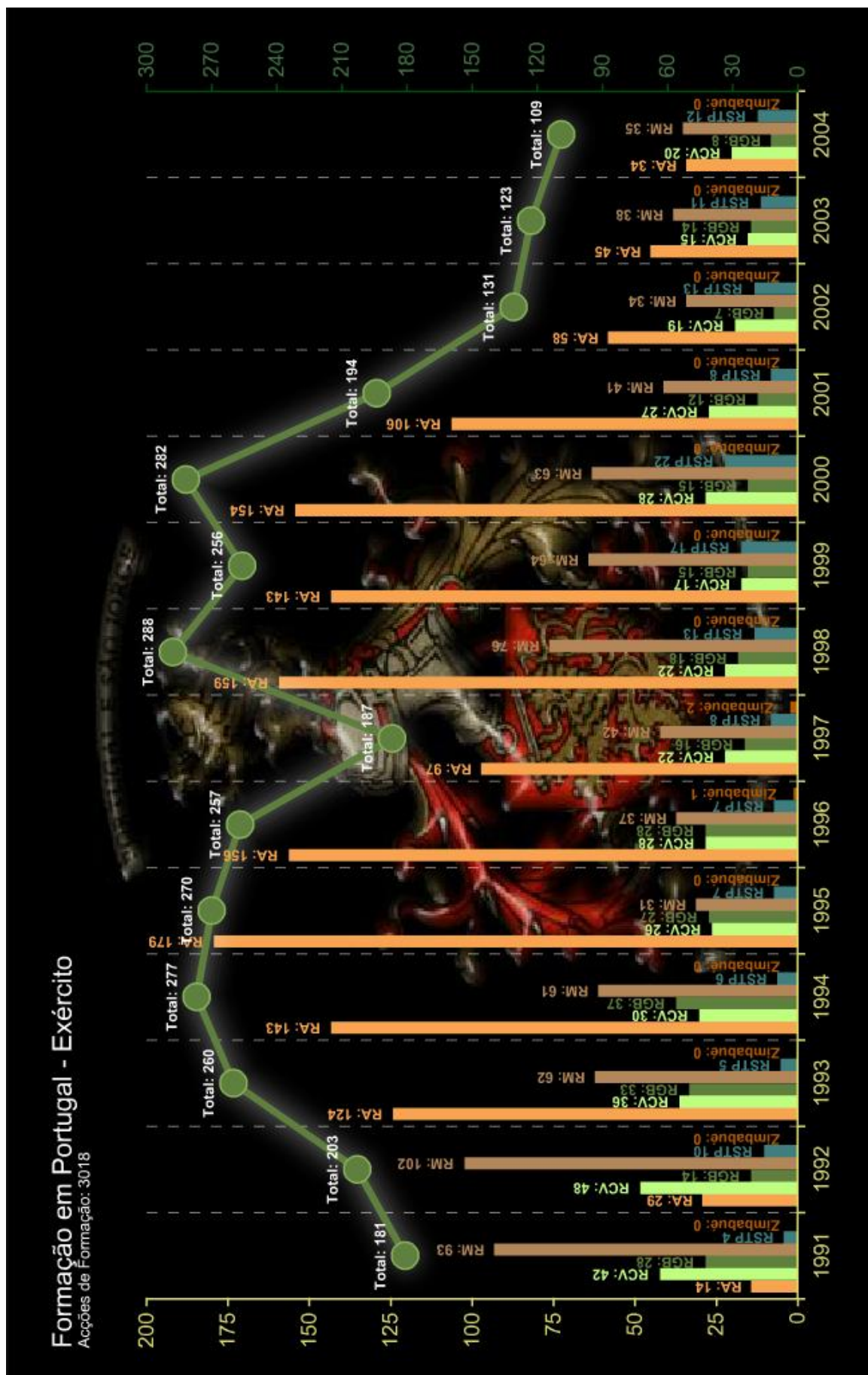
## Apêndice M (FORMAÇÃO EM PORTUGAL POR UNIDADES)

Até 31Dez04

Unidade	RA	RCV	RGB	RM	RSTP	Zimbabué	Total
AM	155	69	20	102	18		364
BA	6	5	2	9	1		23
BA/CPAE				2			2
BISM	24	3	3	7	1		38
CIAAC			10		3		13
CIE				2			2
CIOE	86	1		17	2		106
CM	32		9	11	5		57
CMEFD	7	5	13	3	2		30
CPAE	13	8	8	20	1		50
CPMAI		1	4				5
DGMT	1		1				2
DSJD	2	5					7
EME				10	1		11
EMEL	3	2	10	2	4		21
EPA	11	6	7	1	3		28
EPAM	21	17	32	42	6		118
EPC	54	2	4	45	1		106
EPE	15	4	8	1	3		31
EPI	36	35	30	23	11		135
EPSM	6	4	9	3	3		25
EPST	4	2					6
EPT	20	6	6	3	5		40
ESE	17	7	2	10	2		38
ESSM	2		6		3		11
ETAT	39			3			42
HMB				4			4
HMP	1			1			2
IAEM	36	6	13	20	9	2	86
IAEM/HMB				2			2
IGE		2					2
IGeogEx	2	2	2				6
IMPE	17		7	9	3		36
IO	28		4	9	3		44
LMPQF	11				4		15
RAA1	23	1	1		3		28
RCMDS	25	1	11	26			63
RE1	5						5
<b>Total</b>	<b>702</b>	<b>194</b>	<b>222</b>	<b>387</b>	<b>97</b>	<b>2</b>	<b>1604</b>

Fonte: Secção de Cooperação Militar e Alianças / GabCEME

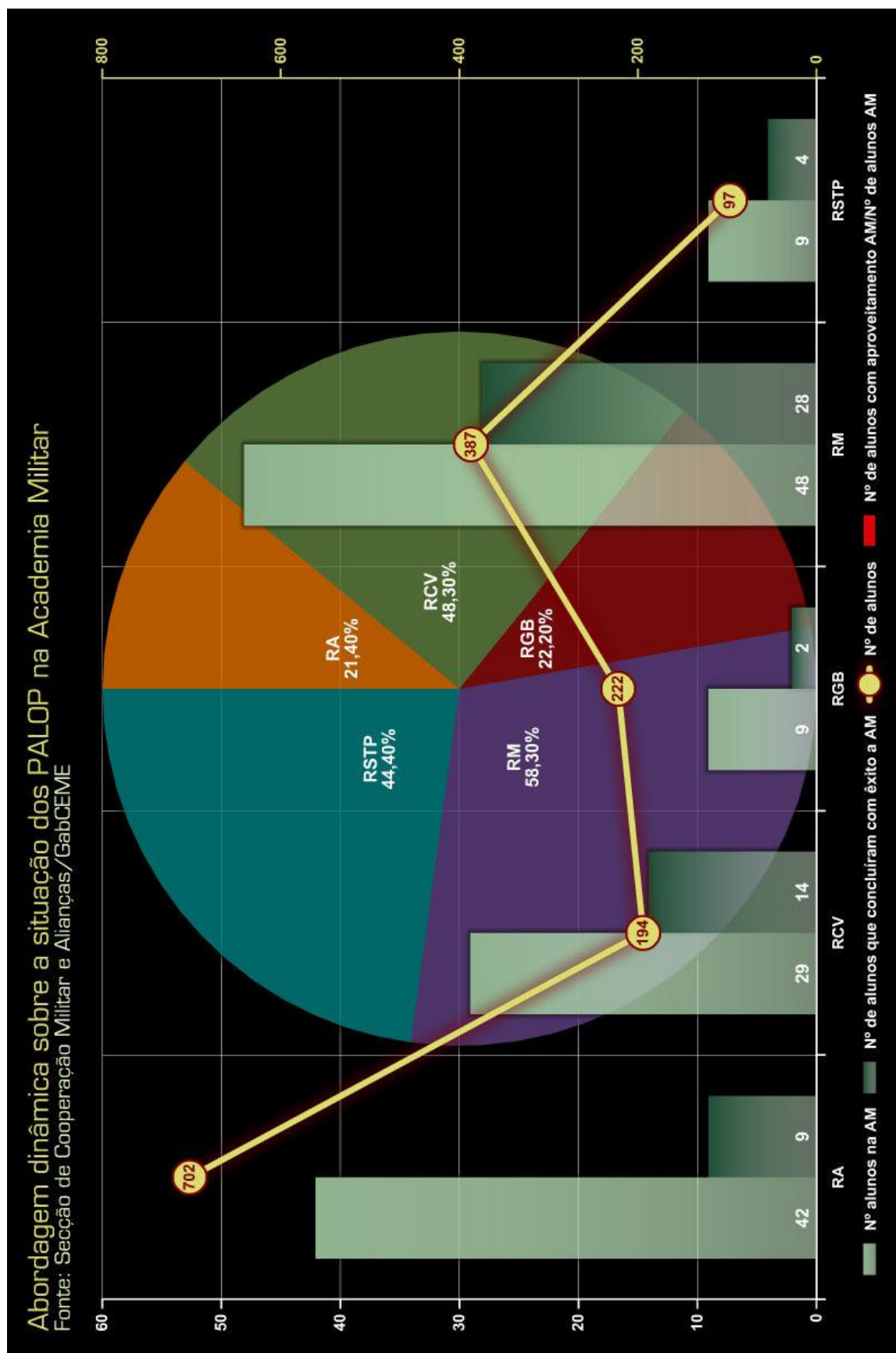
## Apêndice N (ACÇÕES DE FORMAÇÃO MINISTRADAS PELO EXÉRCITO)



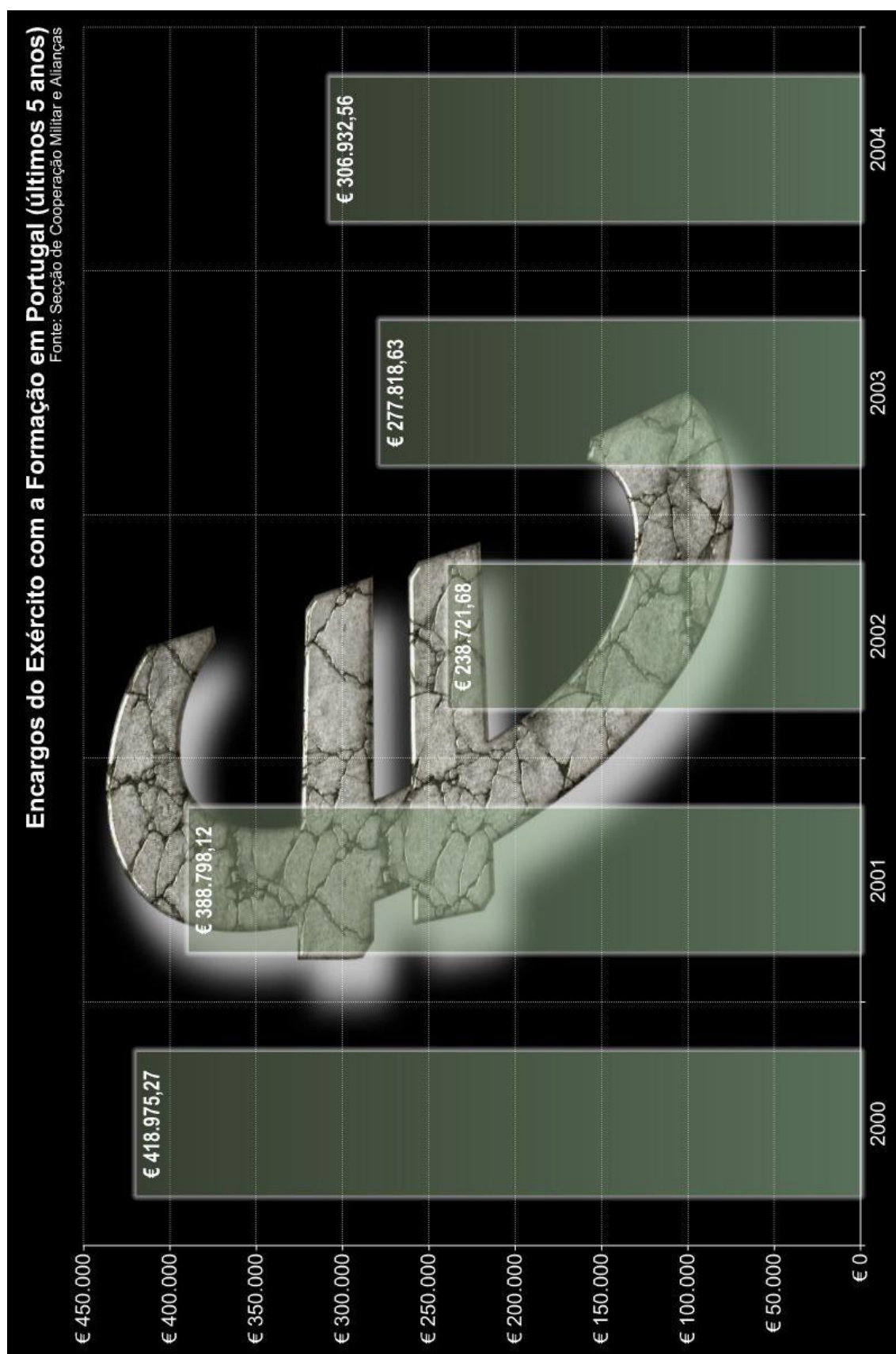


## Apêndice O (ABORDAGEM DINÂMICA SOBRE A SITUAÇÃO NA AM)

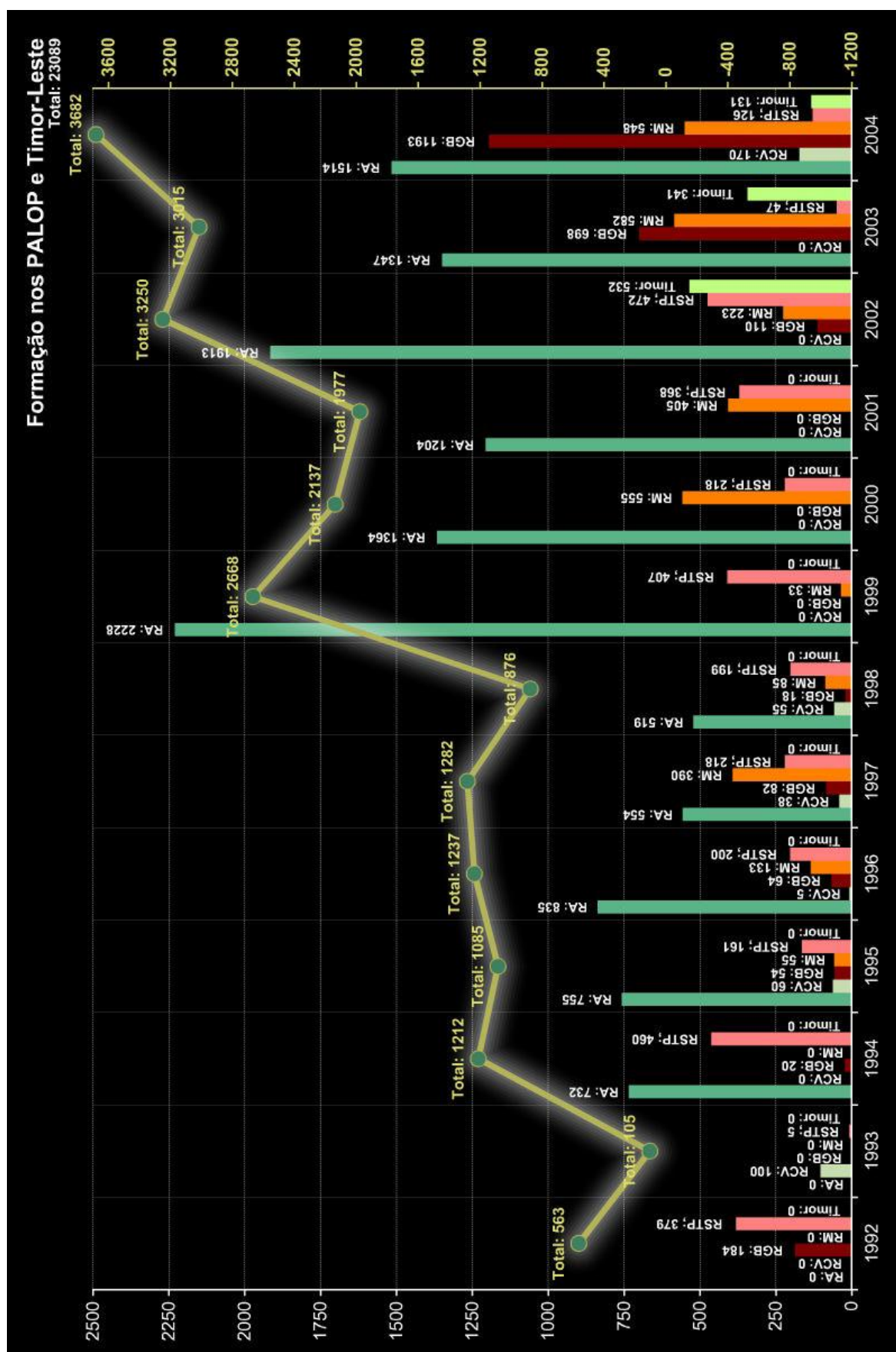
Até 31Dez04)



## Apêndice P (ENCARGOS COM A FORMAÇÃO EM PORTUGAL – ÚLTIMOS 5 ANOS)



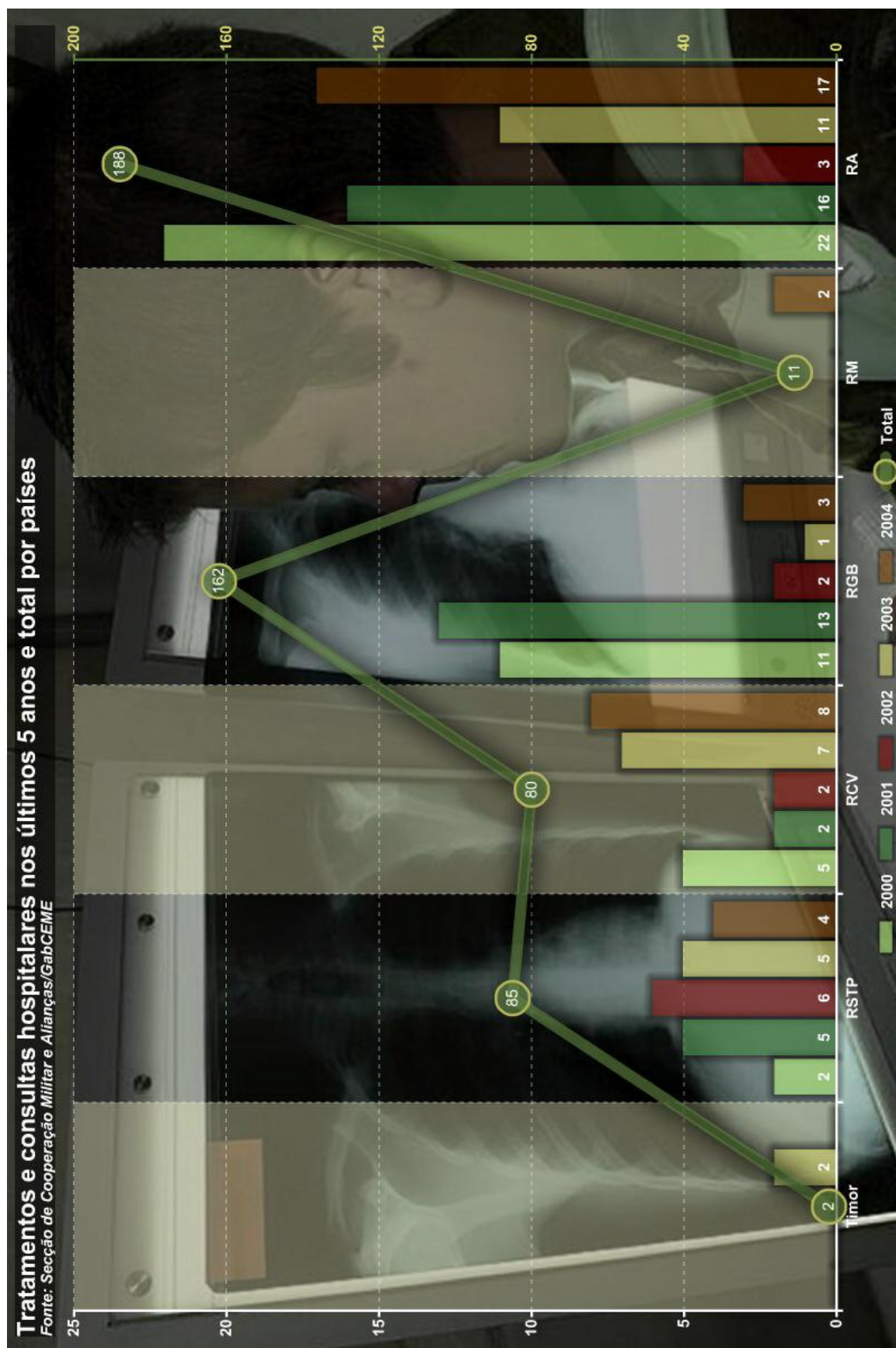
## Apêndice Q (FORMAÇÃO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE)





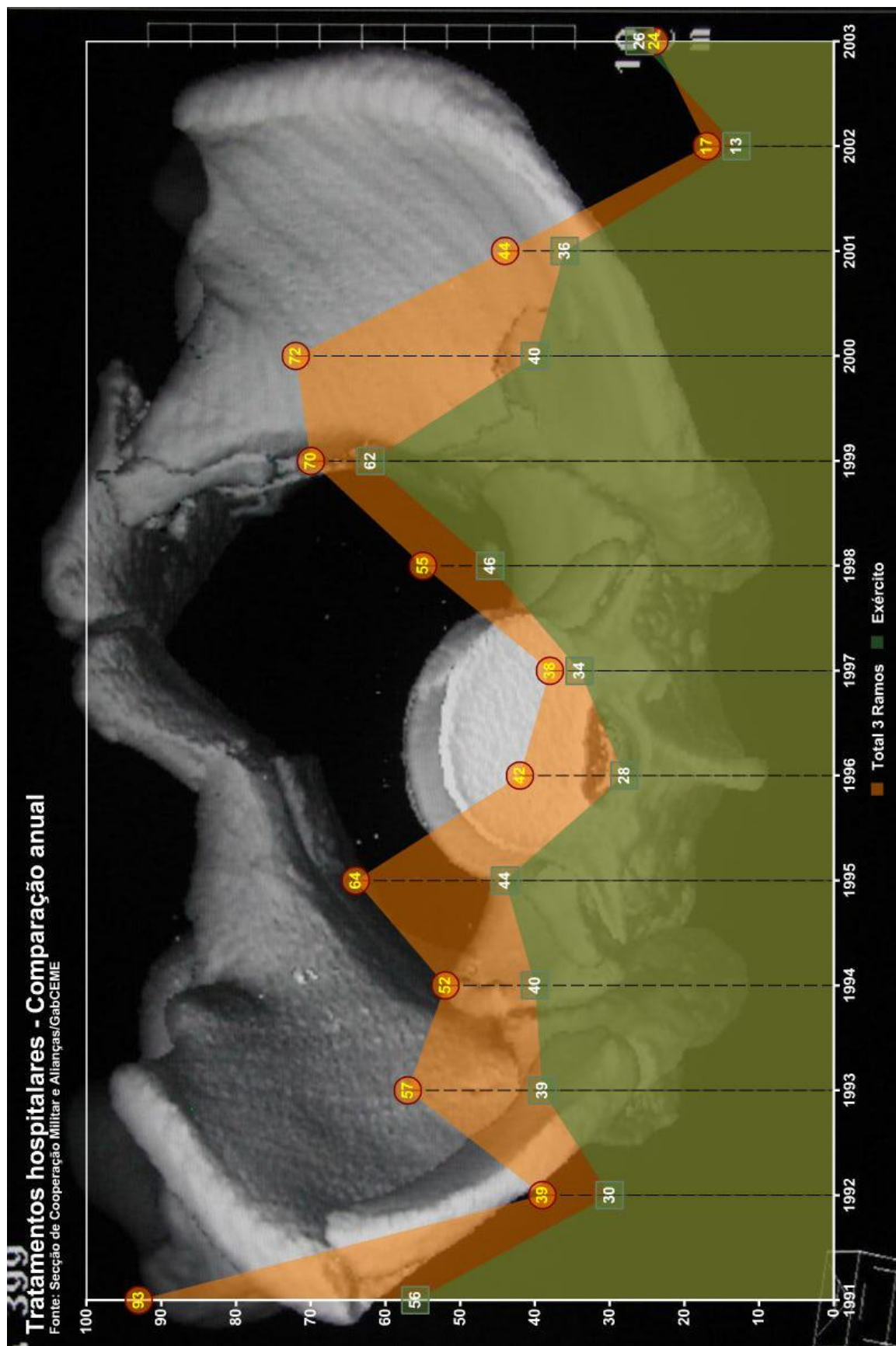
## Apêndice R (INTERVENÇÕES REALIZADAS EM HOSPITAIS DO EXÉRCITO)

Total por países e nos últimos 5 anos





Comparação anual dos tratamentos efectuados em hospitais do Exército e no conjunto dos 3 Ramos



## Apêndice S (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA ONU)





## Apêndice T (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA OSCE)



## Apêndice U (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA OTAN)





## Apêndice V (O EXÉRCITO EM MISSÕES NO QUADRO DA UE)



**Anexo A (ACORDOS BILATERAIS DE DEFESA)**

Fonte: Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (referido a Agosto de 2005)

PAÍS	DESIGNAÇÃO DO TRATADO / ACORDO	ASSINATURA
ALEMANHA	Acordo sobre colaboração no domínio dos armamentos	18-11-1982
	Acordo sobre sobrevoo e aterragem de aeronaves militares	11-07-1961
	Acordo com o BWB para aquisições	30-04-1980
	Acordo por troca de notas entre o governo da República Portuguesa e o governo da República da Alemanha sobre o estatuto das Forças Armadas Portuguesas no decurso de estadas temporárias na República Federal da Alemanha	29-04-1998
ARGÉLIA	Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia	08-01-2005
	Acordo de cooperação no domínio da defesa entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia	31-05-2005
ARGENTINA	Declaração conjunta do Chefe do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa e o Chefe do Estado Maior General da Força Aérea Argentina relativo à cooperação entre a Força Aérea da Argentina e a Força Aérea de Portugal	14-05-2003
BÉLGICA	Declaração Conjunta dos Ministros da Defesa de Portugal e da Bélgica relativa à cooperação entre as Forças Aéreas de ambos os países	02-12-1997
	Memorando de Entendimento Entre a Força Aérea Portuguesa e a Força Aérea Belga	07-07-1999
BRASIL	Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (Art.65º) — Forças Armadas	22-04-2000
	MOU - Intercâmbio de militares entre a Força Aérea Portuguesa e a Força Aérea Brasileira	04-07-1994
	Protocolo de Acordo de intercâmbio entre o Exército Português e o Exército Brasileiro	19-06-1995
	Protocolo de Cooperação entre a Escola Superior de Guerra e o IDN	22-11-2000
BULGÁRIA	Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Ministério da Defesa da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República da Bulgária	20-07-1995
	Protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República da Bulgária sobre cooperação na área da geografia militar	19-06-2004
CANADÁ	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional do Canadá e o Ministério da Defesa Nacional de Portugal respeitante à Cooperação no domínio dos bens e tecnologias militares	20-04-2004
CHILE	Memorando de Entendimento relativo à Cooperação no Domínio da Defesa	27-11-2000
ESLOVÁQUIA	Acordo entre a República Portuguesa e a República Eslovaca em matéria de cooperação no domínio da Defesa	12-05-1999
ESLOVÉNIA	Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia	16-09-1998



PAÍS	DESIGNAÇÃO DO TRATADO / ACORDO	ASSINATURA
ESPANHA	Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha (artº. 8º)	11-11-1977
	Acordo sobre facilidades de sobrevoo e aterragem de aviões	14-03-1985
	Acordo sobre intercâmbio de Tripulações das Forças Armadas	14-03-1985
	Acordo entre Forças Armadas sobre Missões de "Cross Country"	14-03-1985
	Acordo sobre facilidades de sobrevoo e aterragem de aviões militares entre as Forças Armadas de Portugal e Espanha	14-03-1985
	Acordo entre Forças Aéreas sobre cooperação Técnico-logística	14-03-1985
	Acordo de cooperação técnica em matéria de cartografia militar	08-04-1993
	Acordo Técnico sobre Cooperação e Apoio Mútuo entre os Serviços de Busca e Salvamento	15-12-1993
	Acordo Técnico de Cooperação e Apoio Mútuo entre os Sistemas de Defesa Aérea	10-05-1997
	Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha	26-10-1998
	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha relativo à cooperação no domínio industrial e do material e equipamentos de defesa	22-12-1999
	Acordo entre o Ministério da Defesa do Reino de Espanha e o Ministério da Defesa da República de Portugal sobre o apoio à formação de pilotos de helicópteros do Exército	07-03-2002
	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha relativo ao pessoal do Exército Espanhol que presta serviço no Grupo de Aviação Ligeira (GALE) do Exército Português	03-10-2002
	Acordo Técnico relativo a facilidades mútuas para o sobrevoo e aterragem das aeronaves militares da República Portuguesa e do Reino de Espanha	21-11-2004
ESTÓNIA	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República da Estónia relativo à cooperação no domínio da Defesa	19-05-2003
E.U.A.	Protocolo de Acordo entre o IH e o United States Oceanographic Office	27-02-1967
	MOU... concerning the principles governing mutual cooperation, the research, development, production, procurement and logistic support of defense equipment	28-03-1979
	Acordo sobre Segurança de Informações Militares	10-09-1982
	Master Data Exchange Agreement	27-02-1987
	Memorando de Entendimento entre o IH e o National Oceanic and Atmospheric, National Ocean Service	18-09-1991
	MOU...concerning the exchange of scientists and engineers	17-03-1993
	Supplemental agreement... governing the protection of classified military information or material	08-08-1994
	Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América	01-06-1995
	Acquisition and Cross-Servicing Agreement (ACSA)	14-01-1998
	Implementing Arrangement (IA)	14-01-1998
	Data Exchange Project on Meteorology and Oceanography. (Annex to the Master Data Exchange Agreement)	30-08-2002



PAÍS	DESIGNAÇÃO DO TRATADO / ACORDO	ASSINATURA
FRANÇA	Acordo Técnico para o fornecimento de material militar francês a Portugal	18-09-1991
	Acordo-Quadro de Cooperação entre o Instituto Hidrográfico e o "Service Hydrographique et Oceanographique de la Marine"	15-05-1996
	Protocolo de Cooperação entre o Ministro da Defesa Nacional e o Ministro da Defesa da República Francesa relativo à Cooperação no domínio do material e equipamentos de defesa	24-04-1998
	Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo à Cooperação no domínio da Defesa	30-07-1999
	Acordo específico relativo à Cooperação em Simulação de Defesa no domínio da Investigação e Desenvolvimento (I&D)	20-10-1999
	Acordo Técnico relativo à troca de informação sobre a situação aérea entre o STRIDA e o POACCS	07-06-2000
GRÉCIA	"Memorandum of Understanding between the Navy of the Hellenic Republic and the Navy of the Portuguese Republic"	Jan-99
	Agreement between the Minister of National Defense of the Hellenic Republic and the Minister of National Defense of the Republic of Portugal Regarding the Participation of Portugal in the Framework of the Hellenic and Portuguese Contingents in Visoko Camp in the Follow-on-Force in Bosnia and Herzegovina (Joint Forge – OPLAN 10407)	01-03-2000
	Technical Agreement between the Chief of the Hellenic Army General Staff and the Chief of Defense Staff of the Portuguese Armed Forces Regarding the Participation of Portugal in the Framework of the Hellenic and Portuguese Contingents in Visoko Camp in the Follow-on-Force in Bosnia and Herzegovina (Joint Forge – OPLAN 10407)	01-03-2000
HUNGRIA	Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República da Hungria	07-10-1996
LETÓNIA	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República da Letónia relativo à cooperação no âmbito da Defesa	06-02-2004
LITUÂNIA	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa Nacional da República da Lituânia relativo à Cooperação no âmbito da Defesa	07-06-2002
MARROCOS	Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos	23-09-1993
	Tratado de Amizade, boa vizinhança e cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos	30-05-1994
	Acordo Técnico entre Marinhas	08-04-1996
	Acordo Técnico entre Exércitos	08-04-1996
	Acordo Técnico entre Forças Aéreas	08-04-1996
	Acordo Técnico relativo à Cooperação no domínio do património, da história militar e da museologia	03-12-2003
POLÓNIA	Acordo entre o Ministério da Defesa Nacional de Portugal e o Ministério da Defesa Nacional da Polónia em Matéria de Cooperação Bilateral no Domínio Militar	12-07-1995
	Acordo específico entre o MDN da República Portuguesa e o MDN da República da Polónia de Cooperação no domínio da investigação e tecnologias de defesa	13-10-1998

PAÍS	DESIGNAÇÃO DO TRATADO / ACORDO	ASSINATURA
REINO UNIDO	Acordo Bilateral entre o Instituto Hidrográfico e o "Hydrographic Office"	11-12-1995
	Memorando de Entendimento entre o IGeoE e o "Defence Geographic and Imagery Intelligence Agency" (DGIA)	19-03-2001
REPÚBLICA CHECA	Acordo de Cooperação Mútua entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República Checa	26-04-1996
ROMÉNIA	Acordo de Cooperação na Área Militar entre o Ministério da Defesa Nacional de Portugal e o Ministério da Defesa Nacional da Roménia	10-07-1995
	Acordo Específico entre o Ministério da Defesa Nacional de Portugal e o Ministério da Defesa Nacional da Roménia relativo à Cooperação no Domínio do Material e Equipamentos de Defesa	03-06-2000
RÚSSIA	Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia (artº 19º)	22-07-1994
	Declaração Conjunta do Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa e do Ministro da Defesa da Federação Russa	10-11-1997
	Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo de Federação da Rússia sobre a Cooperação no Domínio Militar	04-08-2000
	Acordo para a Prevenção de Incidentes no Mar fora das Águas Territoriais	04-08-2000
SUÉCIA	Acordo Geral de Segurança sobre Protecção de Matérias Classificadas entre a República Portuguesa e o Reino da Suécia	09-04-2001
TUNÍSIA	Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Tunisina	25-01-1995
	Memorando de Entendimento entre Indústrias de Defesa	28-03-2001
	Protocolo de Cooperação no Domínio da História Militar entre Portugal e Tunísia	28-03-2001
	Protocolo entre o Serviço Hidrográfico e Oceanográfico da Marinha da Tunísia e o Instituto Hidrográfico da Marinha de Portugal relativo à cooperação científica e técnica no domínio da hidrografia e oceanografia	15-03-2004
UCRÂNIA	Acordo de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Ucrânia	06-11-2002



## Anexo B (ENCARGOS COM A CTM)



### MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL GABINETE DO MINISTRO

#### DESPACHO N.º 220/MDN/91

No quadro global das relações externas de defesa, a cooperação técnico-militar com os PALOP tem vindo a adquirir uma posição cada vez mais significativa, na linha das prioridades estabelecidas no Programa do Governo.

As múltiplas e diversificadas acções que se encontram actualmente em curso, conferem ao sector uma dinâmica própria, que importa apoiar e mesmo intensificar.

Trata-se de uma área de projecção externa onde Portugal tem condições para desempenhar um papel de relevo, cooperando, designadamente, na criação ou consolidação das estruturas fundamentais desses novos Estados africanos.

Para além de constituir instrumento privilegiado de preservação da língua e cultura portuguesas, a cooperação técnico-militar, nos moldes em que vem sendo praticada, contém outras virtualidades, na medida em que a implementação dos respectivos Programas-Quadro gera, em regra, mais-valias importantes, que se projectam noutros domínios da cooperação, o que permite que todos os intervenientes no processo colham benefícios acrescidos.

Às crescentes solicitações dos PALOP tem o MDN correspondido com o substancial aumento das verbas consignadas a esta modalidade de cooperação bilateral, de tal modo que a sua gestão já não dispensa a observância estrita de critérios de rigor e racionalidade.

Outro tanto se passa na Marinha, no Exército e na Força Aérea, cujos Estados-Mai-ores são crescentemente solicitados com pedidos de intervenção de características avulsas ou pontuais, suscitando-se por vezes dúvidas sobre a entidade responsável pelos correspondentes encargos financeiros.

Tendo presente a necessidade de clarificar e definir, no âmbito do MDN, as áreas de responsabilidade financeira dos vários agentes de cooperação técnico-militar, que se pretende assente numa equilibrada repartição dos encargos inerentes,

Determino:

1. Incumbe à Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), através da verba consignada, no orçamento do meu Gabinete, à Cooperação Técnico-Militar (CTM), suportar os encargos financeiros decorrentes das seguintes acções de cooperação técnico-militar com os PALOP:
  - a. Cursos/Estágios Especiais (incluindo alojamento, alimentação e fardamento) que resultem do desenvolvimento de determinados Programas-Quadro,



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**GABINETE DO MINISTRO**

aprovados em Reunião de Comissão Mista e não previstos nos Programas Anuais de Formação da Marinha, do Exército e da Força Aérea;

- b. Visitas de estudo a Portugal, consideradas importantes para o desenvolvimento das acções e que resultem directamente dos Projectos dos Programas-Quadro aprovados (ex: directores técnicos de projectos, nomeados pelos PALOP);
  - c. Fornecimento de material a afectar aos Projectos e não enquadrável na capacidade sobrança dos Ramos ou qualquer outro tipo de material cujo envio se mostre necessário ou conveniente;
  - d. Hospitalizações de militares dos PALOP em estabelecimentos militares, dentro dos limites fixados nos Programas-Quadro aprovados;
  - e. Apoio logístico em situações de emergência ou calamidade pública que eventualmente ocorram nos PALOP, em colaboração com outros departamentos ou serviços da Administração Pública ou com Organizações Não Governamentais (ONG);
  - f. Recuperação, beneficiação, manutenção e equipamento das residências da CTM portuguesa situadas nos PALOP, bem como o necessário apoio logístico às mesmas, incluindo viaturas;
  - g. Transporte do material afecto aos Projectos, quer por via aérea, quer por via marítima;
  - h. Deslocação bianual de meio aéreo de transporte da FAP, para apoio da CTM e visibilidade da presença militar portuguesa nos PALOP.
2. A DGPDM é igualmente responsável pelo abono das ajudas de custo a que tiverem direito os elementos que integrem as Missões Militares Portuguesas aos PALOP, bem como suportará as despesas de carácter eventual, decididas caso a caso, a que houver lugar em apoio de acções de formação a realizar em Portugal, nomeadamente na comparticipação dos custos do fardamento sempre que o número de formandos o justificar.
3. Incumbe aos Ramos das Forças Armadas através dos respectivos Estados-Maiores, suportar os encargos financeiros decorrentes das seguintes acções de cooperação:
- a. Frequência, por bolseiros militares dos PALOP, de Cursos/Estágios/Tirocínios inscritos nos Programas Anuais de Instrução/Formação dos Ramos, qualquer que seja o grau ou a duração dos mesmos, com excepção dos cursos do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e do Instituto Militar dos Pupilos do Exército;
  - b. Fornecimento de alimentação, alojamento, fardamento e material didáctico e, bem assim, assistência médico-medicamentosa e hospitalar aos bolseiros militares referidos em a.;



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**GABINETE DO MINISTRO**

4. Os subsídios processados pela Direcção-Geral para a Cooperação (MNE) para os cursos de longa duração a frequentar por bolseiros militares dos PALOP reverterão directamente para os Estados-Maiores dos Ramos que os ministrem.
5. As determinações constantes do presente despacho serão observadas a partir do dia 1 de Janeiro de 1992.
6. Dê-se conhecimento do presente despacho ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, aos Chefes de Estado-Maior da Armada, Exército e Força Aérea e ao Director-Geral de Política de Defesa Nacional.

Ministério da Defesa Nacional, 26 de Dezembro de 1991

**O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL**

**Joaquim Fernando Nogueira**



## Anexo C (ENCARGOS GLOBAIS COM A CTM EM 2003)

## 3.2.2 – Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP

(euros)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	Nº Militares	Valor	Nº Militares	Valor	Nº Militares	Valor	Nº Militares	Valor	Nº Militares	Valor	Nº Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	8	66.290	26	222.038	20	75.980	74	823.860	70	514.054	198	1.702.222
Recuperação de infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	-	89.149	-	381.293	-	152.186	-	147.497	-	20.886	-	791.011
Transporte de material e pessoal	-	5.057	-	15.670	-	6.053	-	66.364	-	38.069	-	131.213
Formação de pessoal	-	32.785	-	3.163	-	24.979	-	16.698	-	56.720	-	134.345
TOTAL	8	193.281	26	622.164	20	259.198	74	1.054.419	70	629.729	198	2.758.791

## 3.2.3 – Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA's

(Nº de alunos)

Tipo de Curso		PAISES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	6	4	2	9	9	30
	Exército	10	1	6	9	10	36
	Força Aérea	-	-	-	9	6	15
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	2	4	2	2	4	14
	Força Aérea	-	-	-	5	1	6
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	2	1	-	1	4
	Exército	2	2	-	2	3	9
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>Marinha</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>34</b>
	<b>Exército</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>59</b>
	<b>Força Aérea</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>21</b>

Fonte: Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL - 2003

## 3.2.4 – Despesas suportadas pelos Ramos das FA's

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAISES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação em Portugal	Marinha	7.355	4.013	2.917	9.681	10.624	34.590
	Exército	74.474	26.274	41.006	63.060	73.004	277.818
	Força Aérea	-	-	-	54.237	15.876	70.113
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP	Marinha	66.728	23.166	4.871	128.159	194.587	417.511
	Exército	978	158.123	64.391	7.328.147	351.951	7.903.590
	Força Aérea	-	-	497	132.680	-	133.177
Material fornecido	Marinha	450	456	-	606	2.263	3.775
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	750	5.750	-	6.500
Outros custos	Marinha	22	4	4	246	4.666	4.942
	Exército	3.667	22.607	5.652	60.774	28.410	121.110
	Força Aérea	-	-	-	46.653	14.208	60.861
TOTAL	Marinha	74.555	27.639	7.792	138.692	212.140	460.818
	Exército	79.119	207.004	111.049	7.451.981	453.365	8.302.518
	Força Aérea	-	-	1.247	239.320	30.084	270.651

## 3.2.5 – Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA's

(Nº de alunos)

Tipo de Curso		PAISES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	84	-	-	456	467	1.007
	Exército	-	698	47	605	554	1.904
	Força Aérea	-	-	-	19	-	19
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	643	13	656
	Força Aérea	-	-	-	31	-	31
Qualificação	Marinha	-	-	-	15	30	45
	Exército	-	-	-	99	15	114
	Força Aérea	-	-	-	79	-	79
TOTAL	Marinha	84	-	-	471	497	1.052
	Exército	-	698	47	1.347	582	2.674
	Força Aérea	-	-	-	129	-	129

Fonte: Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2003

**3.2.6 – Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas**

(euros)

Pessoal Assistido	PAISES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	4	19.072	2	6.430	7	8.387	9	11.052	1	47	23	44.988
Familiares	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
TOTAL	4	19.072	2	6.430	7	8.387	9	11.052	2	97	24	45.038

**3.2.7 – Despesas globais da cooperação técnico-militar**

(euros)

Tipo de Despesas	PAISES					TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Projectos	193.281	622.164	259.198	1.054.419	629.729	2.758.791
Despesas de estrutura	1.002	113.131	39.783	396.983	409.356	960.255
Assistência hospitalar em Portugal	19.072	6.429	8.387	11.052	97	45.037
Despesas suportadas pelos Ramos das FA's	153.674	234.643	120.088	7.829.993	695.589	9.033.987
Multilateralização	4.163	11.769	4.164	6.255	8.452	34.803
Outras acções	14.880	16.953	20.055	44.630	33.234	129.752
<b>TOTAL</b>	<b>386.072</b>	<b>1.005.089</b>	<b>451.675</b>	<b>9.343.332</b>	<b>1.776.457</b>	<b>12.962.625</b>

Fonte: Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL - 2003

**Anexo D (ENCARGOS DO EXÉRCITO COM A CTM EM 2003)**

Fonte: Extraído do Relatório de Actividades de 2003 da Secção de Cooperação Militar e Alianças/GABCEME

**Anexo****A****Apêndice 2****Custos**

Os encargos do Exército, para 2003, foram calculados da seguinte forma:

- Vencimentos (2º escalão do referido posto para todos os militares pelo número de dias em missão, incluindo férias e 13º mês);
- Subsídios (14,5% do vencimento pelo número de dias em missão somado do fixo pelo n.º de dias);
- Fardamento (€ 1.395,74 aquando da primeira vez para cada projecto);
- Preparação Sanitária (aquando da primeira vez para cada projecto, em missões superiores a 3 meses - Timor: € 573,40, PALOP: € 513,42; em missões inferiores a 3 meses - Timor: € 497,63, PALOP: € 437,72);
- Inspeção Médica (€ 150,00 por aluno aquando da chegada);
- Alimentação (€ 7,93/H/d, de acordo com circular da DSI);
- Alojamento (até 31Ago03: 85% do valor da alimentação, após aquela data € 8,20/H/d de acordo com a circular n.º 7, de 01Set03, da DSF);
- Depreciação de Material (10% do valor do alojamento mais alimentação).

**Síntese Global dos Encargos Financeiros do Exército - 2003**

Componentes	RA	RCV	RGB	RM	RSTP	Timor	Total
Vencimentos	€ 632.184,35	€ 844,85	€ 135.864,26	€ 302.990,52	€ 55.478,02	€ 217.064,90	€ 1.344.453,89
Subsídio de Condição Militar e Fixo	€ 100.630,29	€ 133,27	€ 22.258,62	€ 48.960,51	€ 8.912,87	€ 35.812,87	€ 216.708,43
Fardamento	€ 44.663,68	€ 2.791,48	€ 16.748,88	€ 20.936,10	€ 4.187,22	€ 30.706,28	€ 120.033,64
Preparação Sanitária	€ 16.110,16	€ 875,44	€ 5.858,24	€ 7.474,20	€ 1.464,56	€ 12.160,18	€ 43.942,78
Formação em Portugal	€ 63.060,37	€ 74.473,83	€ 26.274,43	€ 73.003,68	€ 41.006,32	€ 0,00	€ 277.818,63
<b>Total</b>	<b>€ 856.648,85</b>	<b>€ 79.118,86</b>	<b>€ 207.004,44</b>	<b>€ 453.392,02</b>	<b>€ 111.048,98</b>	<b>€ 295.744,23</b>	<b>€ 2.002.957,38</b>

**Página****A-8**



## Anexo

A

## Apêndice 2

Custos

Encargos Financeiros com Angola  
2003

Acções de CTM	Vencimentos	Subsídio de Condição Militar e Fixo	Fardamento	Preparação Sanitária	Total
<b>Programa-Quadro</b>					
Projecto n.º 1	€ 96.781,62	€ 15.114,99	€ 2.791,48	€ 1.026,84	€ 115.714,93
Projecto n.º 2	€ 126.946,95	€ 20.064,77	€ 9.770,18	€ 3.442,54	€ 160.224,44
Projecto n.º 3	€ 26.190,30	€ 4.137,70	€ 1.395,74	€ 513,42	€ 32.237,16
Projecto n.º 4	€ 130.389,61	€ 20.923,43	€ 11.165,92	€ 3.880,26	€ 166.359,22
Projecto n.º 5	€ 17.551,72	€ 2.843,13	€ 0,00	€ 0,00	€ 20.394,85
Projecto n.º 7	€ 1.846,00	€ 292,42	€ 1.395,74	€ 437,72	€ 3.971,88
Projecto n.º 8	€ 39.323,43	€ 6.475,74	€ 2.791,48	€ 1.026,84	€ 49.617,49
Projecto n.º 10	€ 53.099,78	€ 8.593,85	€ 4.187,22	€ 1.540,26	€ 67.421,11
Projecto n.º 11	€ 65.906,63	€ 10.348,60	€ 1.395,74	€ 513,42	€ 78.164,39
Projecto n.º 13	€ 3.329,00	€ 338,84	€ 2.791,48	€ 1.313,16	€ 7.772,49
Núcleo de Apoio Técnico	€ 69.691,43	€ 11.320,37	€ 4.187,22	€ 1.540,26	€ 86.739,28
Visitas	€ 1.127,87	€ 176,46	€ 2.791,48	€ 875,44	€ 4.971,25
<b>Total</b>	<b>€ 632.184,35</b>	<b>€ 100.630,29</b>	<b>€ 44.663,68</b>	<b>€ 16.110,16</b>	<b>€ 793.588,48</b>

Acções de CTM	Nº de Alunos	Inspeção Médica	Alimentação	Alojamento	Depreciação de Material	Total
<b>Outras Acções</b>						
Formação em Portugal	13	€ 300,00	€ 29.904,03	€ 27.150,85	€ 5.705,49	€ 63.060,37
<b>Total</b>		<b>€ 300,00</b>	<b>€ 29.904,03</b>	<b>€ 27.150,85</b>	<b>€ 5.705,49</b>	<b>€ 63.060,37</b>

<b>Total do País</b>						<b>€ 856.648,85</b>
----------------------	--	--	--	--	--	---------------------

[Síntese global](#)

Página

A-9





Anexo

A

Apêndice 2

Custos

Encargos Financeiros com Cabo Verde 2003						
Acções de CTM		Vencimentos	Subsidio de Condição Militar e Fixo	Fardamento	Preparação Sanitária	Total
Programa-Quadro						
Projecto n.º 4		€ 844,85	€ 133,27	€ 2.791,48	€ 875,44	€ 4.645,03
Total		€ 844,85	€ 133,27	€ 2.791,48	€ 875,44	€ 4.645,03
Acções de CTM	Nº de Alunos	Inspecção Médica	Alimentação	Alojamento	Depreciação de Material	Total
Outras Acções						
Formação em Portugal	14	€ 600,00	€ 35.320,22	€ 31.837,81	€ 6.715,80	€ 74.473,83
Total		€ 600,00	€ 35.320,22	€ 31.837,81	€ 6.715,80	€ 74.473,83
Total do País						€ 79.118,86

[Síntese global](#)

Página

A-10



## Anexo

A

## Apêndice 2

Custos

Encargos Financeiros com Guiné-Bissau  
2003

Acções de CTM	Vencimentos	Subsidio de Condição Militar e Fixo	Fardamento	Preparação Sanitária	Total
<b>Programa-Quadro</b>					
Projecto n.º 1	€ 33.088,45	€ 5.199,28	€ 1.395,74	€ 513,42	€ 40.196,89
Projecto n.º 3	€ 1.689,70	€ 262,22	€ 0,00	€ 0,00	€ 1.951,92
Subprojecto n.º 3A	€ 43.406,24	€ 7.122,64	€ 5.582,96	€ 2.053,68	€ 58.165,51
Projecto n.º 4	€ 19.324,89	€ 3.259,53	€ 2.791,48	€ 1.026,84	€ 26.402,72
Projecto n.º 5	€ 21.394,69	€ 3.562,88	€ 6.978,70	€ 2.264,30	€ 34.200,57
Projecto n.º 6	€ 16.960,30	€ 2.852,08	€ 0,00	€ 0,00	€ 19.812,38
<b>Total</b>	<b>€ 135.864,26</b>	<b>€ 22.258,62</b>	<b>€ 16.748,88</b>	<b>€ 5.858,24</b>	<b>€ 180.730,01</b>

Acções de CTM	Nº de Alunos	Inspecção Médica	Alimentação	Alojamento	Depreciação de Material	Total
<b>Outras Acções</b>						
Formação em Portugal	8	€ 900,00	€ 12.291,50	€ 10.776,16	€ 2.306,77	€ 26.274,43
<b>Total</b>		<b>€ 900,00</b>	<b>€ 12.291,50</b>	<b>€ 10.776,16</b>	<b>€ 2.306,77</b>	<b>€ 26.274,43</b>

<b>Total do País</b>						<b>€ 207.004,44</b>
----------------------	--	--	--	--	--	---------------------

[Síntese global](#)

Página

A-11



Relatório de Actividades



2003

## Anexo

A

## Apêndice 2

Custos

Encargos Financeiros com Moçambique  
2003

Acções de CTM	Vencimentos	Subsidio de Condição Militar e Fixo	Fardamento	Preparação Sanitária	Total
<b>Programa-Quadro</b>					
Projecto n.º 1	€ 43.408,29	€ 6.791,44	€ 2.791,48	€ 1.026,84	€ 54.018,06
Projecto n.º 3	€ 96.410,85	€ 15.479,90	€ 6.978,70	€ 2.415,70	€ 121.285,16
Projecto n.º 4	€ 27.782,85	€ 4.423,513	€ 1.395,74	€ 513,42	€ 34.115,52
Projecto n.º 5	€ 59.613,63	€ 9.810,66	€ 4.187,22	€ 1.540,26	€ 75.151,77
Projecto n.º 7	€ 15.543,14	€ 2.648,75	€ 1.395,74	€ 437,72	€ 3.971,88
Núcleo de Apoio Técnico	€ 60.258,75	€ 9.806,26	€ 4.187,22	€ 1.540,26	€ 75.792,49
<b>Total</b>	<b>€ 302.990,52</b>	<b>€ 48.960,51</b>	<b>€ 20.936,10</b>	<b>€ 7.474,20</b>	<b>€ 380.388,34</b>

Acções de CTM	Nº de Alunos	Inspecção Médica	Alimentação	Alojamento	Depreciação de Material	Total
<b>Outras Acções</b>						
Formação em Portugal	17	€ 1.650,00	€ 33.980,05	€ 30.886,94	€ 6.486,70	€ 73.003,68
<b>Total</b>		<b>€ 1.650,00</b>	<b>€ 33.980,05</b>	<b>€ 30.886,94</b>	<b>€ 6.486,70</b>	<b>€ 73.003,68</b>

<b>Total do País</b>						<b>€ 453.392,02</b>
----------------------	--	--	--	--	--	---------------------

[Síntese global](#)

Página

A-12



## Anexo

A

## Apêndice 2

Custos

Encargos Financeiros com S. Tomé e Príncipe  
2003

Acções de CTM		Vencimentos	Subsídio de Condição Militar e Fixo	Fardamento	Preparação Sanitária	Total
Programa-Quadro						
Projecto n.º 1		€ 40.806,13	€ 6.411,98	€ 1.395,74	€ 513,42	€ 49.127,27
Projecto n.º 4		€ 14.671,88	€ 2.500,89	€ 2.791,48	€ 951,14	€ 20.915,39
Total		€ 55.478,02	€ 8.912,87	€ 4.187,22	€ 1.464,56	€ 70.042,66
Acções de CTM	Nº de Alunos	Inspeção Médica	Alimentação	Alojamento	Depreciação de Material	Total
Outras Acções						
Formação em Portugal	8	€ 600,00	€ 19.349,20	€ 17.383,82	€ 3.673,30	€ 41.006,32
Total		€ 600,00	€ 19.349,20	€ 17.383,82	€ 3.673,30	€ 41.006,32
Total do País						€ 111.048,98

[Síntese global](#)Página **A-13**



## Anexo

A

## Apêndice 2

Custos

Encargos Financeiros com Timor-Leste 2003							
Acções de CTM		Vencimentos	Subsídio de Condição Militar e Fixo	Fardamento	Preparação Sanitária	Total	
Programa-Quadro							
Criação das Forças de Defesa de Timor-Leste		€ 198.347,31	€ 32.871,73	€ 29.310,54	€ 11.586,78	€ 272.116,35	
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da FDTL (ODFD)		€ 18.717,60	€ 2.941,15	€ 1.395,74	€ 573,40	€ 23.627,88	
Total		€ 217.064,90	€ 35.812,87	€ 30.706,28	€ 12.160,18	€ 295.744,23	
Acções de CTM		Nº de Alunos	Inspecção Médica	Alimentação	Alojamento	Depreciação de Material	Total
Outras Acções							
Formação em Portugal		0	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Total			€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Total do País							€ 295.744,23

[Síntese global](#)Página **A-14**



## Anexo E (AS FA EM MISSÕES DE APOIO À PAZ E HUMANITÁRIAS – RESUMO DE 2003)

### MISSÕES DE PAZ

#### CONCEITOS

#### Operações de Paz

Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o recurso à violência entre antagonistas infra e intra-estadual.

### 3.3 – MISSÕES DE APOIO À PAZ

#### 3.3.1 – Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à paz

(euros)

Organização	País	Operação	Meios	Efectivos	Despesas
NATO	Bósnia	SFOR II	1º BIPara Agr. GOLFE Cmd. MNBG QG/SFOR 1 C - 130	278 275 27 9 8	20.341.544
	Kosovo	KFOR APOD PRISTINA	QG/SFOR Equipa Sanitária	2 8	-
	Macedónia	ALLIED HARMONY	Equipa de Ligação	6	232.750
ONU	Timor	UNMISET	1º BIMEC Agr. FOXTROT QG/UNMISET Equipa de Controlo de Movimentos 2 CF Ref	491 491 10 5 314	30.553.028
UE	Macedónia	CONCORDIA	Equipa de Ligação	8	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>1.932</b>	<b>51.127.322</b>

OBS.: Foi também considerada como Missão de Paz, e como tal financiada pelo mesmo processo das restantes missões, a participação nacional na STANAVFORLANT / NATO (Standing Naval Force Atlantic) que, em 2003, teve despesas no valor de 8.689.181 euros.

Fonte: Extraído do Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL – 2003

## MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

### CONCEITOS

#### Operações Humanitárias

Acções conduzidas ou apoiadas por organizações militares com o objectivo de auxiliar populações vítimas por situações de emergência, cuja origem possa ter sido provocada por desastres naturais, catástrofes causadas por acções humanas, alterações civis e até, excepcionalmente, por situações de guerra.

### 3.4 – MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

#### 3.4.1 – Apoio militar à ajuda humanitária

Destino	Ramo	Âmbito	Período	Meios	Objectivo
Irão	Força Aérea	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil	DEZ-JAN	1 C-130 (2 tripulações)	Transporte de material e de equipas de socorro para apoio às vítimas do sismo na cidade iraniana de BAM

Fonte: Extraído do Anuário Estatístico da DEFESA NACIONAL - 2003